

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

HISTÓRIA ECONÔMICA DE SERGIPE

(1850 - 1930)

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Instituto de Filosofia e Ciências Human  
nas da Universidade Estadual de Campin  
nas.

À memória de João Lima de Souza

## AGRADECIMENTOS

Na realização desta dissertação contei com a ajuda de tantas pessoas, que não me arrisco listar, pois certamente cometeria a injustiça de excluir alguém. Entretanto, sou grato a todos.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos a Ibarê e Beatriz, companheiros de longas jornadas, aos companheiros do CEIS, aos professores do Departamento de História da UFS, aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Sergipe, Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, Arquivo Público da Bahia e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, aos estudantes Marinice e César, que me auxiliaram na garimpagem de dados nos arquivos e bibliotecas. Ao CNPq, que financiou parte dos custos da pesquisa, e, finalmente, ao Prof. Wilson Cano que gentilmente se dispôs a orientar esta dissertação quando a mesma não passava de idéias muito mal arrumadas.

Manda a boa tradição deixar claro que nenhuma das pessoas citadas é responsável pelos erros cometidos pelo autor.

Aracaju, agosto de 1983.

## SUMÁRIO

Pag.

INTRODUÇÃO. . . . .	1
CAPÍTULO I - O COMPLEXO MERCANTIL ESCRAVISTA	
1 - Conquista e Ocupação do Território. . . . .	11
2 - Geração do Complexo Mercantil Escravista . . . . .	14
3 - Estagnação, Crise e Modernização. . . . .	26
3.1 - A demanda por açúcar. . . . .	27
3.2 - A demanda por algodão . . . . .	32
3.3 - A questão da oferta de mão de obra. . . . .	35
3.4 - Modernização do processo produtivo. . . . .	43
3.5 - Os meios de transporte. . . . .	50
4 - A Intermediação Comercial e Financeira. . . . .	57
CAPÍTULO II - O COMPLEXO CAPITALISTA EXPORTADOR	
1 - A Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre	77
2 - A Agro-Indústria Açucareira - Luta Pelos Mercados . .	85
3 - Diferenciação Interna da Agro-Indústria Açucareira. .	92
4 - O Algodão . . . . .	101
5 - Pecuária e Agricultura de Subsistência. . . . .	111
6 - O Crescimento Industrial. . . . .	119
CONCLUSÕES. . . . .	134
BIBLIOGRAFIA. . . . .	137
ANEXO ESTATÍSTICO . . . . .	141

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre história econômica regional do Brasil se intensificariam após os acirrados debates sobre a "questão regional" nas décadas de 1950 e 1960. Uma de suas principais vertentes é a origem histórica dos desequilíbrios regionais. Vários pesquisadores, a partir de diversas hipóteses, tentaram verificar as razões do crescente hiato entre o crescimento econômico das diversas regiões, especialmente entre o Nordeste e o Sudeste.

Esses estudos acabaram por constituir uma rica bibliografia. Porém, estudos específicos sobre os diversos Estados nordestinos - com exceção de Pernambuco e Bahia - não tiveram o mesmo desenvolvimento. Sobre Sergipe, por exemplo, não existe um único estudo que pretenda dar uma visão geral de sua formação econômica. Recentemente, a pequena historiografia sergipana vem sendo enriquecida, principalmente, com comunicações, monografias e artigos sobre alguns problemas específicos da história econômica sergipana.

Assim, aceitamos o risco, apesar de todas as dificuldades inerentes ao projeto, de tentar superar esta lacuna da historiografia sergipana. O trabalho terá como principal objetivo demonstrar os condicionantes históricos da crescente diferença entre o crescimento econômico de Sergipe e o de outras regiões do País, em seus aspectos quantitativos e qualitativos.

Do clássico documento dirigido por Furtado, no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, resume-se que

"as discrepâncias de ritmos de crescimento entre o Nordeste e o Centro Sul encontra suas causas profundas em fatores reais, como por exem

plô disponibilidade de recursos naturais tais como água e terra arável".<sup>1</sup>

Entretanto, o documento adiciona ao exame desses fatores a influência da política econômica.

A produção, por parte do Nordeste, de um excedente cambial que não era utilizado pela região, devido a política de proteção à indústria nacional, levaria a utilização desse excedente pelo Sudeste, concluindo o GTDN que o Nordeste, fornecendo divisas ao Sudeste, vinha contribuindo para o desenvolvimento desta região com o fator mais escasso: a capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Sudeste, o Nordeste viria contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta da mesma região. Por outro lado o comércio triangular que se montou no Nordeste levava esta região a exportar produtos primários para o exterior, a uma taxa de câmbio valorizada e importar do Sudeste produtos industrializados, implicando em transferência de recursos do tipo que decorre da perda na relação de preços de intercâmbio.

Leff, por sua vez, explica a disparidade das taxas regionais de crescimento da renda a partir das taxas de crescimento das exportações dos produtos em que se especializam essas regiões. A questão pode então ser colocada nos seguintes termos: por que ao contrário do café produzido no Sudeste, o açúcar e algodão, predominantemente cultivados no Nordeste não conseguem ter suas exportações expandidas substancialmente no século XIX?<sup>2</sup>

Inicialmente, Leff recusa tanto as explicações que creditam a estagnação e decadência das exportações nordestinas de açúcar e algodão aos problemas relacionados com a demanda internacional desses bens, assim como as explicações que

creditam aquele fato às condições de oferta, por parte dos produtores nordestinos.

Afirma então o autor que a estagnação da exportação de algodão e açúcar estava essencialmente ligada à questão da taxa cambial (libra esterlina/mil réis). O café possuía produtividade muito mais elevada que o algodão e o açúcar e sua crescente participação no volume das exportações brasileiras fazia com que a taxa cambial fosse fixada tendo em vista a produtividade daquele. Concluindo, afirma que o Nordeste

"teria ficado melhor como unidade política separada, com seu próprio sistema cambial. Seu comércio e desenvolvimento teriam então sido determinados pela própria vantagem comparativa da região, com seu próprio sistema monetário"<sup>3</sup>.

Indo além o autor considera que se o Nordeste constituísse uma unidade política independente, e portanto com seu próprio sistema monetário, poderia fixar uma taxa de câmbio que favorecesse a exportação de açúcar e algodão para o Sudeste, e evidentemente, para outros países.

Criticando várias correntes que trataram o tema, Cano tenta explicar as origens históricas dos desequilíbrios econômicos regionais no Brasil a partir de outra perspectiva. Demonstra que as diversas regiões do País, historicamente foram economias que se estruturaram ou não sob a forma de complexos econômicos. Dentre os complexos econômicos regionais havia uma diversidade de dinamismo tanto em termos de ritmo de crescimento, quanto, principalmente, no que se refere ao desenvolvimento das suas relações sociais de produção. Por exemplo, o complexo cafeeiro escravista em São Paulo, seria muito mais dinâmico que o complexo açucareiro escravista nordestino. Muda o enfoque analítico: antes de mostrar as razões



do atraso relativo do Nordeste ou de outras regiões, mostra as condições que permitiram o excepcional desenvolvimento da economia paulista a partir de meados do século XIX.<sup>4</sup>

Para isso estudou detalhadamente a estrutura e dinâmica do complexo cafeeiro escravista paulista, e sua transição para o capitalismo, dando ênfase à solução dos problemas de transporte, financiamento da produção, diversificação da agricultura e implantação de relações capitalistas de produção. Posto isto, conclui que o dinamismo interno do complexo cafeeiro capitalista levaria a uma diversificação do capital cafeeiro que implicava no crescimento industrial. Ainda, percebeu que o complexo gerava excelente condição para o desenvolvimento, que confere à indústria paulista um maior crescimento e diversificação de sua estrutura. Assim, quando da crise de 1929-33, a economia paulista tinha a estrutura industrial mais desenvolvida e diversificada e a industrialização do País que se processaria a partir de então, levaria a uma acentuação desta concentração industrial regional.

Quanto ao complexo econômico nordestino o autor explica as razões do seu baixo dinamismo: dificuldades no mercado internacional que encontravam os principais produtos exportados pela região - açúcar e algodão. Como já havia apontado Furtado, Cano também aponta o fato de que a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre não implicou no estabelecimento de relações capitalistas de produção e sim na consolidação de relações do tipo "morador de condição", que impediam a formação de um mercado de trabalho. Os altos custos de transportes da região, exígua urbanização e a estrutura fundiária e de distribuição da renda mostram que a indústria regional apesar de apresentar um volume de produção considerável no início do século, possuía baixo grau de diversificação e fun

cionava a custos de produção mais elevados, de forma que a concorrência inter-regional a levaria inexoravelmente, a perder posição relativa no valor da produção industrial do País, a partir do momento em que o mercado nacional tendesse a unificação.

Este trabalho tentará o exame das origens da formação econômica de Sergipe, partindo do enfoque analítico de Cano, sem contudo abandonar os ensinamentos de outros autores.

Partiremos da hipótese que a economia sergipana em meados do século XIX se estruturou sob a forma de um complexo econômico mercantil escravista. Neste sentido, esta economia apresentava as características gerais exposta por Cano para o complexo nordestino. Entretanto, tentaremos demonstrar que a economia sergipana apresentaria algumas especificidades que explicarão a fragilidade de seu complexo.

O período histórico que demarcamos para este estudo (1850-1930) pode ser justificado pelo seguinte: em primeiro lugar, 1850 é o ano da abolição do tráfico negreiro, e é tradicionalmente aceito na historiografia brasileira também como marco de uma etapa de crescimento econômico e modificação da estrutura econômica impulsionada basicamente pela expansão cafeeira no Sudeste. Esta expansão, juntamente com a extinção do tráfico tornava crítica a questão da oferta de mão de obra e culminaria com a abolição da escravidão em 1888.

Para o estudo de Sergipe o marco de 1850 é relevante, pois além de enfrentar um problema geral do País - a questão da oferta de mão de obra - ver-se-ia agravado pela ocorrência de epidemias de cólera morbus e pela exportação de escravos para o Sudeste, graças à excepcional expansão econômica dessa região. Por outro lado, em 1850 o complexo mercantil escravista estava definido em Sergipe, a partir da expansão da

cultura canavieira, que se processa após a segunda metade do século XVIII.

A economia da Província se integra ao comércio internacional do açúcar, e vai definindo relações econômicas entre as diversas regiões da mesma. Esta expansão foi acelerada nas décadas de 1840 e 1850, graças à elevação dos preços internacionais do açúcar. É a partir deste período, também, que as elites sergipanas tentarão romper a intermediação de Salvador, no comércio internacional e interprovincial.

Com a abolição da escravidão temos o fim do complexo mercantil escravista. O complexo exportador que lhe sucederá estará marcado pelo baixo dinamismo. Por um lado, as dificuldades dos produtores sergipanos em conquistar e manter os mercados de algodão e açúcar continuarão, e por outro, a abolição da escravidão não levaria a adoção em larga escala de relações de produção capitalistas. Pelo contrário, reforçaram-se as relações do tipo "morador de condição" bloqueando a constituição de um mercado de trabalho.

Ainda assim, a economia sergipana passaria neste período por uma diferenciação da estrutura produtiva que levaria, inclusive, ao surgimento de algumas atividades industriais.

Quanto ao marco de 1930, que estabelece o início do processo de industrialização da economia brasileira, e portanto da consolidação de um mercado nacional, é relevante para o nosso estudo, pois a partir daí, as diversas economias regionais passarão por um processo de "destruição e recriação" de atividades produtivas. Nos limitaremos a demonstrar as condições em que se encontrava a economia sergipana no início desse período.

No primeiro capítulo, após sumária descrição do processo de ocupação do território e sua incorporação ao sistema econômico colonial, discutiremos sob o título geral de crise, estagnação e modernização os elementos constitutivos do complexo mercantil escravista em Sergipe, bem como a dinâmica do mesmo.

No segundo capítulo apresentaremos os principais elementos do complexo capitalista exportador em Sergipe. Inicialmente será discutida a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em seguida estudaremos a agro-indústria açucareira sergipana, do ponto de vista da concorrência nos mercados de açúcar, como também de sua diferenciação interna. Ainda estudaremos o algodão, pecuária e agricultura de subsistência. Finalmente, tentaremos verificar o surgimento e crescimento da atividade industrial em Sergipe, bem como suas limitadas possibilidades de expansão.

Por fim, nas conclusões, reuniremos alguns dos principais resultados a que chegamos nos capítulos anteriores.

## N O T A S

- 1 - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Recife, Ministério do Interior - SUDENE, 1967.
- 2 - Leff, Nathaniel H. - Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Regional: Origens do Caso Brasileiro, Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Jan/Mar, 1972. pp 3/21.
- 3 - Idem, ibid.
- 4 - Cano, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977.

CAPÍTULO I

O COMPLEXO MERCANTIL ESCRAVISTA

## 1. Conquista e ocupação do território

Durante o período que se estende de meados do século XVI a meados do século XVII, o Nordeste Brasileiro, mais precisamente, Pernambuco, passa pela fase áurea da produção de açúcar de cana, constituindo esta atividade, segundo Furtado, a mais rentável empresa colonial. Sergipe, no mesmo período, era uma área parcamente povoada, tendo como principais atividades econômicas a lavoura de subsistência e a pecuária extensiva que abastecia a próspera região dos engenhos.<sup>1</sup>

O atual Estado de Sergipe pertencia à Capitania Hereditária da Bahia, que se estendia da barra do Rio São Francisco à ponta de Baía de Todos os Santos. O titular dessa capitania era Francisco Pereira Coutinho, cuja morte fez suceder no direito de posse da mesma seu filho Manoel Pereira Coutinho, que pela insuficiência de recursos, além de causas de ordem geral, teve que cedê-la ao governo, por um contrato, passando-a a posse da Coroa.<sup>2</sup>

Tentando estabelecer o domínio português na área, o Governo Colonial enviou, em 1575, uma missão comandada pelo Padre Gaspar Lourenço acompanhada de João Salônio e vinte neófitos e uma companhia de vinte soldados sob comando de um capitão, com o propósito de estabelecerem uma povoação nas proximidades do Rio Real. Esta missão não obteve êxito em seus propósitos, permanecendo a região sob influência de corsários franceses.<sup>3</sup>

Luiz de Brito, Governador do Norte do Brasil, fará uma nova tentativa de estender o domínio português, concedendo a exploração da área a Garcia d'Ávila, rico fazendeiro baiano, que fundou uma povoação a três léguas da barra do Rio Real. Esta tentativa colonizadora também fracassou.<sup>4</sup>

Finalmente em 1590, uma expedição militar comandada por Cristóvão de Barros, destrói violentamente a resistência indígena, levanta um forte e funda o arraial de São Cristóvão sobre o istmo que forma a barra do Rio Poxim, junto à foz do Rio Sergipe. A partir de então começa de fato a ocupação do território com a distribuição de sesmarias aos participantes da expedição vitoriosa. Por mais de um século Sergipe significará currais de gado, meios de subsistência e campos de criação complementares para a lavoura canavieira da Bahia.<sup>5</sup>

A partir de 1637, e durante oito anos, o território sergipano será alvo de disputa entre portugueses e holandeses, já que ficava estrategicamente localizado entre o importante núcleo produtor de açúcar - Pernambuco, que estava sob domínio holandês - e o centro administrativo da colônia portuguesa - a Bahia. A guerra entre holandeses e portugueses atingirá o desenvolvimento dos rebanhos sergipanos, que já contava então, com quatrocentos currais distribuídos por toda a extensão do seu território e oito engenhos de fabricação de açúcar. São Cristóvão já tinha cem fogos, uma Misericórdia e dois conventos, e sua receita subia a mais de 624\$000.<sup>6</sup>

Em 1696, a Coroa Portuguesa promoveu uma redivisão político-administrativa do Brasil, tornando-se a capitania de Sergipe comarca da Bahia. A nova comarca teria seus limites estendidos até Itapoã, dando origem à questão fronteiriça entre Sergipe e Bahia. Por decreto de 8 de julho de 1820, Sergipe foi elevado à categoria de capitania, completamente independente do governo da Bahia, medida que se efetivará apenas em 3 de março de 1823.<sup>7</sup>



A rarefeita pecuária e a agricultura de subsistência certamente não eram suficientes para a estruturação de uma sólida economia mercantil em Sergipe, e assim transcorrerão os séculos XVI e XVII. Mas na segunda metade do século XVIII a situação mudará radicalmente com a difusão dos engenhos de açúcar em Sergipe e, conseqüentemente, com sua integração ao comércio colonial.

## 2. Gestação do Complexo Mercantil Escravista

Segundo Caio Prado Jūnior, na primeira metade do sēculo XVIII a agricultura colonial brasileira estava passando por um perīodo de crise face à supremacia econōmica da mineração, que absorveu as outras atividades econōmicas da colōnia, e por uma razão externa - o pleno desenvolvimento do princīpio mercantilista do exclusivo colonial, por parte das principais potēncias econōmicas europēias, que deixaram em mã posição Portugal e sua Colōnia. Especificamente, em relação à cana de açūcar, o desenvolvimento de sua cultura nas Índias Ocidentais, a- ando mercados preferenciais, superioridade tēcnica e maior proximidade, transformarão o Nordeste brasileiro em produtor marginal.<sup>8</sup>

A situação se inverterã na segunda metade do sēculo XVIII: a decadente mineração não poderã mais ser acusada de "absorver" as atividades econōmicas da colōnia, e por outro lado, mudam as condições do comērcio colonial. A revolução industrial que estã se processando na Inglaterra incrementa a demanda de produtos agrīcolas tropicais, que posteriormente deixarã de ser produtos exōticos das colōnias - especiarias - para se tornarem produtos de consumo difundido entre as amplas massas urbanas de uma Europa que se industrializava e necessitava de alimentos baratos. Enquanto isso não se tornava realidade, Portugal procurava se aproveitar das disputas político-econōmicas das grandes potēncias europēias, transformando Lisboa em importante entreposto de produtos tropicais. Nos ūltimos anos do sēculo os principais concorrentes do Brasil sofrerã golpes profundos em sua produção em decorrēncia das agitações político-sociais, que atingem as Antilhas Francesas e Inglesas, principalmente São Domingos, em 1792.

No período, graças à revolução industrial inglesa que tornara o algodão a principal fibra têxtil, o Brasil começará a exportar esse produto em volumes crescentes. O cultivo do algodão se disseminará pelo País, uma vez que é menos exigente quanto a solos e clima, e, principalmente, exige investimentos iniciais menores do que a cana de açúcar. Porém, este movimento expansionista seria interrompido já na primeira metade do século XIX, com a queda do preço internacional dessa fibra e a crescente participação dos EUA no mercado, restringindo-se então, a cultura no Nordeste, principalmente no Maranhão, sem o esplendor dos áureos anos de elevados preços. Na segunda metade do século XIX, enquanto durou a Guerra de Secessão nos EUA, voltaríamos a ter um novo período de forte expansão da cultura algodoeira.

Esse renascer da agricultura passará pelas lavouras de arroz, anil e café. Até mesmo a antiga e decadente cultura da cana de açúcar experimentarã novos tempos. As antigas regiões produtoras de Pernambuco e Bahia se reanimarão e novas áreas iniciarão o cultivo. São Paulo figurará, no final do século XVIII como exportador de açúcar, embora modestamente, com suas 1.000 caixas anuais, que vêm depois das 20.000 da Bahia, 14.000 de Pernambuco e 9.000 do Rio de Janeiro.<sup>9</sup>

Tudo indica que o início da produção sergipana de açúcar no século XVIII se deva a uma expansão do seu cultivo na Bahia, além dos limites do seu recôncavo. Neste período a Bahia era o maior centro produtor da colônia e a expansão da cultura da cana em direção ao Norte levou a cana de açúcar a ocupar os vales dos rios sergipanos. Ou, como diz um escritor e usineiro sergipano:

"impulsionado pelos lucros, pela prosperidade geral, o engenho invadiu todos os vales dos rios sergipenses, partindo a princípio do Real, ao Sul da Capitania, atingindo depois o Piauí, o Vasa-Barris, o Poxim, o Cotinguiba, o Sergipe, o Ganhadoroba, o Siriri e o Japarutuba. Vales férteis, ricos massapês, abundantes aguadas, eram requisitos exigidos pelos colonizadores para a fundação dos seus engenhos, empurrando assim, os currais para as cabeceiras daqueles rios, para o sertão enfim."<sup>10</sup>

Esta ocupação dos férteis vales litorâneos se dava de forma relativamente acelerada: em 1724 existiam 25 engenhos em Sergipe, em 1802 o total atingia 140. Neste ano é o seguinte o panorama econômico-social de Sergipe: a capitania contava com uma cidade, a capital, sete vilas - Santa Luzia, Thomar, Propriã, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Vila Nova; quatro povoações - Laranjeiras, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro (antigas missões). Sua população era de 55.600 habitantes, sendo 13.217 brancos, 20.849 pardos, 1.641 índios e 19.893 pretos.<sup>11</sup>

A lavoura açucareira já era em 1802 a base da riqueza pública e particular. A capitania contava com 30 engenhos que produziam 1.000 caixas de açúcar anualmente, além de 20 alambiques para destilar o álcool. Pode-se então perceber claramente a separação das atividades econômicas típicas do sertão, agreste e zona da mata: Itabaiana produzia principalmente algodão e cereais, Lagarto e Campos dedicavam-se à pecuária, enquanto o açúcar predominava nos vales do Cotinguiba, Vasa-Barris e Piauí.<sup>12</sup>

O comércio abastecia-se exclusivamente na Bahia, de onde importava fazendas de algodão, linho, tecidos de seda, de lona, ferragens, pólvora e escravos. Exportava em contrapar

tida, açúcar, algodão, fumo, cereais, couros secos, sola branca, gado, cavalos e porcos, no valor anual de 860.000 cruzados, sendo 171.000 cruzados referentes à exportação anual de açúcar.<sup>13</sup>

Em 1854 as Câmaras Municipais de Sergipe, enviaram ao Presidente da Província algumas informações acerca da economia dos respectivos municípios, que nos servirão como indicador, ainda que precário, do estado da economia na época. Os dados são apresentados na tabela abaixo:

TABELA 1  
 Província de Sergipe-1854  
 Estabelecimentos Rurais

Municípios	Engenhos de açúcar	Alambiques	Fazendas de gado	Sítios
Santa Luzia	36	12	2	20
Estância	51	36	36	80
Espírito Santo	24	12	0	200
Campos	1	0	*50	1
Itabaianinha	45	17	25	50
Lagarto	18	5	143	...
Simão Dias	2	0	44	inúmeros
São Cristóvão	43	11	12	205
Socorro	20	1	3	56
Divina Pastora	61	3	0	*40
Laranjeiras	66	16	0	vários
Rosário	50	10	0	*100
Capela	129	11	34	inúmeros
Maroim	17	4	0	40
Santo Amaro	10	1	8	46
Itabaiana	36	7	103	...
Vila Nova	36	9	54	4
Propriã	20	4	50	...
TOTAL	665	129	*566	...

(\*): Estes números não representam quantidades determinadas, pois nos relatórios das Câmaras Municipais são precedidos de expressões do tipo: mais de, mais ou menos.

FONTE: Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES - Câmaras Municipais - pacote 45 - ofícios diversos das Câmaras Municipais ao Presidente da Província, 1854. apud - Almeida, Maria da G. S. Estrutura de Produção: a crise de alimentos na Província de Sergipe, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27.

Como vimos na tabela 1, o cultivo da cana de açúcar havia se espalhado praticamente por toda a Província. Entretanto, uma área se destacava como centro produtor: a bacia do Cotinguiba, compreendendo os municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora, Rosário, Santo Amaro, Maroim, Socorro e Itabaiana, perfazendo na época um total de 389 engenhos. Os engenhos da Cotinguiba eram mais produtivos, pois as condições naturais de solos, formados por uma associação de argila, calcário, húmus e sais minerais, resultando no célebre solo do massapê, considerado o mais propício à cultura canavieira. São essas condições que explicam o fato de que 3/4 da produção total de açúcar da Província estivesse localizada nesta região. Sabemos que o engenho de açúcar era uma unidade produtiva complexa: além da manufatura do açúcar, compreendia uma extensão variável de terras cultivadas e incultas, dentre as culturas destacavam-se além da cana, a mandioca, feijão e milho, destinadas à subsistência da população do próprio engenho. Normalmente o engenho também dispunha de currais e matas - que supriam suas necessidades de combustível e madeira.<sup>14</sup>

Tão disseminados na Província quanto os engenhos, eram os alambiques, produzindo a popular cachaça. Estes estabelecimentos podem ser vistos como pequenos engenhos, incapazes de produzirem açúcar, dedicando-se portanto à fabricação de aguardente ou como unidades, ligadas às vezes por dependência pessoal do seu proprietário, a algum senhor de engenho que lhe fornecia o melaço - matéria prima para a fabricação da aguardente.

Quanto às fazendas de gado destacavam-se os municípios de Lagarto e Campos, no sudoeste da Província, Itabaiana, no centro-oeste, Vila Nova e Propriã, no vale do São Fran

cisco. Localizavam-se, portanto, no agreste-sertão, onde as condições climáticas e a baixa fertilidade do solo não possibilitam o cultivo da cana de açúcar. As fazendas proviam parte das necessidades de animais de tração e de carne para a região açucareira da Província e da Bahia. Por outro lado a constância e significativo valor que assumem as importações sergipanas de charque demonstram que a pecuária provincial não conseguia atender as necessidades da região.

Outro tipo de estabelecimento rural disseminado por toda a Província eram os "sítios", pequenas propriedades dedicadas principalmente ao cultivo do feijão, milho, arroz e mandioca, bem como a cana de açúcar, fornecida a engenhos próximos. As informações para este tipo de estabelecimento são as mais precárias. Contudo, a partir de informações fornecidas pelas Câmaras Municipais, foi possível classificar da seguinte forma os municípios produtores de gêneros alimentícios: a) os que produziam para o mercado de Sergipe e da Bahia, b) os que produziam um excedente destinado exclusivamente aos mercados da Província, c) os que produziam para o mercado local.<sup>15</sup>

Os municípios de Simão Dias, Espírito Santo e Itabaianinha se enquadravam na categoria a, com destaque especial para Simão Dias, considerado o celeiro da Província. Na categoria b se enquadravam Estância, Rosário, Divina Pastora, Capela e Itabaiana. E, finalmente, na categoria c, estavam enquadrados os municípios de Santa Luzia, São Cristóvão, Santo Amaro, Laranjeiras, Socorro, Maroim, Vila Nova, Propriã, Lagarto e Campos.<sup>16</sup>

Acreditamos que os dados fornecidos pelas Câmaras Municipais Sergipanas em 1854 nos autorizam a concluir que a economia provincial estava organizada sob a forma mercantil e



cravista. Contudo, para uma melhor compreensão da gênese desta economia será necessário responder às seguintes questões: a) investigar as origens do capital dinheiro que a ela se dirigiu, b) examinar a existência e a mobilização dos recursos produtivos, c) considerar o sentido e comportamento da demanda externa de açúcar e posteriormente do algodão, que lhe conferirá o caráter mercantil.<sup>17</sup>

A produção do açúcar exige um volume inicial de dinheiro considerável destinado à compra de equipamentos (moendas, tachas, fornalhas, etc.), construção de prédios (engenho, senzalas, casa grande, depósitos, currais, etc.) e à compra de um certo plantel de animais e escravos. Além disso, parte dos recursos poderia ser destinado à compra de terras ou à confirmação da posse das mesmas. Como foi possível que uma economia com baixo grau de mercantilização conseguisse concentrar quantias razoáveis de dinheiro, suficientes para a construção de engenhos?

É pouco provável que os criadores e lavradores sergipanos do século XVIII dispusessem de tal volume de recursos monetários. Entretanto, a proximidade de um importante centro comercial - a praça de Salvador - com suas inúmeras casas comerciais e a íntima vinculação econômica dos senhores de engenho sergipanos com o comércio baiano nos levam a concluir que a expansão açucareira em Sergipe foi possível, graças aos financiamentos concedidos pelas casas comerciais baianas aos proprietários sergipanos.

Posteriormente, o desenvolvimento da cultura canavieira em Sergipe levaria ao estabelecimento de casas comerciais na própria Província, principalmente na cidade de Maroim. Esta, segundo um historiador sergipano,

"era uma vila cosmopolita, sede dos vice-consulados de Hamburgo e da Suécia e Noruega, possuindo uma "sociedade de estrangeiros", rica, composta de alemães, ingleses, franceses, italianos, espanhóis e portugueses e era a "Rainha dos Canaviais", servida por um rio que servia aos seus engenhos e aos municípios vizinhos aos dos vales da Japaratuba e São Francisco".<sup>18</sup>

A principal casa exportadora estrangeira era a Schram & Co, também conhecida como "Sociedade Hamburguesa", que foi fundada em Maroim, com filial em Hamburgo em 1839. A Schram & Co, posteriormente Schram Stade & Co, foi durante algum tempo a principal casa exportadora do açúcar baiano. Na segunda metade do século XIX, quando o açúcar baiano passa por uma crise, dedica-se ao comércio do fumo, sem entretanto abandonar o comércio do açúcar em Sergipe. Provavelmente parte do açúcar "baiano" exportado pela Schram era sergipano, pois é bom lembrar que na primeira metade do século XIX as exportações sergipanas eram feitas via Salvador.<sup>19</sup>

"A forma das relações comerciais mantidas entre essas casas estrangeiras e os produtores de Sergipe, era idêntica à que existia entre esses e os negociantes da Bahia, e posteriormente, deles com as casas comissárias do Rio de Janeiro. De um modo geral, as firmas antecipavam dinheiro aos lavradores para as despesas ocorridas na fase de produção, assumindo direitos de posse sobre o açúcar produzido".<sup>20</sup>

"A presença das casas exportadoras de firmas européias na Província, determinava os pontos daquele País para onde dirigiam-se, principalmente os produtos de sua lavoura. A Grã-Bretanha ocupava o 1º lugar, seguida por Portugal, vindo depois a Dinamarca, Suécia, França e outros de menor importância. O fato da Inglaterra receber o maior volume

dos produtos exportados deixa ver ligações intensas entre a firma hamburguesa, Schram & Co, que era a mais importante no ramo de exportação direta e os capitais ingleses. Essa hipótese é reforçada pela insignificância das relações comerciais entre Alemanha e Sergipe".<sup>21</sup>

Passemos agora a examinar a segunda questão: a existência e mobilização dos recursos produtivos: as férteis terras de massapê já estavam recortadas em sesmarias quando se iniciou a expansão açucareira em Sergipe.

"As sesmarias foram instalando-se na zona denominada Cotinguiba, que compreendia os rios Vasa-Barris, Cotinguiba, Sergipe, Jacarecica, Ganhamoroba, Siriri e Japaratuba, constituída de massapê amarelo e preto e, ainda nos vales de aluvião, matas abundantes, vegetação soberba, de grande fertilidade. Nessa rica região, instalaram-se inúmeras sesmarias, onde engenhos de açúcar bruto foram implantados pelos senhores portugueses e espanhóis com suas famílias, cujos brasões nobiliárquicos figuraram na Colônia, no Primeiro e Segundo Império. Essas sesmarias no processo histórico foram subdividindo-se pela lei natural da ocupação da terra, com o crescimento demográfico, a ampliação das famílias e a demanda de ocupantes, em propriedades que variam de área entre quatrocentas e setecentas tarefas, condições ótimas para a lavoura canavieira, pela uberdade da terra propiciada por um volume pluviométrico variável de 1.200 a 1.800 milímetros cúbicos de água".<sup>22</sup>

Quanto à oferta de mão de obra, ela é feita, até 1850, com a importação de negros cativos, de acordo com as necessidades dos engenhos e outras atividades subsidiárias.

A explicação das interconexões entre escravismo, sistema colonial e capitalismo foram demonstradas de forma clara por Fernando Novais. Dado o escopo de nosso trabalho restringir-nos-emos a apresentar, de forma resumida, seus argumen

tos.<sup>23</sup>

Novais toma como ponto de partida, para a caracterização da economia colonial, o "sentido de colonização"-que seria precisamente o de acelerar a primitiva acumulação capitalista nas metrópoles européias. Assim, a colonização, quando implicasse em mais que simples pilhagem e/ou ocupação e povoamento de territórios estrategicamente localizados, deveria implicar em produção de mercadorias não concorrentes com a produção metropolitana. Produtos tropicais, portanto, que através da instituição do "exclusivo comercial" seriam comprados pela burguesia metropolitana e revendidos com altos lucros nos mercados europeus. O "exclusivo comercial" também garantia à burguesia metropolitana o monopólio do fornecimento de gêneros às suas colônias e normalmente coibia o surgimento de atividades econômicas, na colônia, que pudessem concorrer com os fornecedores metropolitanos.

Portanto, as colônias deveriam ser organizadas como economias mercantis, complementares à produção metropolitana. Porém, o sentido da colonização implicava em algo mais: o regime de trabalho na colônia deveria ser compulsório. Isto porque era necessário produzir aos menores custos possíveis, para a extração do lucro comercial, o que implicava, na época, em condições extremamente violentas de exploração do trabalho. Ora, a existência de grandes extensões de terras livres nas colônias, não permitiam a existência de trabalho livre, já que isto implicaria em pagar elevado salário, que desestimulasse o trabalhador colonial a se estabelecer como produtor autônomo.

Uma vez explicada a necessidade do trabalho compulsório, nos marcos do sistema colonial, torna-se necessário explicar porque trabalho escravo, e, mais precisamente, porque os negros africanos foram os que melhor se "adaptaram" ao trabalho colonial. Inicialmente são rejeitadas as explicações de

que a insuficiência de braços na metrópole levou a mesma a re correr aos africanos. Evidentemente, a questão é explicar o porque da escravidão africana, o que não pode ser explicado pela simples falta de braços na metrópole. Da mesma forma se re cusa a explicação de que os indígenas eram menos aptos para o trabalho agrícola e que, além do mais, eram protegidos pelos je suitas.

Concluindo, Novais afirma que o tráfico negreiro, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos a borígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse "gênero de vida". A acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía, em grande parte, para a metrópole; realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abas tecimento dessa mercadoria. Este talvez seja o segredo da me lhor "adaptação" do negro à lavoura escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode melhor entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.

A proibição do tráfico negreiro em 1850, dará no vos contornos à questão da oferta de mão de obra, problema que abordaremos mais adiante.

### 3.- Estagnação, Crise e Modernização

Como já afirmamos, a expansão da cana de açúcar em Sergipe, integrando-o ao fluxo do comércio internacional, levou, na segunda metade do século XIX, à estruturação de um complexo mercantil escravista. A dinâmica deste complexo, portanto, passava a ser fortemente relacionada à demanda externa por açúcar e, secundariamente, por algodão. Nos períodos de excitação da demanda há uma mobilização de fatores produtivos com a finalidade de produzir a principal mercadoria desta economia, com certo prejuízo das atividades de subsistência. Nos períodos de fraca demanda por açúcar a economia vai se adaptando à nova situação com possível regressão temporária às atividades de subsistência.<sup>24</sup>

Este complexo econômico, com todas as qualificações que se lançam ao Complexo Nordeste, principalmente a de não operar em bases de relações capitalistas de produção, iria definir novas relações econômicas entre as próprias regiões da Província.

A partir da demanda gerada nos engenhos e pequenas cidades da Zona da Mata estruturar-se-ia um setor dedicado à produção de alimentos e animais, que seria revigorado com a produção do algodão, produto que se tornaria a principal mercadoria do agreste-sertão. Devemos porém lembrar que as relações escravistas de produção incentivavam as tendências à autarquia nos engenhos, inibindo, portanto, a divisão social do trabalho.

Após penetrar no setor de importação e exportação de Sergipe, na década de 1870, o capital mercantil assumirá formas tipicamente antediluvianas: se mantinha entaves à acumulação ao nível dos engenhos, viabilizava, a partir de cer

to momento, seu extravasamento para atividades industriais, a grícolas e de serviços. Vejamos, então, os principais componentes do complexo mercantil escravista em Sergipe.

### 3.1 - A Demanda por Açúcar

Quando da formação do complexo mercantil escravista em Sergipe, o Nordeste brasileiro já havia se tornado fornecedor secundário no mercado internacional do açúcar. Nos séculos XVIII e XIX o surgimento de novos produtores de açúcar de cana e posteriormente de beterraba agravariam essa marginalização, conforme podemos ver na tabela abaixo.

TABELA 2  
Participação do Brasil no Mercado Mundial  
de Açúcar

Anos	Porcentagem
1841-45	9,3
1846-50	10,3
1851-55	8,6
1856-60	6,3
1861-65	6,6
1866-70	4,4
1871-75	5,7
1876-80	5,3
1881-85	5,3
1886-90	2,8
1891-95	2,1
1896-1900	1,4
1901-05	0,8
1906-10	0,4

FONTE: Eisenberg, Peter L. - Modernização sem Mudança. A Indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, pag. 47.

Esta situação só é alterada em alguns períodos em que há um reaquecimento da demanda externa de açúcar, por

outro lado, o desenvolvimento da cultura cafeeira no Centro-Sul do Brasil, que inclusive levou a um relativo abandono da sua cultura canavieira, faria com que, a partir do último quartel do século XIX, o mercado nacional se tornasse cada vez mais importante como escoadouro da produção açucareira nordestina.

Sergipe ocupava posição relativamente secundária se o compararmos com os grandes produtores nordestinos - Bahia e Pernambuco - (vide tabela 17, anexo estatístico). Contrariando esta nossa afirmação existem os dados de 1866-67, 1868-69. A construção da referida tabela não deixa de trazer alguns problemas de compatibilização de dados. Por exemplo, para o Brasil, temos o volume total de exportações de açúcar para o exterior. Porém, para as províncias esses dados podem não ser tão seguros, isto porque as províncias nordestinas exportavam, durante o século XIX, o seu açúcar, para o exterior, porém como já afirmamos as exportações para o mercado nacional, a partir do último quartel do século XIX, se intensificaram, sem que as estatísticas provinciais destaquem quanto do açúcar foi exportado para o exterior e quanto para o resto do País. Desta forma, chegamos a situação vista na tabela 17, as exportações de açúcar de Sergipe, Bahia e Pernambuco, somadas, são maiores que a do Brasil.

No caso de Sergipe há uma dupla contagem no valor do açúcar exportado, já que o mesmo, praticamente em sua totalidade, era exportado para a Bahia, durante a década de 1850, de onde seria reexportado para o exterior. A partir de 1862-63, apesar da Bahia continuar intermediando as exportações sergipanas de açúcar, já há significativa exportação direta para o exterior. A partir do último quartel do século XIX, aumentam as exportações de açúcar sergipano para o Rio de Janeiro.



Neste sentido, há superestimação da participação sergipana nas exportações brasileiras de açúcar, já que parte delas se dirigem ao mercado nacional.

A referida tabela, contudo, serve como forma de aproximação da real participação das exportações sergipanas no total das exportações brasileiras de açúcar, já que, em condições normais, elas seriam creditadas à Bahia, de onde aliás eram despachadas para o exterior.

Vejamos o comportamento da demanda externa de açúcar, à luz dos dados que dispomos sobre as exportações sergipanas.

Em 1846, foi promulgado na Grã-Bretanha o Sugar Act, que reduziu as tarifas sobre importações de açúcar bruto, o que provocou recuperação nas exportações brasileiras desse produto durante as décadas de 1850-60. Em Sergipe, atingiu-se um pico de exportações em 1856-57, seguido de uma retração em termos de valor das exportações e preço médio por tonelada. Em 1866-67 haveria sensível recuperação, atingindo-se o maior valor exportado até então, bem como o mais elevado preço médio. Segue-se no fim da década de 1860 e início da de 1870 uma queda sensível e inexorável no preço médio por tonelada exportada, acompanhada de elevação na quantidade exportada, que faz com que em alguns períodos o valor total das exportações não apresente tendências à queda, chegando mesmo a crescer, em outros. Este aumento no volume exportado acompanhado de redução do preço médio, é compatível com as condições do mercado internacional na segunda metade do século XIX: grande difusão do consumo; queda de preços devido ao aumento da concorrência; surgimento de produtores de açúcar de beterraba no Continente Europeu, cujas exportações eram altamente subsidiadas.<sup>25</sup>

No fim da década de 1870 e início da seguinte os EUA substituíam a Inglaterra como principal comprador do açúcar brasileiro, sem que se notasse expansão na quantidade exportada ou aumento no preço médio. Posteriormente, o surgimento de novos produtores, bem como acordos preferenciais destes com os EUA, praticamente excluíam os produtores nordestinos do mercado Norte-Americano. Chegamos à segunda metade da década de 80, com grave crise na economia açucareira sergipana: o valor total das exportações se comparavam, em termos nominais, aos valores da década de 1850-60, se bem que a quantidade exportada equivalesse, em média, ao dobro do mesmo período, o que representava acentuada queda do preço médio.<sup>26</sup>

O mercado do Sudeste brasileiro, assumiria alguma importância para os produtores sergipanos, a partir do último quartel do século XIX. Assim, apesar da extrema fragilidade dos dados, podemos demonstrar que até esta época, as exportações sergipanas se destinavam, em parte, ao exterior e em parte à Bahia, de onde certamente, eram reexportadas. Já em 1878 o Presidente da Província, em mensagem à Assembléia Provincial afirmava:

"Diminuí neste exercício de 1876-77 a exportação para fora do Império, e para isto muito influenciou a exportação do açúcar para o Rio de Janeiro onde o preço que gozou este gênero subiu a mais de 4\$000 por arroba."<sup>27</sup>

Contudo, essa expansão do mercado nacional não conseguiria elevar os preços do açúcar ou aumentar substancialmente a produção sergipana.

Concluindo, podemos afirmar que a forma em que se dá a expansão da demanda por açúcar no mercado internacional no século XIX, não beneficia os produtores nordestinos (e

sergipanos, em particular}, não conseguindo manter suas posições no mercado internacional. Outros produtores de açúcar de cana ou de beterraba melhor localizados, com técnicas produtivas mais avançadas, ligações mais seguras com os canais de distribuição do mercado internacional, ou contando com fortes subsídios estatais, vão paulatinamente deslocando os produtores nordestinos do mercado. Neste sentido, a expansão do mercado nacional do açúcar amenizou a crise sentida pelos produtores nordestinos, já que este mercado era protegido dos concorrentes estrangeiros.

A percepção destas condições de funcionamento do mercado internacional do açúcar e a impotência dos produtores sergipanos frente a essa situação conscientizaram as elites sergipanas sobre a crise e levou-as a tentar responder a estes desafios: como ofertar açúcar a preços declinantes, a longo prazo, a partir de uma estrutura de produção secularmente resistente a mudanças? Como melhorar a qualidade do açúcar, exigência de um mercado cada vez mais competitivo? Como compatibilizar as mudanças no processo produtivo com o problema da oferta da mão de obra, como conciliar relações de produção arcaicas - a escravidão em decadência e o emprego hesitante da mão de obra livre - com a melhoria das técnicas produtivas no campo? Como mobilizar capitais para estes empreendimentos e para a construção de uma infra-estrutura econômica mínima?

Antes de estudarmos essas questões vejamos o comportamento da demanda algodoeira para Sergipe, que, por alguns anos, rivalizaria com o açúcar em termos de valor de exportações.

### 3.2 - A demanda por algodão

Segundo Felisbello Freire, antes da Guerra da Secessão nos EUA a lavoura sergipana se restringia à cana de açucar. Porém, mesmo se desconsiderarmos a lavoura de subsistência, há indicações que a cultura algodoeira sergipana passou por um surto exportador antes da Guerra de Secessão. Assim, a fôrma o Presidente da Província em mensagem à Assemblêia Provincial em 1852:

"No intento de regenerar a cultura do algodão que tanto floresceu nesta Província e que hoje se acha em notável decadência, não obstante o grande consumo que lhe proporcionam os mercados europeus, entendi solicitar do Governo Imperial a remessa de algumas sementes do algodão herbãceo, espécie até hoje desconhecida na Província e que, entretanto tem reconhecida superioridade sobre o vulgar".<sup>28</sup>

Além dessa referência existem dados sobre exportação de algodão sergipano, antes da Guerra da Secessão, embora os mesmos se restrinjam às exportações pela barra do Rio São Francisco, conforme tabela abaixo.

TABELA 3

Exportação de Algodão em rama pela barra do Rio São Francisco

Anos	Quantidade (Kg)
1838	13.035
1839	28.485
1840	14.460
1841	10.575
1842	1.410
1843	6.165
1844	6.720
1845	1.500
1846	5.160
1847	-
1848	585
1849	840
1850	60

FONTE: CEPA - O Algodão em Sergipe, pag. 28

A partir da Guerra da Secessão, e por alguns anos, o algodão em Sergipe deixará de ser uma "cultura de quintal" e passará a ser a atividade mais rentável da Província, gerando verdadeira "febre do ouro branco", levando alguns pequenos comerciantes a abandonar sua profissão e internarem-se pelos municípios de Itabaiana, Frei Paulo, Simão Dias, Itabaianinha, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Gararu e Porto da Folha, dispostos uns a aumentar o plantio do algodão e outros a iniciá-lo.<sup>29</sup>

Finda a Guerra da Secessão nos EUA, a recuperação do cultivo do algodão naquele País é imediata, voltando seus preços externos aos níveis normais. As dificuldades dos produtores de algodão sergipanos, a exemplo de outras partes do País, são assim descritas pelo Presidente da Província:

"O algodão de Sergipe não pode já concorrer com os de outros países. A cultura a machado e enxada é pesada e cara, os centros algodoeiros distantes dos portos de embarque, e por consequência acrescido o preço do transporte. O algodão que chega ao mercado está sobrecarregado de despesas; o preço das vendas é desanimador, mal chega para as despesas de produção e condução, o lavrador não tira razoáveis juros do capital empregado e desta mesquinhez de ganho faz desprezar o cultivo do algodão, aliás de ótima qualidade".<sup>30</sup>

Em Sergipe, o fim da década de 1860 se caracterizaria quanto à exportação de algodão, por uma queda no preço externo, acompanhada por grande expansão nas quantidades, o que levaria o valor de suas exportações. Porém, na década de 1870, a queda no preço externo se faz acompanhar de redução na quantidade, passando o valor total das exportações de algodão a flutuar abaixo de 1.000.000\$, com exceção do ano de 1877-78, que se apresenta como excepcional quanto ao valor total de exportação e, principalmente, quanto ao preço médio por Kg exportado, que é superior aos alcançados durante a Guerra de Secessão.<sup>31</sup>

O desenvolvimento da indústria têxtil na Bahia, sem um suficiente desenvolvimento da produção algodoeira tornaria Salvador um centro importador de algodão das Províncias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais, situação que se agravaria a partir de 1879-80. A proximidade geográfica de Sergipe e, principalmente, as íntimas ligações do capital mercantil baiano como os produtores sergipanos podem sugerir que boa parte da exportação sergipana de algodão se dirigia para a Bahia, quando as condições do mercado internacional expulsaram os produtores marginais.<sup>32</sup>

Concluindo, podemos afirmar que ao contrário do açúcar, que durante todo o século XIX alternou períodos de cres

cimento das exportações, com períodos de retração, o algodão em Sergipe, passou por um único forte surto exportador, na década de 1860, seguindo-se forte retração, que jamais se recuperaria, frustrando as esperanças da classe dirigente sergipana de que as exportações algodoeiras retirariam a economia provincial da forte dependência do comportamento das exportações açucareiras.

### 3.3 - A Questão da Oferta de Mão de Obra

O problema da falta de braços para a lavoura aparece nos relatórios dos Presidentes da Província e em outros documentos do período em estudo, como uma das causas da crise econômica de Sergipe. É comum a referência à escassez de trabalhadores, bem como à sua "incapacidade, insubordinação, preguiça e elevados preços" - no caso dos escravos.

Como sabemos, o tráfico negreiro foi abolido no Brasil, através da Lei Eusébio de Queiróz, em 1850, após várias pressões por parte da Inglaterra. Como atividade clandestina, o mesmo se perpetuou até pelo menos 1856. Porém a simples abolição do tráfico elevou o preço dos escravos e anunciou um remoto fim da escravidão, já que, como se viu posteriormente, foi impossível reproduzir internamente a população escrava.<sup>33</sup>

Em Sergipe a situação tomou contornos particulares. Entre fins da década de 1840 e meados da de 1850 ocorreria elevação dos preços internacionais do açúcar, e portanto, de excitação da atividade econômica provincial, o que certamente levaria a um aumento da demanda por escravos.

Além da proibição do tráfico, a economia sergipana sofreria o impacto de uma epidemia de Cólera-Morbus. Em 1855 a epidemia assolava a Bahia. Como medida preventiva o Governo

da Província de Sergipe proibe a entrada de navios provindos de áreas sujeitas à epidemia. Porém, no mesmo ano, a epidemia atingia Sergipe.

"Os engenhos da parte Sul da Província foram os mais atingidos. Aí, a quantidade de escravos mortos chegou a mais de quatro mil. O total do número de vítimas foi calculado entre vinte e três a trinta e quatro mil pessoas. Delas, um terço foi arrancado da lavoura. Grande parte dos engenhos pararam suas máquinas. Enquanto alguns não tinham pessoas a quem recorrer para o trabalho de preparação do açúcar, em outros, seus proprietários acutelados, se isolavam demais cortando o contato com os povoados vizinhos".

No mesmo período há uma sequência de secas e as dificuldades de importação - já que os portos se achavam bloqueados - levam a uma crise no abastecimento de alimentos, acentuando os efeitos da epidemia. Por exemplo, o preço do feijão, passou de 2\$000 o alqueire em 1850, para 12\$000 em 1857.<sup>34</sup>

Na década de 1850, o café, no Sudeste brasileiro, já era a principal e mais rentável cultura de exportação. Sua expansão contínua exigia correspondente oferta de mão de obra. Cessado o tráfico internacional de escravos, surgiu com vigor o tráfico interprovincial, tendo como principais fontes de abastecimento Minas Gerais e o Nordeste.<sup>35</sup>

Inicialmente as autoridades provinciais tentaram coibir a saída interprovincial, instituindo elevados impostos. Em 1854 a lei nº 467 fixava em 300\$000 o imposto sobre a exportação de cada escravo. Porém, em 1858, o mesmo imposto, por ser considerado excessivo, é declarado "inútil, senão prejudicial". Na verdade, além de estimular o contrabando, teria de ser pago por senhores de engenho financeiramente arruinados. Desta forma, é rebaixado para 100\$000 por escravo.<sup>36</sup>



Se por um lado a venda de escravos podia resolver a situação financeira de alguns senhores, por outro, era uma ameaça inexorável para o futuro da economia. Robert Avê-Allemant que esteve em 1859 na Província, adverte sobre os primeiros sinais de depressão das bases econômicas da sociedade sergipana pela escassez de braços, que atribui à ação devastadora das epidemias e à extinção do tráfico negreiro.<sup>37</sup>

Estes fatos impõem a colocação da seguinte questão: estaria o trabalho livre substituindo o escravo, em Sergipe (principalmente nos engenhos) antes da abolição da escravidão? Andrade defendeu a tese de que a abolição da escravidão não causou maiores transtornos aos senhores de engenho porque os escravos vinham sendo substituídos por trabalhadores livres na produção - os moradores de condição.<sup>38</sup> Tal tese, em princípio, seria referendada pelos dados do relatório do Ministério da Agricultura de 1876, referentes a Sergipe. Nele notamos que em todos os municípios, desde os açucareiros, como Riachuelo e Japarutuba, a população livre empregada é maior que a escrava; nos municípios predominantemente dedicados à pecuária e culturas de subsistência - algodão o predomínio da população livre é ainda mais acentuado, como por exemplo, Riachão e Campos.<sup>39</sup>

Porém, os dados referentes ao emprego de mão de obra nos engenhos contrariam, aparentemente, a tese acima exposta. Assim, o relatório do Presidente da Província, em 1863, afirma que em 299 engenhos em atividade, se utilizava um total de 7.120 braços, dos quais 1.484 livres e 5.636 escravos. E mais, o relatório do Engenheiro Francisco Pimenta Bueno, a partir de respostas de 22 senhores de engenho, nos mostra que o emprego de mão de obra escrava nos engenhos é ainda nitidamente preponderante. De um total de 650 pessoas empregadas nestes 22 enge

nhos, 164 são livres e 486 escravos, com a ressalva de que alguns senhores declararam que empregavam um número variável de pessoas livres e um mencionou explicitamente, que sô empregava pessoas livres durante a safra.<sup>40</sup>

Os dados do relatório do Presidente da Província, em 1863, nos levam a concluir que cada engenho empregava, em média, aproximadamente 23 pessoas, sendo 18 escravos e 5 livres. O relatório Pimenta Bueno, de 1881, nos leva à seguinte conclusão: cada engenho sergipano empregava em média aproximadamente, 29 pessoas, sendo 7 livres e 22 escravos. Devemos chamar a atenção para o pequeno número de pessoas empregadas por engenho: Eisenberg afirma que os viajantes que estiveram no Brasil na década anterior à Independência calcularam que os engenhos utilizavam no mínimo 40 escravos capazes para fazer açúcar. É que nos primeiros anos da década de 1840 o número médio de escravos por plantação se elevava a 55. Em 1857, em 49 propriedades de Jaboaão, se empregavam em média 70 escravos e 49 indivíduos livres entre as idades de 18 a 50 anos.<sup>41</sup>

Certamente os engenhos sergipanos eram menores que os pernambucanos, porém o número de pessoas empregadas nos parece muito pequeno, fato que para nós sô pode ser explicado pela subestimação da população livre empregada nos engenhos. Provavelmente os senhores consideravam que não "empregavam" os rendeiros, agregados e moradores, não os declarando, assim, como empregados.<sup>42</sup>

Desde a década de 1850, os dirigentes provinciais alertavam para a necessidade de introdução de máquinas modernas que viessem suprir a escassez de braços escravos e da necessidade de se introduzir a mão de obra livre nos trabalhos agrícolas, "por ser esta última superior ao trabalho escravo", principalmente quando se tratasse de imigrantes europeus.

Entretanto, abolido o tráfico negreiro, as autoridades provinciais voltaram seus olhos para a possibilidade de utilizar como mão de obra a imensa população livre que vagava nas cidades e campos. Como explicação do surgimento desta massa de homens unilateralmente livres, aceitamos a de Maria S. de Carvalho Franco.

"Esta situação - a propriedade de grandes extensões de terra ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos - possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos de propriedades e meios de produção, mas não de sua posse e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes desta condição, dado que o peso da produção significativa para o sistema como um todo não recaiu sobre seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração de meios de produção, onde vagarosa mas progressivamente aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma "ralê" que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser".<sup>43</sup>

Os proprietários sergipanos e sua elite dirigente farão algumas tentativas de transformar esses homens livres em mão de obra. Assim, o relatório do Presidente da Província, em 1860, lembra aos Juizes de Paz, que a eles competia velar para que não houvessem mendigos e vadios, recomendando-lhes a utilização de todas as medidas ao alcance dos mesmos para acabar com a ociosidade. Ainda com este propósito, recomenda às autoridades públicas, que "procurassem tanto quanto estivesse dentro

da órbita de suas atribuições obrigar o povo ao trabalho e abandonar a ociosidade, fonte de vários vícios". Provavelmente, quem mais aclarou tais propósitos foi o chefe da polícia provincial, que em relatório de 1880, afirma que enviou uma circular a todos os delegados, na qual lembra que a causa da falta de braços para a lavoura é a ociosidade de parte da população, de onde, aliás, se originaria a maior parte dos crimes. Assim sendo, os delegados deveriam procurar em suas jurisdições os ditos vadios, fazendo-os assinar um "termo de bem viver", através do qual, os mesmos se comprometeriam a, no prazo de 30 dias, comprovar junto à polícia que estavam ocupados em um trabalho útil.<sup>44</sup>

O reconhecimento de que somente as medidas coercitivas são insuficientes levariam o Dr. Manuel da Cunha Galvão, Presidente da Província, a apelar à igreja, através dos párocos, para que os mesmos em seus sermões exortassem o povo ao trabalho e condenassem a ociosidade como fonte de vícios e pecados. O próprio Arcebispo da Bahia, a pedido do Presidente da Província, enviou uma epístola, louvando o valor cristão do trabalho e condenando os que se entregam à ociosidade.<sup>45</sup>

Apesar de tais esforços o trabalho agrícola na grande lavoura permaneceria predominantemente escravo, até as vésperas da abolição. Em parte, porque, segundo entendia um Presidente da Província, os proprietários não estavam educados para dirigir homens livres, acostumados que estavam ao mando absoluto e a não reconhecer as propriedades dos trabalhadores, açambarcando seus pequenos bens, roças e choupanas de forma arbitrária.<sup>46</sup>

Na verdade, o fato é que a população livre conseguia sobreviver em suas precárias condições de vida, apropriando-se da natureza, ainda não totalmente submetida à propriedade

privada. Ou, como disse um Presidência da Província:

"Se a uberdade de nosso solo, e a facilidade na alimentação concorrem para manter fora das raias do trabalho um sem número de ociosos, que são o cancro da sociedade, a sociedade no seu progresso ascendente pode pouco a pouco remediar este mal, chamando-os ao trabalho ativo e proveitoso, plantando a moralidade e bons costumes, já que outro meio falece, que possa ser racionalmente empregado".<sup>47</sup>

Ou seja, há um reconhecimento de que era impossível, naquele momento promover uma completa expropriação da população livre, tornando-a força de trabalho. Nestas condições, os senhores continuariam com o trabalho escravo, apesar de declaradamente incapaz de desenvolvimento técnico. Somente com a abolição da escravidão e com a possibilidade de que parte da população trabalhadora migrasse para outras regiões, Bahia e Amazônia, principalmente, é que novamente as elites falaria em crise de mão de obra e tentariam criar novas condições de submissão da população livre ao trabalho.

Já que a população livre nativa se recusava ao trabalho, restava a possibilidade de promover a imigração de trabalhadores europeus(ou asiáticos, em última instância), para resolver o problema da falta de braços na lavoura, seguindo o exemplo das Províncias do Sul e Sudeste brasileiro. No relatório do Presidente da Província, em 1851, é reclamada a destruição da aldeia indígena de Água Azeda e incorporação de suas terras ao patrimônio público com o objetivo de receber colonos. Em 1852 o Presidente da Província propõe que seja colocada uma consignação de cinco a seis contos de réis, para serem emprestados a prazo razoável e sem juros, à pessoa ou pessoas interessadas em introduzir colonos na Província.<sup>48</sup>

Em 1859, o Presidente da Província avaliou da seguinte forma as tentativas de promover a imigração:

"A lei nº 225, de 3 de julho de 1858 adotou diversas medidas tendentes a promover nesta província a colonização estrangeira pelo sistema de parceria. Esta idéia que eu sugeri em meu relatório à Assembléia Provincial no ano passado, e que foi benignamente acolhida, encontra porém, pouco apoio e é pouco compreendida pela máxima parte dos proprietários. E na verdade, a experiência me tem convencido que enquanto pela legislação geral, e por instituições de crédito, não se tornar mais fácil à lavoura o adiantamento de capitais, não é possível esperar que os nossos lavradores empreenderão seriamente qualquer melhoramento. Sente-se a falta de braços, mas ainda mais sentida é a falta de capitais. Nada se fez, portanto, no sentido de ensaiar-se a colonização em Sergipe".<sup>49</sup>

Já que a Província e os proprietários não podiam fazer muito pela imigração esperava-se em 1866 que parte dos norte-americanos que espontaneamente, face à guerra civil do seu país, se dirigissem a Sergipe. A esperança era infundada.<sup>50</sup>

Finalmente, cogita-se da possibilidade da imigração de asiáticos, tendo como pré-requisito o estabelecimento de bancos que fornecessem capitais à lavoura, o que possibilitaria uma solução pacífica para a substituição do braço servil pelo livre, já que aqueles aceitariam salários muito mais baixos que os nacionais.<sup>51</sup>

Apesar das tentativas de promover a imigração para Sergipe, tal fato não ocorreu, e, no entanto, a economia não passaria por grande crise de oferta de mão de obra. O declinante estoque de escravos, a partir de 1850, foi suficiente para a manutenção e expansão da cultura açucareira na medida exigida pe

las condições do mercado do produto, bem como para a manutenção de outras atividades econômicas. Pelos dados que dispomos, os engenhos de açúcar se mantêm baseados na mão de obra escrava até as proximidades da abolição, ao mesmo tempo em que também utilizavam mão de obra livre - moradores e jornaleiros. Ainda economizariam mão de obra com a introdução restrita de máquinas no processo de manufatura do açúcar. Portanto, ao contrário do Sudeste brasileiro - principalmente São Paulo - em Sergipe a relação de produção escravista é sustentáculo da principal atividade produtiva, até o momento em que a mesma foi abolida. Por outro lado o trabalho livre engajado no processo produtivo, o foi, preponderantemente, sob a forma de moradores. Tal fato restringiu o surgimento e expansão de um mercado de trabalho, com suas consequências sobre o desenvolvimento capitalista.

#### 3.4 - Modernização do Processo Produtivo

O deslocamento da posição do açúcar brasileiro no mercado internacional, por novos produtores que utilizavam modernas técnicas produtivas, fazia com que no século XIX, as elites dirigentes das províncias açucareiras e alguns de seus intelectuais insistissem na necessidade da modernização do processo produtivo do açúcar. Com apoio dos governos provinciais e Imperial, foram efetuadas várias tentativas de adequar os processos produtivos herdados da era colonial, aos novos tempos.

Em sergipe, a resistente e secular estrutura de produção do açúcar sofreria, na segunda metade do século XIX, algumas modificações, sem contudo ser alterada profundamente. Esta estrutura estava condicionada a um forte círculo vicioso: não se modernizava porque não dispunha de capital para tanto e não dis

punha de capital porque fora deslocada por concorrentes modernos e mais fortes. Desta forma, a difusão das inovações no processo produtivo do açúcar a nível mundial colocaria o seguinte desafio aos produtores sergipanos: a modernização ou sua transformação em engenhos rapadureiros, voltados unicamente para o pequeno mercado interno e dos sertões nordestinos. Neste sentido a modernização deixará de ser negócio de "audazes e excêntricos" senhores para ser uma necessidade vital de todos os produtores de açúcar.

Vejamos as idas e vindas do processo de modernização.

Examinemos inicialmente o cultivo da cana de açúcar, em Sergipe, na segunda metade do século XIX. Para tanto nos valeremos principalmente das informações contidas no trabalho de Bittencourt Calazans. Segundo ele, os terrenos abaulados, de várzeas não alagadas e taboleiros rasos constituem as melhores áreas para a localização do canavial. Como as plantações de cana se faziam muito às margens de largos e inundáveis rios, Calazans aconselha, a exemplo de outras nações o uso da drenagem, "desconhecida até hoje entre os nossos lavradores". Nesses terrenos plantavam-se a cana preferencialmente nos meses de julho a novembro.<sup>52</sup>

A estes cuidados iniciais seguiam-se o preparo do terreno, gradagem e abertura de sulcos para a colocação das sementes. Estas eram de espécies conhecidas como Crioula ou Merim, Caiãna, Batavia, Roxa, Malabar, etc. - já em degenerescência. O autor considera três espécies as recomendáveis aos agricultores sergipanos - Salangor, a Transparente ou Listrada e a China, recomendando adicionalmente, que se fizessem competições entre as espécies verificando-se sua adaptação aos diversos tipos de solos.



Os instrumentos utilizados na cultura canavieira se restringiam à enxada, machado, foice e pã. Chama a atenção o pequeno uso de arado e outros implementos agrícolas mais complexos. Em 1860 John Welch põe à venda na cidade de Maroim arados grandes e pequenos, próprios para abrir a terra de várias qualidades, cultivadores para limpar canas com arreios e peitorais completos, grades de 32 dentes para ciscar e soltar o terreno, arados para quebrar terreno duro, etc. Porém, já em 1868 o Vice-Presidente da Província informa que apenas três ou quatro estabelecimentos agrícolas estavam admitindo o uso de arados no preparo da terra<sup>53</sup>.

As precárias condições em que se desenvolvia o cultivo da cana em Sergipe, faziam com que os próprios dirigentes provinciais creditassem a produção local à fertilidade natural do solo e à regularidade climática. Não se empregava qualquer tipo de adubo ou procedimentos que mantivesse a fertilidade do solo, como por exemplo a irrigação, drenagem, rotação de culturas, etc. O cultivo se resumia ao corte da cana, que brotava para uma nova safra; antes do corte normalmente se faziam queimadas que destruíam a palha de cana, tornando-o mais fácil. Quando os terrenos se tornavam muito fracos para o cultivo, novas áreas eram abertas com a queimada das matas e capoeiras, e o destocamento das árvores maiores. Esta é uma rotina que pouco se alterou durante todo o século XIX.

A manufatura do açúcar, apresentou ganhos tecnológicos mais sensíveis, apesar de também restritos. Talvez por ser o segmento de mais fácil modernização é que muitos já recomendavam a separação das atividades industriais e agrícolas, associadas nos antigos engenhos. Tais experiências vinham sendo feitas nos centros mais adiantados na produção de açúcar. Os enge

nhos centrais, entretanto, sō chegariam a Sergipe no fim do período que estamos estudando. Os pequenos engenhos começariam lentamente a modernizar seus equipamentos, porém, de forma incompleta: assim um engenho trocava a tração animal por vapor, mas mantinha as precárias moendas e tachas de coser a fogo nu. Aliás é esta possibilidade de modernizar o processo produtivo de forma "modular", que explica a introdução paulatina dos novos equipamentos nos antigos engenhos. Assim, os investimentos seriam relativamente pequenos e poderiam ser feitos de forma segmentada, equipamento por equipamento, alguns senhores, premidos pela concorrência e estimulados pelas autoridades governamentais se lançam na aventura de modificar o processo produtivo transmitido de geração a geração.

Na grande maioria dos engenhos sergipanos persistia o mesmo sistema dos engenhos puxados por animais (bois ou cavalos), com as clássicas almanjarras e moendas colocadas verticalmente. Este sistema, além da lentidão da moagem, apresentava o inconveniente de não extrair todo o caldo da cana: calcula-se que 30% do material sacarífero era perdido, por permanecer no bagaço, resultado do incompleto esmagamento, ou pela má concentração do xarope.<sup>54</sup>

Os engenhos movidos a água eram mais eficientes na moagem. Calcula-se que chegavam a moer 30 a 40 tarefas de canas por dia, enquanto os movidos a animais moíam apenas 25 a 30 tarefas. Entretanto os últimos eram mais numerosos na Província, isto porque as regiões mais indicadas para o cultivo da cana, eram cortadas por rios de águas calmas. As regiões que dispunham de melhores quedas d'água, além de se localizarem em terras menos férteis, eram sujeitas às secas periódicas, que interrompiam o fornecimento da água.

Na segunda metade do século XIX, haveria uma progressiva mudança na força motriz dos engenhos sergipanos. Os engenhos movidos a vapor que eram apenas oito em 1863, passaram em 1871 a quarenta, em 1880 para mais de cem, duzentos e doze em 1883 e duzentos e dezoito em 1888.<sup>55</sup>

O questionário do Ministério da Agricultura, enviado aos municípios sergipanos em 1876 nos fornece alguns dados sobre a indústria agro-açucareira sergipana. Infelizmente, no Arquivo Público do Estado de Sergipe, encontramos apenas os questionários referentes a 10 municípios. Nestes, havia, naquele ano, 254 engenhos, dos quais 188 movidos a animais, 20 a água e 46 a vapor. Nota-se grande concentração dos engenhos a vapor (32 engenhos) nos municípios de Riachuelo, Laranjeiras e Japaratuba. Porém, quanto a existência de máquinas modernas para a clarificação do açúcar, apenas três Câmaras Municipais responderam a esta questão, deixando claro a insuficiente modernização do processo produtivo. A Câmara Municipal de Arauá informa a existência de uma máquina desse tipo, São Cristóvão duas e Laranjeiras três.<sup>56</sup>

Em 1881, Laranjeiras contava com 40 engenhos movidos a vapor, Japaratuba com 13, Divina Pastora com 29, totalizando 211 em toda a Província. Este quadro leva o Presidente da Província a afirmar que

"a agricultura de Sergipe já não conserva-se estacionária ante os últimos melhoramentos. Cento e tantos engenhos já empregam o vapor, contando alguns com turbinas, clarificadores e outros aparelhos aperfeiçoados".<sup>57</sup>

O governo provincial, dentro de suas limitações financeiras, procuraria viabilizar este movimento de renovação. Um dos problemas que mereceu a atenção das autoridades, foi a necessidade de uma fundição na Província, já que os senhores de en

genho estavam adquirindo novas máquinas e equipamentos, fazia-se necessário ter um estabelecimento capaz de produzir peças sobressalentes para imediata reposição, pois a importação das mesmas levava meses, e, assim, alguns engenhos eram obrigados a deixar seu novo equipamento ocioso.

Neste sentido, em 1865, foi contratada com Horácio Urpia, Vice-Consul de Portugal, a construção de uma fundição. Este, tempos depois, fez cessão do contrato ao engenheiro civil Joaquim Pires Carneiro Monteiro. Finalmente foi feito um novo contrato com a casa Cameron & Smith, que se obrigou a construir uma fábrica onde se produzisse máquinas a vapor, para engenhos, moendas, caldeiras, rodas hidráulicas e instrumentos agrícolas, recebendo em ocasião que o governo julgar oportuno a quantia de 5:000\$ para a aquisição do local mais adaptado e subvenção de igual importância anualmente no primeiro quinquênio e 4:000\$ em cada ano no segundo.<sup>58</sup>

A avaliação que os dirigentes provinciais fariam dos serviços prestados por este estabelecimento compreendia tanto os que reclamam dos preços, da morosidade na entrega e da qualidade dos produtos, até os que elogiavam seu trabalho, informando que a mesma conseguia sobreviver, mesmo após o cessar do subsídio governamental. De qualquer forma, se lembrarmos que Cameron & Smith era uma das principais casas comerciais de Sergipe, durante a segunda metade do século XIX, poderemos supor que a mesma se dedicava muito mais à importação e comercialização dos equipamentos para os engenhos do que à produção dos mesmos. A atividade industrial é subsidiária, e existe na medida em que é necessária para a própria concretização do principal negócio -no caso, vender as máquinas importadas.

Apesar da pequena modernização do processo de fabricação do açúcar, evidenciado no crescente uso do vapor como força motriz e na introdução de algumas máquinas de clarificar, purgar e filtrar, nos antigos engenhos, havia uma consciência de que este processo era insuficiente, e que para concorrer no mercado internacional o açúcar deveria ser produzido em grandes engenhos centrais, separando as atividades de cultivo da cana das de fabricação do açúcar. Ou, como dizia o Presidente da Província em 1866:

"sem dúvida é mais proveitoso que aqueles que não jogam com capitais se entreguem a cultura de cana para vendê-la ao grande proprietário, que dispõe de todos os dados para a fabricação do açúcar. Assim em vez de muitos infelizes teríamos homens venturosos, que desembaraçados de uma administração complicada, fariam convergir todos os seus recursos para um só ramo desta indústria, e possuindo livre um capital, ainda que pequeno, poderiam fazer os avanços reclamados por uma agricultura progressiva".<sup>59</sup>

O Governo Imperial, como forma de estímulo à agro-indústria açucareira, criou uma nova regulamentação - o decreto 8357, de 24 de dezembro de 1881, ampliando o disposto no decreto 2687 - através do qual se relacionou a garantia de lucro do capital investido à produção de açúcar da seguinte forma: 500 contos garantidos por engenho produtor de 1.000 toneladas, 750 contos garantidos pelo dobro desta produção e 1.000 contos pelo quádruplo. Os concessionários teriam ainda direito de expropriação para facilitar o transporte de cana, isenção de impostos de importação e preferência no uso e aquisição de terras públicas.<sup>60</sup>

O tenente-coronel João Gonçalves de Siqueira Maciel obteve o privilégio com garantia de juros para o estabeleci

mento de um engenho central em Japaratuba, e o engenheiro Joaquim Machado Fagundes de Melo, em 1881, requereu ao Governo Imperial garantia de juros de 7% ao ano sobre capital de 1.500:000\$ para a fundação de 3 engenhos centrais nos municípios de Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário.<sup>61</sup>

Nenhum desses projetos foi implementado, chegando-se a construir apenas o Engenho Central Riachuelo, localizado no Município do mesmo nome e pertencente à Companhia de Engenhos Centrais da Paraíba do Norte e Sergipe. Este começou a ser construído em 1888, possuindo uma força compressora nominal de 200 toneladas em 24 horas, e possuindo ainda uma ferrovia particular de 9 km de extensão. Sa safra 1891-92 sua produção alcançava 1225 toneladas de açúcar (5,6% das exportações sergipanas do produto).<sup>62</sup>

### 3.5 - Os Meios de Transporte

A inexistência de um verdadeiro sistema capaz de transportar, com rapidez, segurança e baixos custos as mercadorias transacionadas em Sergipe, era reconhecida como uma das principais causas do atraso econômico a que estava submetida a Província. Seus governantes tentaram construir um sistema que interligasse os principais centros produtores da Província, e esta, com o resto do País e com a Europa. Entretanto as dificuldades financeiras do governo provincial, advindas do modesto desempenho de suas exportações impediam o desenvolvimento das obras planejadas. Por isso, e por longos anos, a forma de transportar mercadorias em Sergipe, poderia ser exemplificada pelo envio do açúcar em carros de bôi dos engenhos para os trapiches, e destes, normalmente por via fluvial, para Aracaju, ou outros pequenos portos litorâneos, de onde seriam exportados para o resto do País

ou exterior. No caso do algodão, o transporte era mais precário, uma vez que sua cultura se localizava em regiões mais distantes do litoral, vencidas por tropas de burros e jumentos através de pequenas trilhas.

Tal precariedade dos meios de transportes é assim descrita pelo Presidente da Província em 1860:

"Quanto às vias de comunicação, temos só aquelas que nos deu a natureza, a arte ainda não veio com os seus poderes aperfeiçoar a natureza. Estradas terrestres ainda não existem, os rios são navegáveis até os pontos em que a natureza os apresenta como tais".<sup>63</sup>

Este "sistema de transportes" doado pela natureza, constituía-se de pequenos rios de poucos quilômetros navegáveis em direção ao interior, principalmente nas horas de maré alta, e seus portos, situados nas barras, estavam sempre sujeitos à formação de bancos de areia que tornavam perigosa a navegação e a "praticagem". Estas barras e seus respectivos portos eram: a do São Francisco, a de Aracaju ou Cotinguiba (Rio Sergipe), a do Vasa-Barris (São Cristóvão) e a do Rio Real (Estância).

De todos os portos, o de Aracaju era, de longe, o mais importante, chegando a embarcar 2/3 do volume total das exportações da Província. Apesar disto, o porto de Aracaju travaria árdua luta para se firmar como porto exportador, dada a proximidade da grande praça comercial de Salvador, que inibia os contatos diretos de Sergipe com os mercados europeus. Esta situação foi reforçada por dispositivos legais, pois,

"Quando a Carta-Régia de 28 de julho de 1808 dividiu as capitânicas da colônia em capitânicas de portos-francos e de portos-secos, criando nas primeiras as Juntas de Fazenda, Sergipe foi classificado como de porto-seco. E, como a lei de 20

de outubro de 1823 estabeleceu que os direitos nacionais dos gêneros de exportação fossem cobrados nas Juntas de portos-francos, Sergipe, apesar de possuir sua Junta de Fazenda (instituída em 25 de setembro de 1820) teve de ficar na dependência da Bahia para a arrecadação de direitos dos gêneros por ela exportados, ficando dessa forma, sua situação financeira grandemente prejudicada".<sup>64</sup>

Em 1854, porém, os trabalhos de pesagem, fiscalização e cobrança dos direitos sobre o açúcar e demais gêneros exportados passam a ser feitos na própria Província.<sup>65</sup>

Paralelamente a esta medida legal o Governo Provincial tentará criar condições reais para um comércio externo independente da praça da Bahia. É com este sentido que foi criada a "Associação Sergipense", empresa organizada por proprietários e comerciantes sergipanos, com destaque para o Barão de Maroim.

A Associação Sergipense tinha como objetivo fazer a rebocagem a vapor e a praticagem nos portos de Sergipe, principalmente no de Aracaju. Com um fundo de 200:000\$, dos quais 40:000\$ formavam a participação da Província em seus capitais e recebendo uma subvenção anual de 30:000\$, sendo 18:000\$ dados pela Província e 12:000\$ pelos cofres imperiais, tinha ainda o privilégio de exclusividade por 12 anos.<sup>66</sup>

A Associação Sergipense nasce, então, do desejo dos senhores de engenho de Sergipe de comerciarem diretamente com os centros importadores da Europa, e sua existência permitiu que os veleiros procedentes de lá, aportassem com segurança em Aracaju, já que seu porto estava fora das rotas das empresas estrangeiras de navegação a vapor.

No mesmo período em que é organizada a Associação Sergipense, se organiza a Companhia Bahiana de Navegação a



Vapor, que substituiu a Companhia Santa Cruz. O Presidente da Província anunciava em seu relatório de 1852:

"Com o feito de auxiliar a navegação e o comêrcio da Província foi votada a resolução nº 317 do ano próximo passado, autorizando o governo a contratar mediante subsídio de 12 a 15 contos de rêis, o estabelecimento da comunicação a vapor entre esta Província e a da Bahia com uma companhia que ali se projeta organizar para esse fim".<sup>67</sup>

"A partir de 1854, a Companhia Santa Cruz, realizava inicialmente, uma viagem mensal aos portos de Camumu, Ilhêus, Canavieiras, Porto Seguro e Caravelas, na lina Sal e Rio Real, Sergipe, Cotinguiba, Penedo e Maceiô ao Norte, recebendo subsídio de 60:000\$ pelo cofre geral, 40:000\$ pela Bahia, 12:000\$ pelo de Sergipe e 8.000\$ pelo de Alagoas."<sup>68</sup>

Em 1858 a Companhia de Navegação Bahiana substituiu a Santa Cruz e Bomfim, efetuando viagens duas vezes por mês a partir de Camumu, São José, Canavieiras, Caravelas e Porto Seguro. Em 1861, dispensou-se a Companhia de uma das viagens semanais para Cachoeira e Santo Amaro, de duas para Nazarê e das três mensais para Valença. Em 1865 foi desobrigada de uma viagem ao sul, dando-se-lhe em substituição mais uma ao Norte, até Aracaju, durante os meses da safra. Posteriormente a Companhia Bahiana organizaria a navegação a vapor no Rio São Francisco.<sup>69</sup>

Ligando o porto de Aracaju ao de Recife, existia a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, tendo entretanto menor importância econômica, dado que as ligações comerciais de Sergipe eram muito mais fortes com a Bahia, e posteriormente com o Rio de Janeiro. Em 1880, o Presidente da Província declarava que até poucos anos atrás eram desconhecidas as vantagens resultantes da navegação da Companhia Pernambucana, mas que já se no

tava algumas vantagens em vista do recente aumento das transações comerciais com Pernambuco.<sup>70</sup>

Na década de 1880, quando as exportações para o exterior representavam cerca de 2/3 das exportações totais, o governo provincial tenta viabilizar a navegação a vapor, ligando diretamente o porto de Aracaju aos portos europeus. Assim, o Presidente da Província, baseado na resolução 1260 de 12.04.1883, mandou publicar editais na Província e nos principais jornais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Alagoas, convidando concorrentes ao contrato para a navegação direta entre o porto de Aracaju e o de Liverpool, tocando em Lisboa, Havre e Antuérpia, e recebendo cargas para Londres. No dia 9 de julho de 1883, marcado para o recebimento das propostas, apresentou-se apenas uma, assinada pelo capitão Eugênio José de Lima, a qual foi aceita. A 11 do mesmo lavrou-se o respectivo contrato, em virtude do qual dentro do prazo de um ano dever-se-ia estabelecer a navegação citada, comprometendo-se a Província a pagar a subvenção anual de 40:000\$. Esta empresa não chegou a ser concretizada, se outras razões não houvessem, bastaria a da redução do valor das exportações de açúcar, que ocorre na segunda metade da década de 1880 e posteriormente a mudança de destinação que sofreriam as exportações sergipanas, que passaram a ser feitas crescentemente para o Rio de Janeiro.<sup>71</sup>

Evidentemente, tão preocupante quanto a ligação de Aracaju com os principais mercados consumidores, era a ligação dos centros produtores à capital da Província. Neste sentido, em 1850, o Presidente da Província levanta a possibilidade de se construir um sistema de navegação interior:

"sendo esta Província susceptível de ser canalizada, tornando navegáveis muitas lagoas de Norte a Sul de seu território por entre o Rio Japarutuba

e Pomonga, por entre o Rio Poxim e Santa Maria, uma empresa desta ordem muito poderia proteger a lavoura e o comércio, trazendo vantagens incalculáveis à riqueza pública".<sup>72</sup>

Tentando estabelecer uma ligação segura entre a principal região produtora de açúcar e o porto de Aracaju, o governo provincial constrói um pequeno canal ligando os rios Pomonga e Japaratuba. O Rio Japaratuba desagua no Oceano Atlântico, mas sua barra era totalmente impraticável para a navegação, de forma que, para ligar seu vale com o porto de Aracaju, tornava-se necessário ligá-lo ao Pomonga que desagua na parte Norte da Barra do Cotinguiba (Aracaju).

Em 1856, o então Presidente da Província Assim justificava a importância deste canal:

"Cerca de seis mil caixas de açúcar exportam 120 engenhos, sítios na ribeira da Japaratuba, lutando os propretários com os maiores embaraços na condução desse e outros gêneros em carros por péssimas estradas. Com a abertura do canal comunicando-se o Rio Pomonga e Japaratuba, além de removerem-se os obstáculos apontados abrem-se as portas ao comércio interno entre o recôncavo do Japaratuba com os povoados de beira mar, Barra dos Coqueiros, Capital, Santo Amaro, Socorro, Laranjeiras, Porto das Redes, Maroim, Bom Jesus e Divina Pastora, donde resulta entre outras vantagens, diminuição dos preços dos gêneros cuja carestia está na razão da distância e dificuldades de transporte, o que cessará com a franca navegação do Pomonga e Japaratuba."<sup>73</sup>

Este canal, concluído em 1858, teria uma história marcada por tentativas de desobstruô-lo, bem como de tentar manter a navegabilidade dos rios que ele unia.

Ainda dentro das tentativas de organizar o transporte no interior da Província foi criada uma empresa de navega

ção fluvial a vapor ligando Aracaju às cidades de Laranjeiras e Maroim e o Trapiche das Pedras (Rio Sergipe). Para isto o Governo Provincial foi autorizado pela resolução nº 527 de 3 de julho de 1858 a contratar esta navegação "com quem mais vantagem oferecer à fazenda provincial", sendo aceita a proposta do Sr. José Ignácio de Barros Pimentel. Este provavelmente não chegou a assinar o contrato, pois em 12.11.1859, foi assinado o contrato com o tenente-coronel Francisco Pêlix de Freitas Barreto, recebendo subvenção anual de 6:000\$ dos cofres provinciais.<sup>74</sup>

As "estradas", se é que assim poderiam ser chamadas, ligavam apenas as principais cidades a Aracaju. No relatório do Presidente da Província em 1874 descreve-se o contrato de construção da estrada de São Cristóvão à Capital, consistindo o trabalho de "roçar toda a estrada no seu comprimento na largura de 30 palmos, o arrancar os tocos e construir uma pequena ponte de madeira. Com trabalhos semelhantes se executa a estrada que liga a capital a Laranjeiras.<sup>75</sup>

Quanto às ferrovias, não chegaram a ser construídas no século XIX, porém foram planejadas e objeto de concessões por parte do Governo Imperial e Provincial. Em 1881, o Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno apresentou ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, parecer sobre a preferência de traçados para estrada de ferro na Província de Sergipe, optando por uma proposta que conciliava duas alternativas, consistindo numa linha que ligaria Aracaju a Simão Dias (no Sul) e a Propriã (no Norte).<sup>76</sup>

#### 3.4 - A Intermediação Comercial e Financeira

A questão da apropriação do excedente gerado pela agro-indústria açucareira, bem como as formas de financiamento desta atividade, aparecem constantemente na maioria dos relatórios dos Presidentes da Província. Expressando o pensamento dos senhores de engenho registram seu protesto contra o monopólio comercial das casas exportadoras, o papel intermediário comercial representado pela praça de Salvador, os juros abusivos cobrados pelas casas comerciais e a falta de capitais para o atendimento das necessidades dos engenhos.

O quadro não seria diferente em relação aos produtores de algodão, o segundo produto de exportação da Província. Entretanto, não há registros expressivos quanto à forma de comercialização nem reclamações por proteção governamental. Não sendo parte da "grande lavoura", mas principalmente uma "cultura de pobres", o algodão não receberia tantas atenções oficiais.

Várias medidas seriam sugeridas para romper o "círculo de ferro" a que estavam submetidos os senhores de engenho sergipanos. Entre estas estavam: estabelecimento do comércio de exportação e importação diretamente com a Europa e Rio de Janeiro; fundação de estabelecimentos bancários na Província, capazes de oferecer volume suficiente de crédito a juros módicos; a associação dos próprios senhores de engenho para a constituição de caixas mútuas de empréstimos e depósitos; etc. Como veremos, todas estas tentativas de romper o "círculo de ferro" de certa forma fracassaram. Começamos pela questão da intermediação comercial e financeira realizada pela praça de Salvador.

Conforme já afirmamos, a expansão da produção açucareira a partir do século XVIII, em Sergipe, foi provavelmente via

bilizada pelos adiantamentos que as casas comerciais sediadas em Salvador faziam aos senhores de engenho. A proximidade geográfica e a unidade política de Sergipe e Bahia podem ter reforçado este relacionamento econômico. O fato é que se a proximidade de uma importante praça comercial e financeira como Salvador, propiciou, num primeiro momento, a expansão da cultura canavieira, num segundo, subordinou os destinos da mesma aos interesses comerciais das casas exportadoras sediadas em Salvador, inibindo o desenvolvimento do comércio de exportação e importação em Sergipe.

No século XIX as casas exportadoras aparecem em Sergipe, mais especificamente na cidade de Maroim, onde em 1836 é fundada Schram & Cia, com filial em Hamburgo. Esta seria a principal casa exportadora de açúcar da Província durante o século XIX, porém sua presença não alteraria o esquema de predomínio de Salvador como praça intermediária das importações e exportações da região. Em primeiro lugar porque a casa possuía filial em Salvador e em segundo porque Salvador continuaria sendo o primeiro destino de boa parte do açúcar sergipano, de onde era posteriormente reexportado.

Entendemos necessária, para a caracterização do comércio externo da Província, a subdivisão do período que estamos estudando em duas etapas. A primeira de 1850 a 1870 e a segunda de 1870 a 1888. Esta divisão apresenta algumas dificuldades. A primeira é a extrema fragilidade dos dados sobre o comércio. Fomos obrigados a recorrer aos relatórios dos Presidentes da Província e outros documentos oficiais para a confecção de séries sobre o comércio sergipano, porém estas fontes são omissas em vários anos, sobre o comportamento do comércio externo. A segunda dificuldade é que algumas tendências se manifestam apenas em parte das etapas que estabelecemos. Contudo, penso que podemos caracterizar a 1.<sup>a</sup>

etapa como sende a de predomínio da praça de Salvador como intermediária no comércio externo sergipano e a segunda (1870-88) como caracterizada por um declínio de Salvador, enquanto ponto mediador do comércio sergipano. Vejamos mais detalhadamente a questão.

Conforme podemos ver na tabela 19, nas décadas de 1850-60, a Bahia é o principal destino das exportações sergipanas, que consistiam praticamente em um único produto - o açúcar - ao qual se adicionarã a partir de 1866-67 o algodão. Exportações para outras províncias do Império eram insignificantes, com exceção do Rio de Janeiro, que aparece com uma certa constância nas estatísticas, sem contudo rivalizar com a Bahia. Quanto às exportações diretas para o exterior, vão apresentando evolução durante a década de 1860, chegando em alguns anos da década de 1870, a superar as exportações dirigidas a outras províncias. Já vimos o papel desempenhado pela "Associação Sergipense", companhia de reboque a vapor, que viabilizou a praticagem e reboque de veleiros europeus nos portos sergipanos, propiciando as exportações diretas.

Outra medida adotada para incentivar a exportação direta para o exterior foi a redução de 6% para 4%, da alíquota do imposto sobre a exportação dos gêneros despachados diretamente para o exterior. Esta medida se enquadrava na hipótese de que o comércio direto com os mercados europeus e dos EUA, além de romper o monopólio imposto pelas casas comerciais sediadas em Salvador, traria a importação direta dos bens produzidos nestes países, beneficiando duplamente a economia sergipana. Tal hipótese pode ser vista, por exemplo, no relatório do Presidente da Província em 1876, que afirma:

"Como se vê a exportação direta assume proporções lisonjeiras. É, segundo já expandi (sic), o único meio de quebrar-se a pressão que sobre nossa la

voura exercem as grandes praças comerciais vizinhas e alargar-se os horizontes da indústria agrícola. Necessariamente a exportação direta trará a importação direta, a concorrência do estrangeiro, e com ela o maior preço do gênero, redundando tudo isto em benefícios reais para o produtor, para a província e suas finanças."<sup>77</sup>

Porém, já em 1874 o Presidente da Província reconhecia que a diminuição da alíquota do imposto de exportação sobre os produtos exportados diretamente para o exterior era responsável, em parte, pela redução das receitas provinciais, além de não ter favorecido os produtores sergipanos, sendo este desconto apropriado inteiramente pelos exportadores, que descontavam do preço pago ao produtor o correspondente à alíquota do imposto sobre a exportação destinada a outras províncias do Império, independentemente do mesmo exportar ou não para o exterior.<sup>78</sup>

Na década de 1880, consolida-se uma tendência já anunciada na década anterior: o exterior passará a ser o principal destino das exportações sergipanas, ao tempo em que a Bahia vai perdendo posição como destino dos produtos sergipanos. Infelizmente as informações estatísticas sobre o destino das exportações sergipanas são extremamente fragmentárias. De qualquer forma, podemos comprovar na tabela que em 1877-78 de um total de 1.379:978\$ exportados para outras províncias, 474:891\$ destinaram-se à Bahia e 586:988\$ ao Rio de Janeiro. A expansão cafeeira no vale do Paraíba e Zona da Mata de Minas Gerais, juntamente com o crescimento da população urbana do Rio de Janeiro, devem explicar essa maior demanda de açúcar na praça do Rio de Janeiro.

Quanto às importações, podemos ver pela tabela 20 do anexo estatístico, a pequena participação das mercadorias estrangeiras importadas diretamente, bem como a modesta participa



ção das mercadorias nacionais no total das importações da Província. A maior parte das importações, na primeira etapa (1850-70), se constituem de mercadorias estrangeiras já despachadas para o consumo e importadas de outras praças comerciais - de Salvador, principalmente. Estas mercadorias importadas pelas grandes casas sediadas em Salvador eram remetidas para o comércio varejista sergipano ou para os senhores de engenho que nelas possuíam contas-correntes.

As elites sergipanas estavam convencidas de que esta forma de estruturação do comércio representava um "desfalque" para a Província. Ou, como diziam:

"Se Sergipe remetesse diretamente para a Europa todos os seus produtos, os navios que servissem para transportar estes gêneros trariam em retorno aqueles que precisasse a Província e não aconteceria o que hoje se observa, que todos os gêneros que precisa são comprados na Bahia em 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> mão. Isto é, os objetos de consumo seriam por esse meio comprados mais baratos. Temos pois que atualmente os produtores de Sergipe sofrem por duas maneiras: 1<sup>o</sup> vendendo os seus gêneros aos negociantes de outras Províncias que vão vender para fora do Império, deixam de apurar o valor que conseguiriam se o fizessem negócio direto, porque os lucros dos que servem de medianeiros lhes pertenceriam e compram também mais caro os objetos de que precisam porque em lugar de comprá-los diretamente, vão comprá-los em 2.<sup>a</sup> mão. É objeto que deve merecer-vos o mais sério cuidado, o acabar com este sistema prejudicial de comércio, fazendo-o convergir para a Europa e mais países estrangeiros."<sup>79</sup>

A segunda etapa (1870-88) veria um declínio de Salvador, enquanto ponto de destino intermediário das exportações sergipanas, ao lado da crescente participação do Rio de Janeiro como mercado consumidor dos produtos sergipanos. Assim também as

exportações diretas para o exterior, sem que no entanto o predomínio comercial e financeiro da Bahia fosse suprimido. Assim vemos em 1878:

"O comércio desta província luta com imensas dificuldades, e não poderá mostrar-se próspero enquanto não conseguir emancipar-se do da Bahia, praça com quem entretém as suas relações, estando por isso mesmo sujeito às maiores imposições".<sup>80</sup>

Ao contrário do que imaginavam os dirigentes da Província, a exportação direta para o exterior não trouxe a importação direta do exterior. Para isto devem ter contribuído alguns fatores, que estão mutuamente interligados: a) fracos canais de comercialização e o tamanho da praça de Aracaju, b) o predomínio comercial de Salvador e, posteriormente, do Rio de Janeiro, c) a qualidade das instalações portuárias de Aracaju, d) o porte do capital mercantil sergipano.

O volume de importações efetuado pela Província, certamente não justificava importações diretas da Europa, principalmente se juntarmos a isto o fato de que a praça de Salvador, há muito tempo centralizava a distribuição de produtos importados para boa parte do Nordeste brasileiro. Assim sendo, é provável que os navios europeus trouxessem para Salvador os produtos importados pela região, e no seu retorno carregassem lá os produtos de exportação, completando a carga em outros portos da região, Aracaju, por exemplo. Porém, mesmo esta exportação direta para o exterior, esteve por vezes ameaçada, pelas condições de segurança do porto de Aracaju, como podemos ver no relatório do Presidente da Província, em 1875. "(...) o estado da barra desta capital, que excessivamente se acha tão pouco conceituado no estrangeiro que são por exorbitantes fretes se pode conseguir embarcações para receber carga no Aracaju."<sup>81</sup>

E finalmente, o capital mercantil sediado em Sergipe ainda não tinha um porte que viabilizasse operações de importações internacionais. Durante todo o século XIX, não se fundou nenhum banco na Província, demonstrando o insuficiente desenvolvimento e diferenciação do capital mercantil. As casas comerciais estrangeiras, Schram & Cia e Cameron & Smith poderiam fazer importações diretas. Porém não o fizeram em larga escala, pois ambas possuíam representações em Salvador e assim sendo, seria de se esperar que as importações feitas pelas mesmas fossem através daquela praça.<sup>82</sup>

Porém, é nesta segunda etapa que são fundadas casas comerciais, principalmente na cidade de Maroim, que assumiriam papel importante entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Ao que parece, o capital mercantil sergipano, quer através de sua face usurária, quer através de sua face comercial, irá assumindo porte neste período, crescendo nos espaços não ocupados pelas grandes casas comerciais sediadas em Salvador, ou pelas estrangeiras sediadas na Província. O fato é que datam deste período as fundações das casas comerciais de Cruz & Cia, Ribeiro & Cia, João Sobrinho, etc. No início do século XX, quando praticamente toda a exportação sergipana de açúcar se destina ao Rio de Janeiro, encontramos essas e outras casas comerciais intimamente ligadas a grandes casas comissárias do Rio de Janeiro, servindo como agentes das mesmas. Deve-se ressaltar ainda, que a expansão algodoeira permitiu um surgimento de casas comerciais que sobrevivem e se expandem apesar da decadência desta cultura.

Estrangeiras ou nacionais, sediadas na Bahia ou locais, as casas comerciais receberiam críticas dos senhores de engenho e dirigentes, pela forma de comercialização e apropriação do excedente, e pelos elevados juros cobrados. De forma que às ve-

zes eram tachadas de agiotas, como por exemplo, podemos ver no relatório de 1864.

"A lavoura (...) está sujeita a alguns agiotas que lhes sugam toda a seiva. Se os proprietários independentes podem prosperar, impossível é aumentar os seus haveres aqueles que são forçados a tomar dinheiro de 1 1/2 a 2% ao mês para suprir suas fábricas e prover as necessidades as vezes urgentes".<sup>83</sup>

A estes elevados juros cobrados pelas casas comerciais se adiciona o fato de as mesmas receberem, em consignação, a produção dos proprietários de terra, gerando uma situação que é assim descrita:

"a falta de capitais, esse sim é o verdadeiro flagelo que assola a lavoura da Província. O mais exagerado usurário se admiraria de ver as condições a que se sujeita o lavrador, que tem de levantar quaisquer capitais na praça, que é sempre a da Bahia. Juros de 1,5 a 2% ao mês, acumulações semestrais e o que é ainda pior, a condição de serem os credores os vendedores dos gêneros, donde resultam graves abusos e sobretudo o prejuízo que sofrem os agricultores de não poderem esperar melhor mercado para seus produtos."<sup>84</sup>

Tentando debelar este problema das elevadas taxas de juros cobradas pelas casas comerciais, a Assembléia Provincial em 1873, aprova uma resolução autorizando o governo a garantir a sociedades constituídas com o fim de conceder empréstimos aos agricultores, juros de 6% ao ano, sobre o capital da sociedade, até o limite de dois mil contos. Entretanto, a garantia de juros de 6% ao ano, e as condições impostas às futuras sociedades: empréstimos sob hipoteca de propriedades rurais, limite de 7% ao ano, para os empréstimos, não eram estímulo suficiente para quem encontrava juros de 18% e 24% ao ano, ou ainda mais elevados, pela ca

pitalização realizada no celebrar contratos de empréstimos garantidos pelo crédito pessoal e hipotecas reais.<sup>85</sup>

Já que o capital mercantil sergipano não interessava criar instituições financeiras, com garantia de juros dada pela Província e limitações na taxa de juros dos empréstimos que as mesmas poderiam conceder aos agricultores, sugeriu-se que o governo provincial tomasse um empréstimo de seiscentos mil contos de rês ou mais, em outras partes do Império. Estes recursos seriam transferidos para associações de empréstimo, que concederiam crédito aos agricultores, mediante hipoteca de bens rurais e sujeitos às mesmas condições e ônus contraídos pela Província com os estabelecimentos bancários. Tal proposta não chegou a se concretizar, e os governantes da Província continuariam a afirmar que:

"a falta de capitais é um dos maiores males que afligem a lavoura. Presos à usura de um ou outro indivíduo que adianta os seus pequenos capitais, debaixo de condições muito onerosas, os proprietários veem-se na contingência de não poder aperfeiçoarem os seus instrumentos e aparelhos de moderna invenção que diminuem e facilitam o trabalho".<sup>86</sup>

Se todas essas tentativas de estabelecer associações de empréstimos não obtiveram êxito, nem por isto os dirigentes da Província abandonaram suas idéias de fundar instituições que oferecessem crédito em maior quantidade e melhores condições. Os bancos agrícolas seriam escolhidos como instituição recomendãvel ao progresso da Província, pois fornecendo a lavoura os capitais que precisa, a juros módicos e em prazos compatíveis com as safras, ao contrário do que até então ocorria, habilitariam-na a amortizar e renovar em pouco tempo seus débitos, a melhorar suas máquinas, a transformar seu trabalho tornando-o mais produtivo.<sup>87</sup>

Apesar de todos os esforços dos dirigentes da Província, o capital mercantil local não manifestou interesse na constituição de bancos. Certamente, a possibilidade de obter ganhos nas atividades comerciais e usurárias, desestimulava os potenciais banqueiros da região. Tal fato seria constatado no relatôrio do Presidente da Província em 1886:

"A iniciativa individual, que sempre foi um elemento de máxima força na vida das sociedades, não se manifesta em semelhante emergência, a despeito de existir na Província algum capital improdutivo, que poderia ser aplicado na constituição de um pequeno banco".<sup>88</sup>

Concluindo, podemos afirmar que os senhores de engenho, em Sergipe, no período em estudo, estavam submetidos ao controle do capital mercantil que deles cobrava taxas e comissões para a comercialização da safra, impunha elevadas taxas de juros, preços dos bens de consumo e, naturalmente, o preço do açúcar. Os senhores de engenho não tinham qualquer possibilidade de controle sobre a comercialização de sua produção, pois, como vimos, ela é inicialmente feita exclusivamente por casas comerciais, algumas estrangeiras, sediadas em Salvador. Havia, assim, uma divisão de papéis econômicos: os senhores de engenho cuidavam da produção e as casas comerciais das operações de circulação.

Não há neste momento, portanto, a possibilidade de surgimento de um "capital açucareiro" à semelhança do "capital cafeeiro", que, extravasando dos engenhos se dedicasse à comercialização, construção de estradas, especulação com terras, construção de fábricas, etc. Cabe ressaltar que esta separação de papéis econômicos - no caso específico - também significava uma separação geográfica, na medida em que as funções mercantis eram desenvolvi<sup>d</sup>as principalmente em Salvador, não obstante todo o esforço das

elites locais em estimular o surgimento de um capital mercantil, capaz de dar sustentação ao projeto de modernização da produção açucareira na Província.<sup>89</sup>

Parece-nos que o frágil desenvolvimento das relações mercantis - já que o núcleo da atividade mercantil (o açúcar) não conseguiu, no período em estudo, uma expansão o suficientemente vigorosa, além de manter relações de produção escravistas - colocou limites ao desenvolvimento do capital mercantil local. Nestas condições, este assumirá formas tipicamente pré-capitalistas, capital usurário e comercial, "recusando" formas mais avançadas com o capital bancário, investimentos em atividades produtivas, etc.

Por outro lado, a constituição do setor açucareiro em Sergipe não deixaria de apresentar algumas características interessantes. Os engenhos são relativamente pequenos, possuindo portanto uma fraca capacidade de acumulação que alia-se a uma grande resistência econômica. Estando os mesmos sujeitos a pequenos gastos monetários, conseguem resistir, adotando a "forma" de unidades quase que de subsistência nos anos de crise. Nos anos de expansão da demanda de açúcar, retomarão com vigor a produção. Estes ciclos se repetiriam sem grande concentração de propriedades durante o século XIX. Somente quando os engenhos foram obrigados pelas condições de mercado a produzirem açúcar segundo os modernos métodos de produção é que se nota uma clara diferenciação entre os engenhos que resistiriam às oscilações do mercado e os que iriam à falência, gerando enfim, uma concentração de propriedades e uma especialização geográfica da produção.

## N O T A S

- 1 - Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, Cap. VIII.
- 2 - Freire, Felisbello - História de Sergipe, Petrópolis, Editora Vozes, 1977, p. 68.
- 3 - Idem, *ibid*, p. 69.
- 4 - Idem, *ibid*, pp. 76-77.
- 5 - Figueiredo, Ariosvaldo - O Negro e a Violência do Branco - O Negro em Sergipe, Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1977, p. 21.
- 6 - Freire, Felisbello - História de Sergipe, Petrópolis, Editora Vozes, 1977, p. 128.
- 7 - Idem, *ibid*, pp. 203 e 253-254.
- 8 - Prado Júnior, Caio - História Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1965, pp. 81-82.
- 9 - Idem, *ibid*, p. 86.  
É interessante notar que o autor não cita Sergipe entre as novas áreas produtoras, embora em Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, São Paulo, Editora Brasiliense, 1963, p. 193, cite que Sergipe conta em 1802 com 140 engenhos.
- 10 - Dantas, Orlando - O Problema do Açúcar em Sergipe, Aracaju, 1944, p. 18.
- 11 - Vilhena, L. dos S. - Recopilação de Notícias ... apud Prado Júnior, Caio - Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963, p. 139 e Freire, Felisbello, *op. cit.* p. 219.
- 12 - Idem, *ibid*, p. 219.



- 13 - Idem, *ibid*, p. 219.
- 14 - Almeida, Maria da G. S. de - Estrutura de Produção: A Crise de Alimentos na Província de Sergipe, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju/Se, nº 27, pp. 15/40.
- 15 - Almeida, Maria da G. S. de, *op. cit.* pag. 20 a 23.
- 16 - Idem, *ibid*, pag. 20 a 23.
- 17 - Trata-se de uma adaptação das questões que Cardoso de Mello, formula para o caso do surgimento da economia mercantil escravista cafeeira. Cf. Cardoso de Mello, J. M. - O Capitalismo Tardio, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p. 53-54.
- 18 - Sobrinho, Sebrão - Laudas da História de Aracaju, Aracaju-Se, 1954, p. 119.
- 19 - Sobrinho, Sebrão, *op. cit.* pag. 80.  
 Governo do Estado da Bahia - SEPLANTEC - CPE - A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1ª Etapa (1850 - 1888) Vol. 2, Atividades Produtivas, Salvador, 1978, p. 75.
- 20 - Santos, Lenalda Andrade  
Oligarquia Açucareira e Crise - dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em História da UFF, 1979.
- 21 - Idem, *ibid*.
- 22 - Dantas, Orlando V. - A vida patriarcal de Sergipe, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980, p. 18.
- 23 - Novaes, Fernando A. - Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial, Lisboa, Livros Horizonte Ltda., 1975.
- 24 - Furtado, Celso, *op. cit.*, cap. XI.
- 25 - Eisenberg, Peter - Modernização sem Mudança, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, pags. 41 a 55.

- 26 - Idem, *ibid.*
- 27 - Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Martins Fontes, 1º Vice-Presidente abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da Assemblêia Provincial de Sergipe no dia 19 de março de 1878.
- 28 - Cf. Freire, Felisbello - História de Sergipe, *op. cit.* pag. 61 - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, O Algodão em Sergipe, Apogeu e Crise. Relato Histórico (1590-1975), Aracaju, 1978 - pag. 28.
- 29 - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, *op. cit.* pag. 42-43.
- 30 - Relatório 06.03.1877 do Presidente da Província.
- 31 - Este valor excepcional pode ser devido a erro gráfico de fonte primária, que foí transmitido pelos principais autores.
- 32 - Governo do Estado da Bahia. SEPLANTEC - CPE - *op. cit.* pag. 259.
- 33 - Cf. Costa, Emília Viotti - Da Senzala à Colônia, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982, cap. I.
- 34 - Almeida, Maria da G. S., *op. cit.* pag. 31.
- 35 - A tese tradicionalmente aceita de que Minas Gerais teria exportado parte do seu estoque excedente de escravos para a região cafeeira, foi contestada por - Martins, Roberto Borges - Minas Gerais no Século XIX: O Tráfico e o Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora, mimeo.
- 36 - Mensagem do Presidente da Província, 1858.
- 37 - Apud Figueiredo, Ariosvaldo, *op. cit.*, pag. 43.
- 38 - Andrade, Manuel Correa de - ...: A Terra e o Homem no Nordeste, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, pags. 88-92.

- 39 - Lamentavelmente o APES não dispõe dos questionários referentes a importantes municípios, como por exemplo, Lagarto, Itabaiana, Capela, Propriã, Estância, etc., bem como algumas Câmaras Municipais não responderam de forma completa o referido questionário.
- 40 - Relatório do Presidente da Província, 1863.  
Relatório sobre preferência de traçado para estrada de ferro na Província de Sergipe, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por Francisco Antonio Pimenta Bueno, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1881. Adiante nos referiremos a este documento como "Relatório Pimenta Bueno".
- 41 - Eisenberg, Peter, op. cit., pag. 169.
- 42 - Sobre o tamanho dos engenhos sergipanos vide:  
Castro, Antonio Barros - Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil - Um estudo sobre os trabalhos do Açúcar e a política econômica dos senhores, tese de doutoramento apresentada ao IFCH da UNICAMP, Campinas, 1976, pag. 138.  
Mott, Luiz R. B. - População e Economia: Aspectos do Problema da Mão-de-Obra Escrava em Sergipe (séculos XVIII e XIX), em Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 28, 1979-82, pags. 19-32.
- 43 - Franco, Maria S. de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. Ver também:  
Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil - caps. XI e XII.
- 44 - Relatório do Presidente da Província - 1860.  
Relatório do Presidente da Província - 1880.

- 45 - Relatório do Presidente da Província de 15.08.1860.
- 46 - Relatório do Presidente da Província de 06.03.1877.
- 47 - Fala do Presidente da Província de 21.01.1866 (grifo nosso).
- 48 - Relatório do Presidente da Província - 1852.  
Dantas, Beatriz G. - Índios e Brancos em Conflito pela posse da terra (Aldeia de Água Azeda - Séc<sup>o</sup> XIX) Sepa rata dos Anais do VIII Simpósio Nacional da ANPUH, S. Paulo, 1976.
- 49 - Relatório do Presidente da Província - 1859.
- 50 - Fala do Presidente da Província de 1860.
- 51 - Relatório do Presidente da Província de 12.03.1880.
- 52 - Calasans, J.J. Bittencourt - O Agricultor Sergipano da Ca na de Açúcar, fotocópia da edição original de 1869.  
Almeida, Maria da Glória S. de  
Bittencourt Calasans e a Técnica Açucareira em Sergipe (séc<sup>o</sup> XIX), mimeo.
- 53 - Almeida, Maria da Glória S. de - Resistência às Transfor mações Técnicas da Cultura Açucareira (Província de Sergi pe 1860-75), mimeo, pag. 12.
- 54 - Almeida, Maria da Glória S. de - op. cit. pag. 6.
- 55 - Dantas, Orlando Vieira - O Problema do Açúcar em Sergipe, op. cit., pag. 19.
- 56 - Arquivo Público do Estado de Sergipe - Ministério da Agri cultura, pacote 419 B.
- 57 - Relatório do Presidente da Província de 01.03.1880.  
Relatório Pimenta Bueno.
- 58 - A propósito, ver que Richard Grahm menciona entre os in vestimentos britânicos no Brasil uma fundição da casa Ca meron & Smith, na Bahia, não fazendo qualquer referência a igual estabelecimento em Sergipe.

- Graham, Richard - A Grã-Bretanha e o Início da Modernização do Brasil (1850-1914), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973, pag. 157.
- 59 - Fala do Presidente da Província de 20.01.1860.
- 60 - Eisenberg, Peter - A Modernização sem Mudança, op. cit. Pag. 114.
- 61 - Santos, Lenalda Andrade. op. cit., pag. 169.
- 62 - Relatório do Presidente da Província - 1892.
- 63 - Relatório do Presidente da Província de 05.03.1862.
- 64 - Sobrinho, Sebrão, op. cit. pag. 25.
- 65 - Idem, ibid.
- 66 - Santos, Lenalda Andrade, op. cit. pags. 144-145.
- 67 - Relatório do Presidente da Província de 08.03.1852.
- 68 - Governo do Estado da Bahia - SEPLANTEC - CPE - A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1ª Etapa - 1850-1889, Atividades Produtivas, V. 2, Salvador, 1978, pag. 140.
- 69 - Idem, ibid., pag. 140.
- 70 - Relatório do Presidente da Província de 01.03.1880.
- 71 - Relatório do Presidente da Província de 18.07.1883.
- 72 - Fala do Presidente da Província de 10.03.1850.
- 73 - Relatório do Presidente da Província de 03.07.1856.
- 74 - Relatório Apresentado à Assembléia Provincial de Sergipe no dia 05 de março de 1860 pelo Presidente Manuel da Cunha Galvão.
- 75 - Relatório do Presidente da Província de 02.03.1874.
- 76 - Relatório Pimenta Bueno.
- 77 - Relatório do Presidente da Província de 01.03.1876.
- 78 - Relatório do Presidente da Província de 02.03.1874.
- 79 - Relatório do Presidente da Província de 05.03.1860.
- 80 - Relatório do Presidente da Província de 01.03.1878.

- 81 - Relatório do Presidente da Província de 1875.
- 82 - Apenas em alguns anos as importações diretas do exterior superam 10% do total de importações.
- 83 - Relatório do Presidente da Província de 03.05.1864.
- 84 - Relatório do Presidente da Província de 05.09.1872.
- 85 - Relatório do Presidente da Província de 02.03.1874.
- 86 - Relatório do Presidente da Província de 01.03.1880.
- 87 - Relatório do Presidente da Província de 01.03.1876.
- 88 - Relatório do Presidente da Província de 15.02.1886.
- 89 - Sobre o Capital Cafeeiro vide Silva, Sérgio S. - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. S. Paulo, Alfa-Omega, 1976, pags. 58-62 e  
Mello, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio. S. Paulo, Brasiliense, 1982, Cap. II.

**CAPÍTULO II**

**O COMPLEXO CAPITALISTA EXPORTADOR**

A abolição da escravidão trará o fim do complexo mercantil escravista no Nordeste - e em Sergipe, particularmente. Entretanto, o complexo capitalista exportador que sucederá o escravista estará marcado pelo baixo dinamismo econômico. A abolição da escravidão não levará ao assalariamento da mão de obra em larga escala, mas antes, à continuação da predominância de relações de produção pré-capitalistas.

As dificuldades dos produtores nordestinos de açúcar e algodão em conquistar mercados externos continuarão, se bem que o mercado nacional, em grande parte atendido pelos produtores nordestinos, apresentasse expansão considerável.

No caso específico de Sergipe, o precário sistema de transportes, o surgimento tardio de um embrionário sistema bancário, o deslocamento do açúcar sergipano do mercado do Rio de Janeiro e a incapacidade de concorrência do algodão no mercado nacional amenizam o impacto transformador que a abolição da escravidão teria sobre a estrutura econômica. Entretanto, com a abolição da escravidão, estão dadas condições formais para a gestação do mercado de trabalho e colocadas portanto algumas das pré-condições para o desenvolvimento capitalista. É bem verdade que parte dos trabalhadores que a economia sergipana "produziria" seriam "exportados" para outras partes do País. Mas, assim mesmo, a partir da abolição haverá uma diversificação da agricultura, com a expansão da produção de subsistência e o início da produção industrial.

Vejamos alguns dos elementos do complexo capitalista exportador.



1 - A transição do trabalho escravo para o trabalho livre

Analisando as consequências da abolição da escravidão no Nordeste brasileiro diz Furtado:

"Na região nordestina as terras de utilização agrícola mais fáceis já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semi-áridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém liberados na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas uma fração reduzida filtrou-se fora da região. Não foi difícil, em tais condições atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo".<sup>1</sup>

Em Sergipe há indícios, de que imediatamente após a abolição da escravidão, a produção agrícola não se desorganizou por falta de mão de obra, como podemos ver no relatório do Presidente da Província, em 1888.

"A maior parte dos escravos ficaram nas propriedades de seus antigos senhores, mediante a percepção de salário e estou convencido de que o trabalho da lavoura não sofrerá com a medida adotada, nem mesmo decrescerá a produção".<sup>2</sup>

Apesar da tranquilidade do Presidente da Província, a abolição da escravidão trará um novo problema, qual seja,

a possibilidade de migração da população trabalhadora, agora livre para movimentar-se no território nacional. Esta possibilidade se concretizará em momentos que há coincidência de crise econômica na região com expansão econômica em outras regiões. Por outro lado o problema da incompleta expropriação da população livre ainda não havia sido resolvido.

Segundo Sérgio Silva:

"Para que o trabalhador venda sua força de trabalho ao capital, é necessário que ele não possa viver senão da venda da sua força de trabalho, isto é, que ele seja despossuído de todo meio de produção. Essa condição material é uma condição primeira do desenvolvimento do capital. Mas é necessário ainda que o trabalhador esteja disposto (ideologicamente) a vender sua força de trabalho e não prefira, à condição de assalariamento, a miséria e a mendicidade. Ora dado que os fundamentos ideológicos e políticos da produção capitalista são ao mesmo tempo condições e resultados da reprodução do capital, nas origens da produção capitalista a coação e a violência ocupam sempre uma posição determinante".<sup>3</sup>

E por isso que após a abolição, nem os ex-escravos nem a antiga população livre se tornam imediatamente trabalhadores assalariados. Aliás, no Sudeste brasileiro o mercado de trabalho é constituído essencialmente a partir de imigrantes estrangeiros. Como não ocorreu imigração de estrangeiros, em larga escala, para o Nordeste, pode-se perceber a dificuldade de gestão de um mercado de trabalho. Dificuldade que se tornará mais aguda com a possibilidade de migração para outras regiões do País, explicadas tanto por fatores de expulsão quanto por fatores de atração.

As secas que periodicamente assolam o agreste sertão nordestino desestruturariam sua economia de subsistência, pro

duzindo levas de retirantes - uma população desprovida de meios de produção, mas não necessariamente ideologicamente submissa ao regime de produção capitalista. Por outro lado, dado que o ritmo de acumulação de capital nos engenhos e cidades da zona da mata não é muito acelerado, é possível que estes retirantes tenham dificuldades de encontrar até ocupações temporárias. Estão preparadas então condições ideais para a ação de aliciadores de mão-de-obra que prometerão não um trabalho assalariado, mas a fortuna rápida e fácil para todos nos "Eldorados" da Amazônia e da região baiana do cacau.

Não conhecemos dados que demonstrem que a emigração de sergipanos foi efetivamente importante, como forma de "esvaziar" o mercado de trabalho local. Por outro lado, a questão que nos parece mais importante, é que esta população excedente que emigra e eventualmente retorna para seu lugar de origem, não estava efetivamente expropriada, e principalmente, não se submetia ideologicamente a dominação do capital. Isto fará com que o recurso a meios violentos legais ou extra legais apareçam para os proprietários como única forma de submeter a população livre ao trabalho.

No início do século XX, ao lado da difícil situação da economia açucareira sergipana, há uma expansão da produção de cacau no Sul da Bahia e a "febre da borracha" na Amazônia. A população rural, principalmente do agreste-sertão, expulsa por secas periódicas começa a buscar a sobrevivência na região da zona da mata. Os engenhos, entretanto, não têm naquele momento, condições de pagar salários atraentes, e o mercado de trabalho urbano é ainda incipiente. Nessas condições a propaganda dos eldorados da Amazônia e Sul da Bahia atrairá a maior parte desses retirantes.

Os protestos dos senhores de engenho contra a emigração dos "seus" trabalhadores e contra a qualidade dos serviços por esses prestados, bem como suas propostas de reformas no relacionamento entre empregados e empregadores serão registrados especialmente em vários números da Revista Agrícola.<sup>4</sup>

Em um dos seus números, sob o título de "Organização do Trabalho" a revista afirma:

"A mais grave, a mais inadiável necessidade, entre todas as que reclama a lavoura sergipana é a organização do trabalho, sob bases que a torne perdurável e profícua".

"Não se pode compreender como tem ela atravessado esse, já, largo período que decorre da abolição imediata, até hoje, no meio da desorganização completa, da anarquia quase absoluta, que nela imprime a vontade caprichosa e sem freio, do trabalhador habituado à indolência, e animado pelo desinteresse de quem se contenta de quase nada para viver, e de quem não ambiciona o mais diminuto pecúlio para amparar a prole e garantir o dia de amanhã".<sup>5</sup>

Esta população livre e desprovida de ambições econômicas, no entender do articulista, tende a uma vida nômade, abandonando o seu emprego antes de concluídos os trabalhos, situação que segundo o mesmo não poderia perdurar, sob pena de decretar a total desorganização da lavoura sergipana. Para que isso não viesse a ocorrer, entende ainda o articulista que a legislação deveria regulamentar os contratos de compra e venda de força de trabalho, limitando o livre arbítrio das partes em interromper o contrato, ou em suas próprias palavras:

"causa dó e pena, causa lástima o que por ali se contempla e vê, se observa e estuda, não há contratos porque não há leis em execução que os

estabeleça, reconheça e regule, não há portanto, trabalhadores ligados e presos à fazenda, por curto período de tempo que seja, o proprietário ou fazendeiro, não sabe, portanto, com quem conta, qual a força que possui para atender a seus serviços, e mover toda a larga complexidade de trabalhos, a que, forçosamente tem que se dedicar.<sup>6</sup>

"Os trabalhadores em Sergipe, são indivíduos sem pousada certa, sem teto firme, atravessam isolados ou em pequenos grupos as inúmeras estradas, que percorrem maltrapilhos, enfraquecidos pelas moléstias adquiridas nessa vida errante, no mal passar contínuo, chegam ao engenho onde trabalham, às vezes um dia, dois, outras vezes horas."<sup>7</sup>

Concluindo, afirma o articulista:

"raros, muito raros foram os trabalhadores que a abolição deixou nos engenhos, a estes ligados pelo hábito do trabalho, pelo amor ao lugar em que nasceu".<sup>8</sup>

Diante desse quadro a revista passará a discutir as possibilidades de alteração do mesmo:

"Qual o remédio porém? Ou multiplicamos esses lucros poucos e maus por meio de aparelhos e mãquinas custosas, o que não é fácil pela deficiência de nossos capitais, ou substituímo-los pelo colono europeu para o que também nos falta o dinheiro, o preparo e a propaganda dos recursos do nosso Estado, desconhecido no exterior, ou teremos de nos servir com essa mesma gente, até melhores tempos, mas será preciso regulamentar o seu trabalho, interessá-la no solo e fixá-la, estabelecendo relações duráveis de direitos e deveres entre trabalhadores e proprietários, de modo a vivermos cercados de verdadeiros auxiliares e amigos, porque afinal o serão, desde que encontrem em nossas fazendas a paz, a abundância relativa e a segurança de suas famílias."<sup>9</sup>

A Revista, sempre que se referiu ao assunto, tachou os trabalhadores sergipanos de "indolentes, incompetentes, sem ambições, nômades, irresponsáveis", etc. Contudo, não deixou de protestar contra o aliciamento dos "trabalhadores patrícios", por agentes de outros Estados.

Publicará então alguns artigos contra essa prática. Em um deles, sob o título "Venda de Homens", podemos ler:

"Os nossos colegas do "Estado de Sergipe" já nos noticiaram nos precisos termos este fato revoltante que há dois anos ocorre em nosso Estado, sem que até agora se tenha levantado contra ele o necessário protesto."<sup>10</sup>

"Aliciar patrícios nossos, fazendo-lhes antever nas inóspitas plagas do Amazonas, onde são consignados como qualquer mercadoria, um Eldorado de indivisíveis grandezas; explorar assim a índole aventureira e audaz da nossa gente que já pagou com grande número de vida tão humilhante negócio para nossa civilização, tem sido a especialidade industrial de um Português de nome Guilhermino, que mais uma vez percorre o centro do nosso Estado onde atualmente se acha em plena atividade."<sup>11</sup>

Em outro número a Revista volta a enfatizar o assunto:

Queremos nos referir às levadas e levadas de trabalhadores que aqui tem sido aliciados para o Amazonas, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, onde muitas vezes são negociados como qualquer mercadoria e onde por seu trabalho, vão criar e multiplicar a riqueza alheia, enquanto nossas fazendas, desertas de suas atividades, mergulham na ruína, a nossa desolada lavoura, cada vez mais depauperada e desprotegida. Referimo-nos ainda ao pesadíssimo contingente com que contribuimos para as fileiras do nosso exército territorial

e marinha, que não satisfeitos com o que lhe damos, aqui não cessam de mandar comissários a engajar gente, facilitando destarte a sensível e já ruínosa despovoação do Estado."<sup>12</sup>

As reclamações quanto a emigração de trabalhadores e suas consequências sobre a economia sergipana prosseguiriam com certa constância. Em 1925, o Presidente do Estado, registraria:

"Queixam-se os agricultores mais abastados não sã da carência de braços, senão que os poucos que a preguiça ou a deserção perene para os grandes centros populosos de todo não se extinguiram tornam-se, dia a dia, mais exigentes e menos laboriosos".<sup>13</sup>

Apesar de todas as dificuldades, o mercado de trabalho ia se esboçando no Estado de Sergipe, e o assalariamento ia sendo introduzido mesmo no setor rural. Assim sendo, segundo o Inspetor do Ministério da Agricultura:

"Predomina no município (Aracaju), para os seus trabalhos agrícolas, o pessoal assalariado. Naturalmente, devido à pouca ambição dos seus trabalhadores rurais, o processo de trabalhos por empreitadas, não é de resultados eficazes, pois em tal caso, o camarada fica sem responsabilidade direta sobre o serviço, limitando-se o patrão a não lhe pagar os trabalhos não executados, ficando todavia com os prejuízos das terras incultas."<sup>14</sup>

"Apenas as pequenas empreitadas diárias são mais ou menos observadas nas limpas de cana e mandioca, e mesmo assim, se a "conta" é boa, e é terminada pouco além do meio dia, abandonam o serviço e recolhem-se ao rancho, sinal evidente de pouca ambição."<sup>15</sup>

"Os trabalhos de meação, esporadicamente são feitos no município de Aracaju".

"O pessoal assalariado, está percebendo presente<sup>u</sup> mente nas propriedades agrícolas do município o salário diário de \$800 a 2\$000, de acordo com o serviço".<sup>16</sup>

Evidentemente o assalariamento da mão de obra a grícola não estava difundido por todo o Estado. Mesmo na região da cana de açúcar persistia o emprego de moradores, foreiros etc. Nos arrozais do baixo São Francisco predominava a meação e no agreste-sertão complexas relações de trabalho, baseadas na dicotomia latifúndio-minifúndio, que iam do arrendamento "pela palha" pagamento de renda monetária, até o assalariamento temporário no corte da cana, na região da mata. O fato é que, premidos pela pressão demográfica sobre a economia de subsistência, pela valorização das terras do agreste-sertão, e pela pecuarização de parte dos antigos engenhos, a população rural do Estado ia sendo paulatinamente expropriada e expulsa de seus locais de nascimento, principalmente quando a esses fatores se juntava as secas. Parte dessa população filtrava-se para fora do Estado, mas parte ficava, formando assim o mercado local de trabalho, dando início as transformações capitalistas da economia.



## 2 - A Agro-Indústria Açucareira - luta pelos mercados

A agro-indústria açucareira sergipana, durante o período que vai da abolição da escravidão até 1930, perderia inexoravelmente sua posição relativa no mercado nacional, deslocada por novos e antigos concorrentes. Neste sentido seu comportamento foi diferente das congêneres localizadas em outros Estados da União. Assim, enquanto no Estado de Pernambuco a produção elevou-se de 120 mil para 240 mil toneladas entre 1925 e 1931, em Sergipe a produção e exportação média anual teriam um discreto aumento que seria interrompido na década de 1920 com uma diminuição do volume médio exportado, conforme tabela abaixo.<sup>17</sup>

Tabela 4  
Sergipe - Exportação de açúcar (em toneladas)  
Média Anual

Anos	Quantidade	Se/Br %
1890-1900	22.487	8,6
1901-1914	22.773	7,9
1915-1920	25.250	4,7
1921-1930	23.345	2,6

FONTE: Brasil - Gnacarinni, op. cit. pag. 318  
Sergipe - Mensagens, Falas e Relatórios  
dos Presidentes do Estado.

A expansão das vendas externas brasileiras de açúcar a partir da década de 1880 se manteria até 1902. A partir daí o País perderia sua posição no mercado internacional do pro

duto, deslocado por políticas protecionistas e/ou tarifas preferenciais dos principais centros consumidores. Entretanto esta perda do mercado internacional não levaria os produtores nacionais a uma crise, na proporção que se esperaria, graças à expansão do mercado nacional. A imigração estrangeira massiva para a região cafeeira e a urbanização do Rio de Janeiro explicaria, em grande parte, a ampliação do mercado nacional.

Porém, deslocados do mercado internacional, todos os produtores de açúcar se voltariam para o mercado nacional. Sergipe conseguiria apenas manter o volume de suas exportações para o Rio de Janeiro, implicando em grande perda de posição relativa.

"Deste modo ao passo que as entradas de açúcar bruto de Alagoas no mercado do Distrito Federal cresciam de 3% para 18% do total, num período de baixa de preços (os anos 1900 a 1904) as correspondentes entradas de Pernambuco aumentavam tão somente de 23% a 30%," enquanto as de Sergipe e Estado do Rio sofriam uma queda de respectivamente 36% para 18% e de 42% para 25%.<sup>18</sup>

Provavelmente, nos anos imediatamente posteriores, Sergipe recuperaria sua posição relativa no mercado do Rio de Janeiro, pois segundo Singer

"(...) no período de 1901/1907 o Rio importava 8.079.180 sacos de açúcar, dos quais 2.370.467 sacos de Sergipe, 2.225.686 de Campos, 1.186.405 de Pernambuco, 781.871 de Alagoas, 437.749 da Bahia, 263.034 da Paraíba, 106.943 de Santa Catarina e 33.025 de outros Estados."<sup>19</sup>

Tal recuperação não se manteria nos anos seguintes. Estamos convencidos de que a explicação da queda da participação relativa de Sergipe na produção nacional de açúcar está ligada a: insucesso dos grupos comerciais ligados à produção sergipana de açúcar; elevados custos de transportes e baixo poder de

acumulação, ao nível da unidade produtiva.

Vejamos o primeiro fator. No início do século XX o comércio interno de açúcar havia se nacionalizado, a partir principalmente, de grandes firmas localizadas no Rio de Janeiro, pois

"a paralização do comércio externo de açúcar foi afastando aos poucos o peso dos grandes capitais alienígenas no comércio interno e refinação do açúcar. A Cia Açucareira, fundada em 1901, no Rio de Janeiro, por capitais ingleses proprietários das grandes usinas de Sergipe e Paraíba, era, já nessa época, ao lado da Societê de Sucrêries Brê siliennes, esta detentora de várias usinas em S. Paulo e no Estado do Rio e grande comercializadora de açúcar de terceiros, uma exceção no mercado nacional. O primeiro e o terceiro maiores recebedores do açúcar entrado em 1905 no Distrito Federal, por cabotagem, eram firmas nacionais, as firmas estrangeiras em conjunto não receberam nesse ano mais de 44% do total".<sup>20</sup>

No ano de 1900 cerca de 62% do açúcar sergipano é exportado para o mercado nacional, e já em 1903, não há exportação para o exterior, sendo o Rio de Janeiro seu principal mercado. Porém, já no ano de 1900 abririam falência três companhias (Cia Central do Brasil, Saraiva Gracie & Cia, Comércio Nacional) responsáveis pelo armazenamento de 58,4% do açúcar sergipano.<sup>21</sup>

Em 1901, o então Presidente do Estado, assim se refere quanto à falência destas firmas:

"diversas casas comissárias do Rio de Janeiro que absorviam, por consignação, quase que a totalidade dos açúcares fabricados neste Estado, abriram falência uma após outras, em sucessão surpreendente, arrastando consigo as economias dos agricultores que ficaram desprovidos de recursos para o custeio de suas fazendas".<sup>22</sup>

"Os capitais existentes retraíram-se, como era natural em vista da crise, agravada com a suspensão de pagamentos nos estabelecimentos bancários da Bahia, o crédito periclitou e o agricultor foi obrigado a cruzar os braços ou acorrentar-se à usura descomunal para tentar um último esforço e não ver desaparecer de todo o fruto de seu labor de tantos anos".<sup>23</sup>

É provável que a falência dessas casas comissárias, dentro do negócio extremamente especulativo, que era o comércio do açúcar, tenha aberto lugar para outras casas, ligadas a produtores de outros Estados. Devemos lembrar que o comércio do açúcar envolvia além das grandes casas comissárias, um imenso número de intermediários de vários tamanhos, formando uma rede hierarquizada, desde as proximidades dos engenhos, até os grandes centros consumidores. Segundo Gnacarinni a predominância dos açúcares pernambucanos no mercado paulista foi assegurado por meio de acordo com os grandes comerciantes de S. Paulo. O primeiro destes acordos foi firmado entre a casa comissária de José Bezerra e o grupo paulista liderado por Gastão Vidigal. O segundo, anos mais tarde, articulou os interesses de Francisco Matarazzo e do Sindicato Açucareiro de Pernambuco, este, um truste de produtores formado pelas maiores usinas daquele Estado.<sup>24</sup>

A questão dos elevados custos de transporte, também responsável pela queda da participação relativa do açúcar sergipano no mercado nacional, está ligada não apenas à precariedade do sistema de transportes sergipano, mas também aos interesses de grupos mercantis e privilégios, sob a forma de subsídios a companhias de transporte.

Como já dissemos, no início do século XX, a maior parte do açúcar sergipano destinava-se à praça do Rio de Janeiro.

As elites do Estado tinham, entretanto, consciência de que seria necessário conseguir exportar açúcar para os novos mercados em expansão. Para isto, a constituição de uma companhia de navegação ligando Aracaju a estes novos mercados seria imprescindível. Neste sentido o Presidente do Estado, em 1900, sugere a concessão de subsídio a uma linha de vapores que faça viagens mensais regulares, entre Aracaju e os portos de Santos, Rio Grande (RS) e portos intermediários.<sup>25</sup>

Na realidade, além dos dirigentes do Estado não terem conseguido estabelecer a navegação com os Estados do Sul e do Norte, como pretendiam, os custos de transportes para o Rio de Janeiro, começariam a sofrer majorações significativas. Já em 1902 o Presidente do Estado afirmaria:

"O que está sobrecarregando excessivamente a cultura do Estado, são os fretes de transportes e estadias de trapiche. Até 1900 pagava-se 10 réis de frete por quilo de açúcar para o Rio de Janeiro e hoje tem pago até 30 réis."<sup>26</sup>

"Do mesmo modo eram as estadias dos trapiches, pois pagava-se 100 réis por um saco de 75 kg e hoje paga-se 200 réis por um saco de 60 kg, não levando-se em conta o que por aí cobram as Intendências do mesmo produto a título de imposto de exportação".<sup>27</sup>

Tal elevação de custos de transporte seria creditada pelo Presidente do Estado à proibição da cabotagem pelos navios estrangeiros e, ainda, ao pesado imposto de praticagem que priva os navios de se dirigirem a Aracaju na incerteza de carga completa.<sup>28</sup>

Em 1903, registra-se o protesto pela irregularidade do Lloyd Brasileiro, em suas viagens, afirmando o Presidente do Estado, que se não fosse a Companhia "Esperança Marítima",

dos exportadores sergipanos Cruz & Irmão, que mensalmente faz uma viagem ao Rio de Janeiro e Bahia, poder-se-ia considerar to talmente fechados os portos do Estado.<sup>29</sup>

A situação se agravaria no ano seguinte, com a possibilidade de exclusão das escalas nos portos sergipanos que o Lloyd Brasileiro, deveria, por contrato, efetivar. Tal situa ção se explica, a partir da competição acirrada entre diversos grupos mercantis, que resultou em vantagens para o açúcar pernambucano.

"Não sã os usineiros e comissários pernambucanos haviam lutado pela nacionalização do Lloyd, como ainda se assenhorearam de maior influência junto à sua direção através da concessionária M. Buarque & Cia uma vez procedida a reforma. Foi esta situação que lhes permitiu enfrentar a concorrência do açúcar de Sergipe, de Alagoas e do Estado do Rio no mercado do Distrito Federal, e dominarem os mercados do Pará e do Amazonas, além de se terem tornado os maiores fornecedores do mercado paulista. Esta vantagem foi obtida graças a tarifas discriminatórias, provocando em 1906, reclamações da Cia Açucareira, que se utilizava desses barcos e com aquele açúcar concorria. Assim, dizia a Açucareira, enquanto os açúcares pernambucanos eram onerados com apenas 15 shilings por tonelada para Nova York, ela própria tinha o seu açúcar procedente da Paraíba, gravado em 48 shilings. Sofriam igual discriminação os açúcares de Sergipe e do Rio Grande do Norte."<sup>30</sup>

Em 1922 o Inspetor Agrícola perguntaria:

"Por que motivo custa o transporte de Aracaju ao Rio, cerca de 4\$500 (por saca), quando de Recife ao Rio, numa distância muito maior, este mesmo frete é de 1\$500.?"<sup>31</sup>

Portanto, os grupos comerciais ligados à produção sergipana de açúcar foram deslocados por outros concorrentes,

principalmente os ligados à produção do açúcar pernambucano. Estes utilizaram o aparelho de Estado para definir políticas de subsídios às companhias de transporte e realizar investimentos no sistema ferroviário e portuário, além de obterem generosos créditos para a construção de usinas.

As possibilidades dos produtores sergipanos utilizarem o aparelho de Estado, a nível federal, eram mais limitadas, dadas as condições políticas da república velha, e por isso tanto os custos de transporte dentro do Estado de Sergipe, como deste para os centros consumidores, eram mais elevados. O círculo vicioso era reforçado: dadas as condições de comercialização do açúcar os produtores sergipanos obtinham lucros relativamente menores que alguns dos seus concorrentes, estes menores lucros limitavam a capacidade de acumulação de capital e modernização do processo produtivo, mantendo a estrutura produtiva obsoleta em relação aos principais concorrentes.

Entretanto, mesmo lentamente, a modernização da estrutura produtiva do açúcar continuaria e iria diferenciando os antigos engenhos em usinas em um extremo e engenhos de fogo morto em outro.

### 3 - Diferenciação Interna da Agro-Indústria Açucareira

Pressionada por sua decrescente participação relativa na produção nacional e pela necessidade de modernizar - ao menos ao nível do processo industrial, -, a tradicional estrutura da agro-indústria açucareira passaria após a abolição da escravidão por uma diferenciação interna que a segmentaria em engenhos movidos a vapor, engenhos movidos a animais, usinas e engenhos de fogo morto.

Como já vimos, antes mesmo da abolição da escravidão, alguns senhores de engenho iniciaram a modernização do processo produtivo com a introdução de máquinas a vapor. Na década de 1880 o Governo Imperial tentaria dar impulso a este processo de modernização com subsídios à construção de engenhos centrais, por capitais estrangeiros. Pode-se dizer que a experiência dos engenhos centrais fracassou, de uma maneira geral, devido a queda do preço do açúcar no período em que estes entraram em funcionamento e pela instabilidade dos fornecimentos de matéria-prima, que era produzida pelos proprietários locais. Em Sergipe, apenas um engenho central foi construído - o da Companhia Açucareira da Paraíba e Sergipe, localizado no município de Riachuelo. O contrário ocorreria com as usinas - espécie de síntese entre o antigo engenho e o engenho central - Sergipe possuiria o maior número delas, entre todos os Estados da União, o que implica evidentemente, que o tamanho médio destas seria menor que o das congêneres de outros Estados.<sup>32</sup>

Ao contrário de Pernambuco, em Sergipe o período pós-abolição veria uma redução no número de engenhos, fazendo com que alguns antigos engenhos passassem a se dedicar à pecuária e



cultura de cereais, outros continuariam a cultivar a cana, abandonando entretanto a atividade industrial, se transformando em engenhos de fogo morto.

Tabela 5

## Sergipe - Engenhos Ativos

Tipos de Energia	1900	1902	1916	1927
Vapor	269	324	193	...
Animal	389	353	136	...
Hidráulica	13	15	...	...
Total	671	692	329	220

FONTE: Mensagens dos Presidentes do Estado, nos anos respectivos - 1927 - Inspeção Agrícola do 109 Distrito - Ministério da Agricultura.

Em 1900 o Estado contava com 671 engenhos ativos e 18 de fogo morto, destes 269 engenhos eram movidos a vapor, 389 a animais e 13 movidos por água. Em 1902, demonstrando a euforia que se propagava entre os senhores de engenho, em consequência dos preços relativamente elevados do açúcar nos últimos anos do século XIX, se verificaria um incremento no número total de engenhos, que passaria para 692. Dentro deste total destaca-se a elevação do número de engenhos movidos a vapor que passou de 269 para 324, enquanto os movidos a tração animal têm seu número reduzido de 389 para 353. Quanto aos movidos à água verifica-se uma pequena alteração, elevando-se o seu número para 15.

Em 1916, porém, há uma redução significativa no número total e em todos os tipos de engenhos. Esta redução brusca do número de engenhos, provavelmente, está relacionada com a crise que passara a agro-indústria açucareira do início do século XX ao início da I Guerra Mundial, quando o açúcar brasileiro foi praticamente excluído do mercado internacional, e o sergipano, em particular, não conseguiria manter sua participação relativa no mercado nacional. Adicione-se a esta situação do mercado, a diferenciação que o setor estava sofrendo com a fundação de usinas.

Estimulados por isenções de impostos e premidos por uma concorrência cada vez mais acirrada, alguns senhores de engenhos de Sergipe começaram a transformar seus antigos engenhos em usinas. Por outro lado, os senhores de engenho que não possuem capacidade de levantar capital necessário para a construção de pequenas usinas, vão se transformando em simples fornecedores de canas, para as usinas vizinhas, ou passam a se dedicar à pecuária e/ou arrendar suas terras aos pequenos produtores de cereais.

O abandono da cultura da cana é mais significativo nas regiões Sul, Sudoeste e Vale do São Francisco. Estas, desde o final do século XIX, são produtoras secundárias, dentro do Estado. Assim sendo, municípios como Arauá, Espírito Santo, Riachão do Dantas, Estância, Propriá, Vila Nova, etc., registram apenas pequenos engenhos normalmente movidos a animais, com produção insignificante de açúcar. Após a I Guerra Mundial, a produção de açúcar em Sergipe, estaria definitivamente concentrada na Região da Cotinguiba, e, secundariamente, em algumas usinas no Sul do Estado, que resistiram a decadência da região, enquanto produtora de açúcar.<sup>33</sup>

Vejamos alguns dados referentes a agro-indústria açucareira sergipana, no ano de 1916. Este ano, para nós, é de especial interesse pois inclui-se no começo de uma fase de preços elevados do açúcar, e como já vimos, também de concentração da produção. Infelizmente não dispomos de dados, com o mesmo detalhamento, que tornem possível a confrontação de períodos distintos.

Tabela 6  
Sergipe 1916 - Produção de Açúcar  
(sacos de 60 kg)

Estabelecimentos	Produção
Engenhos	180.931
Vapor	144.149
Animal	35.862
Hidráulico	920
Usinas	167.169
<b>TOTAL</b>	<b>348.100</b>

FONTE: APES, pacotilha 291

Observação - forneceram dados referentes a produção, 287 engenhos, sendo 156 movidos a vapor, 83 movidos a animais, 4 hidráulicos e 46 usinas.

Quanto a produção média por tipo de estabelecimento nota-se uma clara hierarquização que vai dos engenhos movidos a força hidráulica às usinas. Em média os engenhos movidos a vapor produzem mais que o dobro que os engenhos movidos a animais. E por fim, as usinas produzem em média quase quatro vezes mais que os engenhos movidos a vapor.

Tabela 7  
Sergipe 1916 - Agro-Indústria Açucareira  
Área cultivada(em ha)

Estabelecimentos	Área
Engenhos	6.130,0
Vapor	5.015,0
Animal	667,4
Hidráulico	-
Fogo Morto	447,6
Usinas	3.209,0

Obs.: Forneceram dados relativos a área cultivada 189 engenhos, sendo 124 a vapor, 49 a animais, 16 de fogo morto e 36 usinas.

Quanto à área cultivada repete-se a hierarquização anterior, porém a diferença entre a área média cultivada nas usinas e engenhos movidos a vapor, não é tão grande quanto a diferença das quantidades produzidas. A área cultivada nas usinas é aproximadamente 2,2 vezes maior que a dos engenhos movidos a vapor. Tal discrepância em relação à diferença de produção entre os mesmos tipos de estabelecimento pode ser explicada pelos seguintes fatores: as usinas normalmente possuem fornecedores externos de cana, com os engenhos de fogo morto, pequenos engenhos vizinhos ainda ativos e, por outro lado, as usinas têm melhor aproveitamento industrial das canas.

Tabela 8  
Sergipe 1916 - Agro-Indústria Açucareira  
Operários Empregados na Moagem

Tipo de Estabelecimento	Total de Operários
Engenhos	3.379
vapor	2.750
animais	629
Usinas	1.441

FONTE: APES, pacotilha 291

Obs.: forneceram dados referentes ao emprego de pessoal 32 usinas e 124 engenhos, sendo 35 movidos a animais e 89 movidos a vapor.

No que se refere ao emprego de operários na moagem, novamente a hierarquização se comprova, porém mais acentuadamente, pois a partir dos dados que dispomos podemos concluir que a produção média por operário empregado na moagem é de 80,7 sacos de açúcar nas usinas e de 29,8 sacos por operário no caso dos engenhos movidos a vapor.

As usinas em Sergipe, inexoravelmente destruíram os pequenos engenhos, pois sua crescente produção, não deixava espaço para esses estabelecimentos, já que o mercado para o açúcar sergipano, ao longo das três primeiras décadas do século XX, não apresentou expansão significativa. Assim, em 1891-92 a produção do Engenho Central Riachuelo, de 1.225 toneladas de açúcar, equivalia a 5,6% das exportações sergipanas do produto. Em 1907, 41 usinas produziam 9.180 toneladas de açúcar, que equivaliam a 41%

das exportações estaduais, e em 1916, 42 usinas produziam 10.030 toneladas de açúcar, equivalentes a 49,6% das exportações estaduais do produto<sup>34</sup>.

Vejamos a evolução do número de usinas em Sergipe.

Tabela 9  
Sergipe - Usinas de Açúcar

Ano	Total
1903	14
1907	46
1910	62
1916	53
1920	70
1927	86

FONTE: 1910, 1920 Andrade, M.C. "A Terra e o Homem no Nordeste, op. cit. 1907 Revista Agrícola, 1916 APES, pacotilha 291.  
1927 APES, pacotilha 936.

Dentro do segmento das usinas, também há uma concentração da produção, representada pelo Engenho Central Riachuelo. Segundo informações do questionário da Agro-Indústria Açucareira Sergipana, em 1916, o referido Engenho Central, estava passando por uma reforma que quando concluída, permitiria a produção de 80 a 100 mil sacos de 60 kg de açúcar. Se tal produção tivesse sido alcançada em 1917, por exemplo, representariam 17,3% das exportações sergipanas, em um ano que as mesmas foram excepcionalmente elevadas.

Excetuando-se o Engenho Central Riachuelo, as usinas sergipanas aparentam grandeza diante do histórico pequeno porte econômico dos engenhos sergipanos. Na realidade, colocadas em perspectiva nacional, as usinas sergipanas não passariam de "banguês enfeitados", construídas com sucatas das usinas de Alagoas e Pernambuco.<sup>35</sup>

As autoridades sergipanas, quando utilizam uma linguagem rigorosa, se referem a estas precárias usinas, como meias-usinas, sendo o termo usina, restrito aos estabelecimentos que possuam aparelhos evaporadores de triplíce efeito. Desta forma das 14 usinas existentes no Estado em 1903, apenas uma seria propriamente usina, 5 em 1916 e 10 em 1927.<sup>36</sup>

Podemos explicar esta excessiva proliferação de meias-usinas no Estado, parcialmente pelas dificuldades de transporte. Em pleno século XX, o carro de boi é o principal meio de transporte no Estado, cortando suas precárias estradas, levando as canas para os engenhos e usinas. Pernambuco, por exemplo, em 1862, já possuía ferrovia que ligava Recife a Palmares, e continuaria a expansão ferroviária durante o século XIX, praticamente eliminando os animais de carga no transporte do açúcar. Em Sergipe, durante todo o século XIX, se construiriam apenas os poucos quilômetros da ferrovia particular do Engenho Central Riachuelo. Somente em 1907 é que se iniciam as obras no território sergipano da Companhia Ferroviária Este Brasileiro". Em 1913 é inaugurado o trecho entre a divisa Sergipe-Bahia e Aracaju, e em 1914 o trecho Aracaju-Rosário, e finalmente em 1915, Rosário-Propriá.<sup>37</sup>

Esta dificuldade de transporte, aliada a uma estrutura fundiária relativamente dispersa e a baixa acumulação de capital, ao nível da unidade produtiva devem explicar a proliferação de meias-usinas em Sergipe.

Se as pequenas usinas sergipanas encontravam dificuldades de sobrevivência e expansão, mais séria era a situação dos engenhos, que é assim descrita em 1922:

"Os pequenos produtores, aqueles que lidam com engenhos rudimentares, já não mais produzem açúcar, resumindo-se, alguns em fornecer xarope às usinas próximas, tendo mesmo outros, abandonando por completo as plantações, entregando-as às criações".<sup>38</sup>



#### 4 - O Algodão

O algodão, como em outros Estados nordestinos, seria em Sergipe, o segundo produto de exportação, mas nunca chegaria a ameaçar a hegemonia do açúcar. Apesar de indicações de exportação antes da Guerra de Secessão; e do fato do mesmo ser cultivado na região para fornecer matéria-prima ao artesanato local, sua cultura só tomaria importância econômica após a referida guerra. Porém, finda a guerra os EUA reassumiriam sua predominância no mercado internacional.

Deslocados do mercado internacional os produtos brasileiros viram os preços do produto sofrerem baixas consecutivas, e os comerciantes, a possibilidade de industrializá-lo. A indústria têxtil nacional em expansão, criou-lhe um novo mercado, impedindo a total decadência da cultura algodoeira. Na década de 1890, o governo federal impôs elevada tarifa alfandegária sobre o algodão importado, reservando, para fins práticos, o mercado nacional aos produtores locais. Nessa época, a indústria têxtil do Sudeste brasileiro, em franca expansão, passa a demandar fortemente o algodão produzido nos Estados nordestinos.<sup>39</sup> Os produtores sergipanos que já exportavam para a Bahia, onde em meados do século XIX se localiza um importante centro produtor, passarão a exportar também para o Sudeste brasileiro.<sup>40</sup>

Por outro lado, ainda no século XIX, comerciantes de algodão construirão fábricas textéis em Sergipe, criando uma demanda local de algodão que no século seguinte irá assumir grande importância.

Em 1884 foi instalada a primeira fábrica de tecidos de algodão da Província, Sergipe Industrial, de propriedade da firma Cruz & Cia. A fábrica empregava 170 operários e dispu

na de um capital de 300.000\$. Os produtos da fãbrica consistiam em fazendas de algodão lisas e trançadas, novelos de fios, que "tem excelente saĩda não são nesta Provĩncia como em outras" <sup>41</sup>.

Em 1896 foi instalada a segunda fãbrica de tecidos em Sergipe, a Companhia Industrial de Estãncia, com sede na Bahia, tinha como diretor em Estãncia o comerciante João Joaquim de Souza Sobrĩno <sup>42</sup>.

O crescimento da Sergipe Industrial serã rãpido no fim do sãculo XIX, pois em 1899, esta fãbrica, movida a vapor, funcionando com 156 teares e 5.196 fusos, jã empregava 530 operãrios dos quais 220 eram mulheres, 135 menores de ambos os sexos e 175 homens. Sua produção constituĩa-se de fazendas grossas, brancas e de cor, sacos e fios em novelos num total de 2.142.620 metros de tecidos e 20,482 kg de fios em novelos, parte consumĩda no Estado e o restante exportado para outros Estados. <sup>43</sup>

A Companhia Industrial de Estãncia contava com a vantagem de ter seu motor movido ã ãgua, alãem de pagar menores salãrios. Sua força de trabalho estava constituĩda de 250 operãrios, possuĩndo 160 teares, e em 1899 produziu 1.334.580 metros entre algodão cru, branco e tinto, sendo que deste total 24% foi consumĩdo em Sergipe e o restante exportado para outros Estados. <sup>44</sup>

No sãculo XX novas fãbricas seriam construĩdas e as fundadas no sãculo anterior ampliadas, de forma que a demanda local de algodão tornar-se-ia o principal escoadouro da produção sergipana. Assim sendo, apõs 1915, apenas em um ano (1927-28) as exportações sergipanas de algodão alcançaram mais de 20% da produção. Por outro lado, apõs 1912, apenas em um ano (1915) o valor das exportações sergipanas de algodão ã superior ao das exportações de tecidos.

Na realidade, ao invães de demonstrar um excepcio<sub>n</sub>al crescimento da demanda local de algodão, a declinante expor<sub>t</sub>

tação, demonstra uma incapacidade de aumentar a produção. Assim, enquanto no período de 1886-73, a média anual de algodão exportado por Sergipe, atinge 3.625 toneladas, em 1890-99 atinge 1.674 toneladas anuais, e em 1920-29 alcança apenas 727 toneladas anuais. Apesar das dificuldades de se construir uma série da produção sergipana de algodão, pois dispomos apenas dos dados referentes a exportação do produto, e dos de tecidos de algodão, mas não dispomos dos dados referentes ao consumo de algodão e produção de tecidos das fábricas locais, para vários anos, há evidências que a produção sergipana cresceu o suficiente para abastecer as fábricas locais, e, secundariamente, exportar para outros Estados.

Talvez a pequena e declinante exportação sergipana de algodão pudesse ser explicada, entre outros fatores, pela ausência, no Estado, dos grandes grupos que comercializavam o algodão a nível nacional. Os produtores locais estavam submetidos a uma rede de comercialização que ia dos descaroçadores do interior aos fabricantes-comerciantes de tecidos. Esta situação é assim descrita por uma autoridade local:

"A circunstância de ser um Estado com mercado de pluma engarrafado, por efeito de uma série de causas em que avultam as dificuldades portuárias e também o malbaratamento do produto, este fato muito concorreu para o surto industrial que encontrava apoio ainda numa matéria prima desvalorizada num braço operário barato."<sup>45</sup>

Desta forma, a situação do mercado local do algodão em Sergipe, pode ser assim descrita: de um lado um grande número de produtores, em sua maioria pequenos produtores, que vendem, ou melhor, entregam o seu produto aos descaroçadores nas localidades do agreste-sertão, por conta de adiantamentos feitos

por estes. No elo seguinte da cadeia estão esses descaroçadores, em número relativamente elevado, instalados nas regiões produtoras. No último elo, um número bem menor de comerciantes-industriais do algodão, que formam um oligopsônio, com poder reforçado pelo fato do algodão sergipano ter poucas possibilidades de concorrência no mercado nacional e internacional.

Em 1903, Sergipe dispõe de 72 descaroçadores de algodão, sendo 58 movidos a vapor e 14 a animais. Neste período, segundo o Presidente do Estado, a zona que melhor se adapta a cultura é compreendida pelos municípios de Simão Dias, Itabaiana, São Paulo, N.S. das Dores, Aquidabã, Propriã e Gararu. Em 1921-22 o Serviço de Defesa do Algodão do Estado de Sergipe, registra a existência de 65 descaroçadores de algodão, sendo 58 movidos a vapor, 8 a gasolina e 1 a animais. Os principais municípios produtores eram São Paulo, que produziu 157.800 arrobas de algodão em rama; N. S. das Dores, com a produção de 116.600 arrobas e Aquidabã, com uma produção de 105.400 arrobas. No Estado, a produção alcançou 791.070 arrobas e a área cultivada 24.387 hectares.<sup>46</sup>

Vejamos como se dava o financiamento da lavoura algodoeira, segundo uma autoridade local:

"Ainda não há um regime regular de financiamento da lavoura algodoeira em Sergipe. Os lavradores mais adiantados conseguem, de ordinário, caucionar uma parte de sua safra anterior, aos bancos locais, que lhes adiantam cerca de 70%. Com esse adiantamento custeiam as novas roças. Outros, os lavradores menores, obtêm dos donos de instalações beneficiadoras o custeio do trato de sua lavoura, ou em dinheiro ou em mantimentos, com a condição de venderem toda a safra a si. Assim esses pequenos lavradores que são a maioria, ficam

comprometidos até a última arroba de seu produto. Na realidade não agem por conta própria. São meros empregados dos primeiros".<sup>48</sup>

Fica claro então o papel dos descaroçadores de algodão: menos que industriais, são comerciantes de algodão. Submetem os pequenos produtores através de ganhos comerciais, impondo baixos preços ao algodão e preços elevados às mercadorias que fornecem aos produtores, e por outro lado, cobrando altos juros sobre os adiantamentos que proporcionam a esses. A dívida contraída pelo produtor, além de proporcionar ao descaroçador elevados juros, ainda assegura a exclusividade na compra do produto.

Continuando, o autor assim descreve as diversas modalidades de financiamento, que vão de condições escorchantes a empréstimos sem juros e sem garantias. O autor não explica em que condições, região e época estas modalidades de empréstimos são adotadas. Mas fica implícito que modalidades tão diversas correspondem a situações distintas, desde o relacionamento desigual entre um descaroçador e um pequeno proprietário; esta mesma relação, amenizada, seja por um aumento da concorrência entre descaroçadores, ou aumentos excepcionais da demanda de algodão nos centros consumidores, até uma relação baseada em laços pessoais que dispensa garantias ou juros.

Vejamos as modalidades de financiamento:

"Alguns fazem os adiantamentos com a condição do lavrador pagar em algodão na época da safra, com um desconto de 1\$000 ou 2\$000 em cada arroba de 16/18 quilos, sobre o preço que vigorou por ocasião da colheita.

Outros adiantam sob a condição do lavrador pagar na safra sem desconto e sem juros, mas dando-lhes preferência, em igualdade de preço, na vendagem do algodão.

Há ainda os que cobram juros de 1% a 2% ao mês.

Hã também o sistema comumente usado que ã o de empréstimo sem juros e sem garantias, apenas a apoiado na confiança mütua".<sup>49</sup>

Por fim, bancos, aos quais os pequenos lavrado res não têm acesso, financiariam, ainda segundo o mesmo autor, sob as seguintes condições:

- "a - 70% sobre o valor do produto no ato da cau ção.
- b - cobrança de uma taxa de juros de 1%.
- c - fazem também a 12% ao ano, sendo o seguro que regula ser 1,5 a 2% ao ano, por conta do banco."<sup>50</sup>

Hã indícios que, em Sergipe, o algodão foi predo minantemente uma "lavoura de pobres". Os grandes proprietários, normalmente, se limitavam a arrendar suas terras para os campone ses que desejassem cultivar a fibra, segundo o sistema descri to por Andrade como arrendamento "pela palha", que consiste no proprietário ceder a terra ao arrendatário no início da estaçã o das chuvas, o qual plantará em consórcio, além do algodão, milho, feijão e fava. Durante o ano agricultor ia colhendo para si o produto do roçado, devendo concluir a colheita em dezembro e de volver a terra ao proprietário a fim de que o gado deste, para aí transportado, se alimentasse com o restolho destas culturas no período anterior às primeiras chuvas.<sup>51</sup>

Porém, como em outras regiões do Nordeste, o au mento da população sem terras e a crescente demanda por algodão, levaram os grandes proprietários a exigirem arrendamento em di nheiro, resistindo o sistema de arrendamento pela palha, apenas em regiões menos férteis.

Os grandes proprietários não tinham, portanto, qualquer interesse especial pela lavoura algodoeira, o seu inte

resse era a formação de pastagens para o gado, sendo comum, quando por qualquer razão a colheita do algodão sofresse atraso, que os mesmos soltassem o gado nos roçados, impedindo desta forma a conclusão da mesma.<sup>52</sup>

A lavoura algodoeira em Sergipe era então predominantemente organizada sob a forma de roçados, que uma população itinerante ia levando adiante, dentro dos limites do latifúndio, abrindo espaços para a pecuária. O algodão também era plantado pelos minifundiários do agreste, que, como os agricultores sem terras, cultivavam-no em consórcio com o milho e feijão, principalmente. Não necessariamente esta população agrestina era mais estável que a sertaneja sem terras, pois a pressão demográfica sobre os minifúndios e a queda da fertilidade natural dos solos tornava impossível a subsistência da família nas pequenas extensões da propriedade agrícola. A migração temporária para a região canvieira nos períodos do corte da cana, ou migrações por períodos mais longos, forçadas pelas secas iam se tornando cada vez mais constantes.

Feita por agricultores sem terras ou minifundiários do agreste, a lavoura algodoeira, era "de pobres", o que significa que sua capacidade de acumular capitais, ao nível da unidade produtiva era quase nula. Além dos riscos naturais, muito elevados, da cultura no agreste-sertão, estava a mesma sujeita a exploração dos comerciantes-descaroçadores e às arbitrariedades dos grandes proprietários. Neste sentido, fica claro que esta agricultura estava muito próxima à forma "natural", estando fora do seu alcance a utilização de defensivos, adubos ou práticas culturais mais sofisticadas, como por exemplo, a aragem, irrigação, drenagem, etc. Na realidade mesmo que períodos de preços excepcionalmente elevados proporcionassem, em princípio a possibilida

de de investimentos na lavoura, tal não ocorria, em primeiro lugar, porque a peculiar estrutura de comercialização não transmitia, ou só a fazia muito parcialmente, os estímulos de preços, e em segundo lugar, no caso dos arrendatários, seria irracional a realização de maiores investimentos, dados os prazos limitados dos contratos de arrendamento.

Tudo isso fazia com que o algodão produzido em Sergipe fosse de qualidade inferior, até em relação a outros produtores do Nordeste, como Paraíba e Rio Grande do Norte, por exemplo.<sup>53</sup>

Tentando combater essa situação os governantes estaduais tomaram várias medidas entre as quais: criação, em 1905, do Serviço de Inspeção do Algodão, com a finalidade de evitar que os sacos de procedência sergipana contivessem materiais estranhos e fossem amarrados por grossos cipós que aumentavam seu peso; criação de prêmios aos campeões de produtividade; distribuição de sementes selecionadas das variedades Up-land, Sea-Island e outras, além de facilidades para aquisição de material agrícola pelo preço de custo; criação, em 1907, do Serviço de Combate à Lagarta Rosada e em 1918 proibição de funcionamento de descarregadores de algodão que não possuíssem aparelho de expurgo, bem como de depósitos que não estivessem protegidos contra as pragas; regulamentação, em 1920, do Serviço de Defesa do Algodão.<sup>54</sup>

Na década de 1920 as tentativas de modernização da lavoura algodoeira seriam enfatizadas, dando-se destaque à mecanização da cultura, classificação dos tipos de algodão, segundo o padrão Norte-Americano, introdução de novas variedades de algodão herbáceo, isenção de impostos para os algodões de melhor qualidade, experimentação de adubos naturais, etc.<sup>55</sup>



Excetuando-se a adoção da classificação do algodão, em parte o expurgo das sementes e a introdução de novas variedades de algodão herbáceo, podemos dizer que todas as outras medidas modernizantes eram incompatíveis com a agricultura algodoeira sergipana, pois, o termo lavoura "de pobres" era muito certamente usado para caracterizá-la. Assim, não havia possibilidade de investimentos, por menores que fossem, para a maior parte dos produtores.

As fábricas de tecidos localizadas no Estado, constituíam o topo da rede de comercialização do algodão, obtendo benefícios deste fato, pois se as mesmas, não foram atingidas na segunda metade da década de 1920, pelo excesso de produção que tantos prejuízos causou às indústrias dos outros Estados, foi porque

"As fábricas sergipanas consomem algodão de produção interna, comprando-o diretamente ao agricultor, sem impostos nem grandes despesas de transportes. Demais, o operário não é exigente: o custo da mão de obra é muito baixo".<sup>56</sup>

Esta forma de estruturação da lavoura algodoeira, se em princípio representou vantagem diferencial para os industriais textéis sergipanos, colocaria também limites a expansão e modernização da lavoura. A produção algodoeira de Sergipe não conseguiria se expandir o suficiente para abastecer suas fábricas e exportar, e, principalmente, não conseguiria competir em qualidade com os outros produtores nordestinos, e posteriormente, muito menos com os paulistas. Em 1916, pela primeira vez, devido às pragas de lagarta rősea e da folha e estiagens, as fábricas locais serão obrigadas a importarem algodão. Na década de 1920, o consumo interno representa por volta de 80% da produção, e após 1930 o Estado passará a importar o algodão, suprimindo-se assim

a antiga vantagem diferencial dos preços depreciados do produto, para a indústria têxtil local.<sup>57</sup>

Apesar das dificuldades de expansão da lavoura algodoeira, ela proporcionou um grande impacto econômico para o agreste-sertão sergipano. A partir do seu cultivo, não só a pecuária se expande, beneficiada pelos pastos e restos das culturas do algodão-milho-feijão, como também proporcionou uma renda monetária, ainda que pequena, a uma população relativamente numerosa dessa região. A demanda por alimentos da região canavieira não conseguiu criar tal impacto. Na primeira metade do século XX, portanto, a população do agreste-sertão, se ligaria, ainda que de forma tênue, ao mercado, e aí se gestaria uma camada de comerciantes que concentrariam os ganhos monetários desta cultura, abrindo novas possibilidades de inversão e consumo.

## 5 - Pecuária e Agricultura de Subsistência

A partir do início do século XX, com a crise da agro-indústria canavieira sergipana, que resultou em fechamento de engenhos e concentração da produção, a pecuária e a agricultura de subsistência tomariam maior impulso. Quanto a pecuária, particularmente, alguns antigos senhores de engenho transformaram suas terras em pastagens. Por outro lado a expansão do cultivo do algodão no agreste-sertão, por arrendatários, também criava, simultaneamente, espaço para a pecuária, já que os mesmos formavam "capineiras" para os proprietários, como também incrementava a produção de alimentos, vez que o algodão era cultivado em consórcio.

Não dispomos de uma série completa referente à produção do açúcar e algodão em Sergipe, as mais importantes culturas do Estado. Os dados sobre a produção de alimentos são ainda mais precários. O fato é agravado por não dispormos de dados referentes à pauta de importações do Estado, que nos permitiriam construir uma série. Deve-se ressaltar, ainda, que os dados existentes sobre produção, área cultivada, etc., devem ser vistos com reservas. Uma produção agrícola que só parcialmente é comercializada e em menor escala passa pelo crivo do aparelho fiscal-tributário do Estado é de difícil mensuração.

Feitas essas ressalvas, apresentaremos além de dados sobre a produção agrícola do Estado, área cultivada, etc., testemunhos de autoridades locais sobre a evolução da agropecuária.

Em 1900, a cultura de cereais era assim descrita pelo Presidente do Estado:

"A cultura dos cereais ou pequena lavoura, não ocupa zona que se possa designar, pois dissemina-se por todo Estado, sem seleção de terrenos, altos ou baixos, úmidos ou áridos. Dela colhe a população pobre os meios de subsistência".<sup>58</sup>

"Dependendo muito da regularidade das estações, ora super-abundam os produtos no mercado e dá-se a exportação do excedente para outros Estados, ora eleva-se descomunalmente o valor venal pela escassez da oferta e então a concorrência dos outros Estados, principalmente do Rio de Janeiro, com a importação desses gêneros, afetam cruelmente a economia do pobre, que como nos últimos dois anos, é forçado, despendidas as pequenas economias, a desfazer-se dos objetos mais necessários ao seu meio de vida, reduzindo-se a lastimável penúria".<sup>59</sup>

Em 1904, o então Presidente do Estado é mais otimista sobre o futuro da "pequena lavoura", anunciando que o lavrador que planta de parceria vai se erguendo sobre os escombros da grande lavoura, não sendo surpresa se, em poucos anos, esta alcance em valor, a produção da "grande lavoura".<sup>60</sup>

Tabela 10  
 SERGIPE - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA  
 (EM CONTOS DE REIS)

Produto	1919-20	1928-32 (Média Anual)	1933
Açúcar	23.315	22.020	9.774
Algodão (em rama)	29.187	7.672	17.934
Algodão(caroçado)		2.519	5.194
Arroz	2.591	2.458	2.645
Coco		2.059	2.196
Feijão	3.280	3.477	2.430
Fumo	1.727	1.389	1.062
Farinha de Mandioca		12.200	17.985
Milho	3.871	3.491	6.257
Outros		3.517	3.803
<b>T O T A L</b>	<b>58.050</b>	<b>60.802</b>	<b>69.280</b>

FONTE: 1919-20 - IBGE - Censo Econômico - 1920

1928-32 e 1933 - IBGE - Anuário Estatístico do Brasil  
 1938.

Tabela 11

## SERGIPE - ÁREA CULTIVADA (EM ha)

Cultura	1919-20	1933
Algodão	16.053	50.000
Arroz	5.319	7.350
Cana de açúcar	13.732	5.520
Coco		2.945
Feijão	9.793	10.790
Fumo	2.282	1.330
Mandioca	5.182	25.690
Milho	11.757	75.160
T O T A L	52.439(1)	180.416

(1) - OBS.: A soma das áreas ocupadas pelas principais culturas é maior que a área total cultivada no Estado. Isto deve ser explicado pela dupla contagem das áreas de vido às culturas consorciadas.

FONTE: 1919-20 - IBGE - Censo Econômico - 1920.

1933 - IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1938.

Os dados disponíveis demonstram uma evolução no valor nominal da produção agrícola, e principalmente, na área cultivada. Assim, (vide tabela 10), o valor da produção agrícola do Estado atingia 58.050 contos de réis em 1919-20, o valor médio anual das principais culturas no período 1928-32 atinge 60.802 contos de réis e 69.280 contos em 1933. Destaca-se a grande regressão no valor da produção de açúcar de 23.315 contos de réis em 1919-20 para 9.774 contos em 1933. Há uma regressão, também significativa, no valor da produção do algodão, que de 29.187 contos em 1919-20 reduziu-se para 17.934 em 1933. Quanto a expansão no valor da produção, destacam-se a cultura de milho (3.871 contos em 1919-20 para 6.257 contos em 1933) e farinha de mandioca (produção média anual de 12.200 contos em 1928-32 para 17.985 contos em 1933).

A evolução da área cultivada é mais expressiva: de um total de 52.439 hectares em 1919-20, atingiu-se 180.416 hectares em 1933. Destacam-se como produtos que mais expandiram suas áreas de cultivo, a mandioca, milho e algodão, ao tempo em que a cana de açúcar apresentava redução na área cultivada (vide tabela 11).

Tabela 12  
SERGIPE - POPULAÇÃO PECUÁRIA

ESPECIES	1912	1916	1920	1935
Bovinos	268.770	298.560	311.239	330.000
Equinos	83.090	96.040	47.724	60.000
Asininos e muares	35.350	39.380	12.995	42.000
Suinos	76.310	122.870	51.855	115.000
Ovinos	148.960	145.460	123.708	163.000
Caprinos	202.240	175.680	132.294	156.000

FONTE: Departamento Estadual de Estatística e Difusão Cultural  
- O Estado de Sergipe em 1935.

Aracaju. Gráfica Editora, 1937.

Quanto à pecuária, historicamente a primeira atividade econômica de Sergipe, não conseguiria, pelos menos durante o século XIX e meados do XX, atender às necessidades de consumo interno. As importações de charque serão constantes, demonstrando o insuficiente desenvolvimento do criatório local.<sup>61</sup>

Estimulados pela procura pré-existente e crescente com a incipiente urbanização do Estado, alguns antigos senhores de engenho voltam-se para a pecuária. Além de exigir menores investimentos que a agro-indústria açucareira, a pecuária também exige menores gastos correntes com salários, matérias-primas, etc. Neste sentido a pecuarização de parte da zona da mata sergipana, representou uma solução para os problemas econômicos dos antigos senhores de engenho, mas a nível macroeconômico tal solução implicava uma regressão a uma atividade com um grau de mercantilização menor, e que empregava um número reduzido de pessoas, levando a um despovoamento de alguns municípios.



A pecuarização de parte da zona da mata, a incapacidade da economia do agreste-sertão de absorver o crescimento populacional e ainda pequena absorção de mão de obra pela indústria e atividades urbanas, conduzia a migração de sergipanos para o Sul da Bahia, Amazônia e São Paulo, o que explica que Sergipe apresentasse o menor crescimento demográfico, entre os Estados da Federação.<sup>62</sup>

Dado que a maior parte da população sergipana residia no campo, submetida a relações de produção que implicavam em sua reprodução através, principalmente, da agricultura de autoconsumo; que os mercados urbanos eram restritos; as possibilidades de desenvolvimento de uma agricultura comercial de alimentos estavam condicionadas a conquista de mercados regionais (Salvador e Recife principalmente) ou dos crescentes mercados do Centro-Sul.

As possibilidades de conquista dos mercados nordestinos pelos produtores sergipanos de alimentos encontraria alguns obstáculos intransponíveis: precariedade e elevados custos do sistema de transportes, concorrência com fornecedores estrangeiros ou extra-regionais, instabilidade da oferta agrícola sergipana, ausência de canais de comercialização, etc. Quanto a possibilidade de conquista de mercados extra-regionais devemos descartá-la, vez que produtores com melhor localização geográfica e produtividade agrícola mais elevada, como os do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, encontraram grandes dificuldades em manter sua participação no abastecimento do mercado interno, não só devido ao surgimento de outros concorrentes como, principalmente, devido a diversificação da agricultura paulista.<sup>63</sup>

Provavelmente o único produto da "pequena lavoura" que conquistou e manteve mercados externos ao Estado tenha sido

o arroz. Cultivado em regime de meação nas várzeas inundáveis do Rio São Francisco, este produto aparece constantemente nas pautas de exportação do Estado, sem entretanto apresentar elevada participação no total de exportações.

Nas primeiras décadas do século XX as condições estruturais do complexo econômico sergipano, bem como a situação do mercado nacional não favoreciam a consolidação de uma agricultura comercial de alimentos. O que se verificou, portanto, foi uma expansão da produção agrícola a partir da produção consorciada com algodão, ou ligada a conquista de novas terras para a pecuária. Em alguns casos, a expansão desta produção agropecuária propiciou o surgimento de atividades industriais, como por exemplo o beneficiamento de arroz, fumo, curtumes, fábricas de óleo de coco, etc.

## 6 - Crescimento Industrial

Cano demonstrou que a formação industrial brasileira, além de retardatária permitiu, devido a dimensão continental do País, o desenvolvimento de economias regionais com ténues interligações, engendrando uma indústria relativamente menos concentrada em termos espaciais até o início deste século, e mais concentrada ao nível de empresas.<sup>64</sup>

Assim sendo, nesse período, constata-se, em Sergipe, o desenvolvimento de uma atividade industrial relativamente importante em termos regionais. Posto isto, a questão que tem de ser respondida é: qual a origem do capital investido na atividade industrial? No nosso entender a resposta deve ser dividida em duas:

Quanto ao segmento industrial voltado para os mercados locais, dado que o montante de capital a ser investido é pequeno, não há grandes dificuldades de mobilização e concentração. Nos "poros" da sociedade agro-exportadora vão surgindo atividades voltadas para o atendimento do incipiente mercado local. Eventualmente, estas atividades tomaram a forma industrial.

Quanto ao segmento fabril propriamente dito, no nosso caso o têxtil e açucareiro, apesar da relativa estagnação das exportações sergipanas durante todo o período que estamos estudando, estas geravam um excedente apropriado, em parte, pelo capital mercantil. Entre o fim do século passado e início do atual o capital mercantil sergipano iria se consolidando, inclusive nas operações de exportação e importação tomando novo ímpeto com a saída de comerciantes estrangeiros deste ramo, no início do século atual.

Investir em indústrias seria uma possibilidade aberta ao capital mercantil local. Estimulados por isenções de impostos, existência de matéria-prima, bem como mão de obra, os comerciantes começariam a fazer investimentos industriais. Tal fato pode ser ilustrado pela compra, ainda no século passado, da Sergipe Industrial, a principal fábrica têxtil do Estado, por Cruz & Cia, o principal comerciante local.<sup>65</sup>

Os capitais destinados à industrialização da cana de açúcar, o segmento fabril mais antigo do Estado, tiveram origem nos antigos engenhos coloniais, que como vimos, em Sergipe, formariam uma agro-indústria muito débil, do ponto de vista técnico-econômico, se comparada com as congêneres nacionais.

Vejamos a evolução da indústria em Sergipe entre os censos de 1907 e 1920, bem como suas mutações internas.

## SERGIPE - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

GÊNEROS DA INDÚSTRIA	Nº DE ESTABELECIMENTOS		CAPITAL EMPREGADO (EM 1.000\$000)		OPERÁRIOS EMPREGADOS		FORÇA MOTRIZ INSTALADA		VALOR DA PRODUÇÃO (EM 1.000\$000)	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920	1907 (EM C.V.)	1920 (EM HP)	1907	1920
	Minerais não metálicos	...	85	...	610	...	422	...	48	...
Metalurgia	9	2	216	169	91	...	31	...	334	...
Madeira	5	1	162	170	67	...	14	35	145	...
Química e Farmacêutica	4	9	80	544	116	...	140	...	113	244
Têxtil	4	55	4.458	13.095	1288	4.234	640	2468	2.616	23.761
Vestuário, Calçados e Artefatos de tecidos	11	27	76	...	95	153	4	...	214	592
Produtos Alimentares	63	86	9.073	11.294	1294	...	593	4420	11.199	24.379
Bebidas	3	26	69	129	38	91	6	...	91	4.505
Fumo	4	10	38	93	38	200	...	...	89	325
<b>T O T A L</b>	<b>103</b>	<b>301</b>	<b>14.172</b>	<b>27.511</b>	<b>3027</b>	<b>5.204</b>	<b>1.422</b>	<b>7.162</b>	<b>14.801</b>	<b>56.589</b>

FONTE: 1907 - Centro Industrial do Brasil - "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. - Indústria de Transportes, Indústria Fabril. Rio de Janeiro, 1908. V. 3.

1920 - IBGE - Censo Econômico - 1920.

Obs.: Os dados foram adaptados segundo a classificação por gêneros industriais utilizada no censo de 1950. Para tornar comparáveis os dados dos dois censos, incluímos os dados referentes à agro-indústria açucareira ao Censo Industrial de 1920.

Inicialmente, devemos destacar que o acréscimo no valor da produção industrial, em termos nominais, no período inter-censitário, se não foi excepcional, não deixou de ser considerável, já que esta cresceu na proporção de 1:3,8 enquanto que para o Brasil, como um todo, este crescimento atingiu a proporção 1:3,5 no mesmo período.<sup>66</sup>

Não podemos, porém, concluir apressadamente que a indústria sergipana apresentou um dinamismo superior a média nacional. Na realidade, as bases sobre as quais se assentaram este crescimento industrial eram extremamente frágeis, senão vejamos:

O crescimento verificado no período inter-censitário deveu-se quase que exclusivamente aos gêneros têxtil (responsável por 50,6% do crescimento total) e produtos alimentares (responsável por 31,5% do crescimento total). Além de terem liderado o crescimento industrial esses dois gêneros, eram os que tinham maior participação no valor da produção industrial. No caso do gênero produtos alimentares, esta participação de 75,7% em 1907, reduziu-se a 43,1% em 1920. Quanto ao gênero têxtil, sua participação, que era de 17,7% em 1907, elevou-se para 42% em 1920.

Portanto, os dois principais gêneros da indústria de transformação sergipana, participavam com 93,4% do valor da produção, em 1907, e 85,1% em 1920. Chama a atenção a ausência ou insignificância de importantes gêneros industriais, como por exemplo, mecânica, metalurgia, química e farmacêutica, material elétrico e de comunicação, etc. Mesmo quando se registra produção em alguns gêneros industriais, é necessário que pesquisemos a natureza desta atividade industrial. Assim por exemplo, no gênero minerais não metálicos onde se registra valor de produção

em 1920, este se deve aos ramos produção de cal, vasilhames e material de barro. Estas eram atividades organizadas sob a forma artesanal, aproveitando matérias primas locais e visando o atendimento dos mercados circunvizinhos. Inexiste no período, em Sergipe, dentro deste gênero atividades tipicamente fabris, como a produção de cimento, cerâmica, etc.

Quanto ao gênero química e farmacêutica, restringe-se perfumaria, sabões e velas. No de bebidas encontramos a produção de aguardente nos tradicionais alambiques e outras bebidas alcoólicas, constituindo-se novamente de pequenas unidades espalhadas pelos diversos municípios do Estado. O crescimento considerável no valor da produção deste gênero, provavelmente, deve-se em boa parte, ao não registro de um número significativo de estabelecimentos no censo de 1907.

No gênero produtos alimentares é expressiva a participação da produção de açúcar (94,6% em 1907 e 96,8% em 1920), devendo-se o restante ao beneficiamento de café, cereais e produção de farinha.

Finalmente, no gênero têxtil, encontramos a fiação e tecelagem de algodão, onde podemos distinguir as fábricas têxteis integradas por um lado, e por outro os descaroçadores de algodão.

Podemos, ainda, demonstrar a fragilidade da estrutura industrial sergipana, no período, a partir do estudo da força motriz existente nos estabelecimentos industriais, e da potência dos seus motores. Segundo o Censo de 1907, os motores existentes em estabelecimentos industriais sergipanos totalizavam uma potência de 1.422 C.V. Destes, 589 C.V. correspondiam aos motores das usinas e engenhos de açúcar e 640 C.V. aos motores dos estabelecimentos de fiação e tecelagem de algodão.

Em 1920, 150 estabelecimentos industriais dispõem de motores (dos quais 70 são usinas de açúcar). As usinas de açúcar possuem um potencial instalado de 4.273 C.V., e os demais 80 estabelecimentos 2.887 H.P. O gênero têxtil possuía uma potência instalada de 2.468 H.P. em seus 55 estabelecimentos industriais. Concluindo, em 1920, o gênero têxtil e produtor de alimentos possuíam 96,2% da potência instalada em estabelecimentos industriais de Estado de Sergipe, o que demonstra a fragilidade técnico-econômica das demais atividades industriais.

Acrescente-se a isto o fato de que, em 1920, apenas um estabelecimento industrial possuía fornecedor externo de energia, enquanto os demais possuíam fontes internas de geração, elevando os investimentos em capital fixo em relação a concorrentes de outros Estados, São Paulo, por exemplo, onde já havia redes públicas de distribuição de energia elétrica capazes de suprir inclusive consumidores industriais.

Pela descrição que fizemos dos gêneros da indústria de transformação sergipana, podemos constatar que salvo uma pequena produção de bens intermediários ligados à construção civil (cal, tijolos, telhas, madeiras, etc.) que provavelmente não foi completamente registrada pelos censos, a produção se restringia ao setor de bens de consumo não duráveis. É conhecida a incapacidade deste setor de criar mercados próprios, vez que seus efeitos de encadeamento industrial intra e inter-setoriais são extremamente fracos. Assim sendo para a expansão industrial, em Sergipe, se fazia necessário a elevação da demanda interna por bens de consumo e/ou a conquista de mercados fora dos Estados.

As possibilidades de expansão da demanda interna por bens de consumo estavam limitadas pela estrutura fundiária,



distribuição de renda e relações de produção vigentes, além da exígua urbanização.

Quanto a possibilidade de conquista de mercados externos ao Estado, deve-se deixar claro, antes de mais nada, que esta se limitava aos gêneros de produtos alimentares (açúcar mais especificamente) e têxtil, vez que os outros gêneros não estavam estruturados sob a forma fabril. Pelo contrário, constituíam-se de pequenas unidades voltadas para os mercados locais.

Já vimos o insucesso dos produtores sergipanos de açúcar nos mercados estrangeiros e no mercado nacional, o que os levaria a terem reduzida sua participação principalmente, no mercado do Rio de Janeiro. De 15,7% da produção nacional em 1907, a produção sergipana de açúcar se reduziria a 5,06% em 1920.<sup>67</sup>

O ramo fiação e tecelagem de algodão se expandiria no período inter-censitário, não só devido a substituição de importações têxteis, a nível estadual, como também à exportação para outros Estados. Na década de 1890-1900 as exportações sergipanas de tecidos de algodão atingem uma média anual de 96,3 toneladas, ou, em valor, 132:073\$, no período 1901-07 a média anual de exportação atinge a 148,6 toneladas, ou em valor, .... 159:163\$, no período 1913-1919 há uma grande elevação nas exportações para 1.356 toneladas anuais em média, ou 2.217:587\$ em valor; e finalmente na década de 1920 a média anual de exportação eleva-se a 1.654,6 toneladas ou, em valor, 8.870:266\$. Os principais importadores dos tecidos sergipanos em 1927 eram: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; e em 1928: Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Na realidade a expansão da produção têxtil no Estado era mais veloz que a ampliação do mercado local, de forma que os mercados localizados fora do Estado representavam 12,6% do valor da produção em 1907, e em 1920 atingiam 27,4%.<sup>68</sup>

Esta expansão da indústria têxtil sergipana, inclusive com a conquista de mercados em outros Estados, é assim explicada pelo Presidente do Estado em 1927:

"Florescem as indústrias de tecidos, que entre nós não foram atingidas pela crise de excesso de produção, que tantos prejuízos causou aos industriais de outros Estados. É que as fábricas sergipanas consomem algodão de produção interna comprando diretamente ao agricultor, sem impostos nem grandes despesas de transporte. Demais, o operário não é exigente: o custo da mão de obra é muito baixo."<sup>69</sup>

Se atravessou incólume, segundo o Presidente do Estado, os anos de superprodução de tecidos, a indústria têxtil sergipana teria brevemente que responder a novos desafios: a cartelização dos grandes produtores, formação de redes de distribuição e expansão da produção de tecidos finos. Suas vantagens iniciais de menor custo de mão de obra e matéria prima, não seriam suficientes para que ela expandisse sua participação no mercado nacional, e o que se verificou pós 1930 foi uma especialização na fabricação de tecidos grossos, com atrasos significativos nos padrões tecnológicos. O estudo da evolução da indústria têxtil sergipana pós 1930, extrapola os marcos deste trabalho, portanto não teceremos maiores comentários sobre tal situação.<sup>70</sup>

Concluindo, podemos afirmar que dadas as condições estruturais do complexo capitalista exportador em Sergipe, que implicavam tanto em dificuldades de geração e apropriação de excedente econômico, quanto em realização do mesmo no mercado interno; as possibilidades de incremento da produção industrial estavam ligadas a conquista de mercados externos ao Estado.

Este era um desafio desproporcional à capacidade da indústria sergipana. O único segmento que conseguiu expandir

consideravelmente suas vendas externas foi o de fiação e tecelagem de algodão. De uma maneira geral a indústria funcionaria com elevados custos de produção, principalmente transportes e geração própria de energia. Estes elevados custos de produção implicavam em menor capacidade de acumulação de capital, e portanto, numa perda de posição vis à vis seus principais concorrentes.

Quando se inicia a nível nacional, em meados da década de 1930, o período de industrialização restringida a economia sergipana tinha suas possibilidades de expansão delineadas. A industrialização do País, e conseqüentemente a consolidação do mercado nacional iria eliminando as economias regionais mais atrasadas, ao tempo em que abria novas possibilidades de integração ao centro de expansão capitalista e portanto de surgimento e/ou revitalização de atividades econômicas complementares.

## NOTAS

- 1 - Furtado, C. - Formação Econômica do Brasil.
- 2 - Relatório do Presidente da Província de 13.07.1888.
- 3 - Silva, S.S. - A expansão cafeeira e o surgimento da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1976, pag. 45.
- 4 - Revista Agrícola - Órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura foram publicados 50 números quinzenalmente a partir de 15 de janeiro de 1905.
- 5 - Revista Agrícola nº 5 de 15 de março de 1905 -Aracaju-Se.
- 6 - Idem, ibid.
- 7 - Idem, ibid.
- 8 - Idem, ibid.
- 9 - Revista Agrícola nº 8.
- 10 - Revista Agrícola nº 8.
- 11 - Idem. ibid.
- 12 - Revista Agrícola nº 36.
- 13 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1925.
- 14 - Questionário Agrícola de Aracaju - 1922. Arquivo Público do Estado de Sergipe, pacotilha 907B.
- 15 - Idem, ibid.
- 16 - Idem, ibid.
- 17 - Como dispomos de dados referentes a produção sergipana de açúcar, apenas para os anos em que se realizaram recenseamentos, utilizamos como aproximação àquela, os dados referentes às exportações. Tal procedimento levou a uma subestimação da participação sergipana na produção nacional, não prejudicando entretanto a visualização de sua tendência declinante.

- 18 - Gnacarinni, José C. - A Economia do Açúcar. Processo de Trabalho e Processo de Acumulação, em Fausto, B. - História Geral da civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889 - 1930) DIFEL, São Paulo, 1977.
- 19 - Singer, P. - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo Editora Nacional, 1977, pag. 312.
- 20 - Gnacarinni, op. cit. pag. 338.
- 21 - Souza, Terezinha Oliva - Fausto Cardoso: Um movimento anti-oligárquico? - dissertação apresentada ao curso de mestrado em História da UFPE, Recife, 1980.
- 22 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1901.
- 23 - Idem, ibid.
- 24 - Gnacarinni, op. cit. pag. 338
- 25 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.08.1900.
- 26 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1902.
- 27 - Idem, ibid.
- 28 - Idem, ibid.
- 29 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1903.
- 30 - Gnacarinni, op. cit. pag. 337
- 31 - Ministério da Agricultura - Inspeção do 10º Distrito Agrícola - Sergipe, Boletins Abril e Março. Arquivo Público do Estado de Sergipe, pacote 907B.
- 32 - Sobre as causas do fracasso dos engenhos centrais vide:  
Cano, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo op. cit. pags. 100-101.  
Eisenberg, P. - Modernização sem mudanças, op. cit. pags.123-124  
Singer, P. - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, op. cit. pags. 296-299.

Porruci, G. - A República das Usinas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pags. 117-122.

- 33 - Em 1922 o Inspetor do Ministério da Agricultura assim se pronuncia sobre o estado da cultura canavieira no Sul Sergipano: "Nota-se nesta parte de Sergipe, Sul, o esgotamento de suas terras, quase todas cobertas de tiqueras e capoeirinhas, sendo muito raras as matas.

Com topografia algo acidentada, sã nas partes mais baixas, nas várzeas será possível o trabalho das máquinas agrícolas estando os canaviais localizados em grande parte nas encostas dos morros".

Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pacote 907B.

- 34 - Em 1916 o número total de usinas no Estado chega a 53, porém no questionário sobre a agro-indústria açucareira existem dados sobre a produção de apenas 42 usinas.

- 35 - Cf. De Carli, Gileno - "O Açúcar na Formação Econômica do Brasil. Citado por Dantas, J.I.C. - " O tenentismo em Sergipe, Vozes, Petrópolis, 1974.

- 36 - Cf. Dantas, J.I.C., op. cit. e Inspetoria Agrícola do 109 Distrito Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pacote 936.

- 37 - Cadastro Comercial Industrial, Agrícola e Informativo - Estado de Sergipe. Organizado por Armando Barreto, 1933-34. Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.

Quanto a Pernambuco, vide - Eisenberg, op. cit. pags. 72-73.

- 38 - Segundo a Revista Agrícola nº 31:

"Essas meias usinas, quase sempre caríssimas por serem em geral compradas a crédito, instaladas apenas com um vácuo e duas turbinas adicionadas à velha moeda e as nossas tachas de cozer a fogo nu, são mais prejudiciais, ao meu ver, que os antigos engenhos de banguê, dão o custo exagerado das mesmas; os juros do capital empregado e a desvalorização do produto no

momento atual, fato este que desgraçadamente não aparece tão transitório como tanta gente supõe.

- 39 - Stein, Stanley - Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950, Rio de Janeiro, Campus, 1979, pag.59.
- 40 - Sobre a exportação sergipana de algodão para a Bahia:  
 "No porto de Aracaju, possuía essa Companhia (de Navegação Baiana) um trapiche, de onde quase todo o algodão era trazido, em seus navios a vapor para a capital desta Província (Salvador). Até chegar ao porto sergipano os custos de transporte do algodão já orçavam \$960 por saca, e daí à capital da Bahia eram pagos mais \$100 por arroba, isto no ano de 1868".
- A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1.<sup>a</sup> Etapa - 1850-1889, V. 2 - Atividades Produtivas, pag. 197.
- 41 - Fala do Presidente da Província de 03.04.1888.
- 42 - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - O Algodão em Sergipe - Apogeu e Crise - Aracaju, 1978, pag. 69.
- 43 - Idem, *ibid*, pags. 74-75.
- 44 - Idem, *ibid*.
- 45 - Tavares, Heitor Arlê - O Algodão em Sergipe, op. cit. pag. 18.
- 46 - Serviço de Defesa do Algodão do Estado de Sergipe - Arquivo Público do Estado de Sergipe, pacote 907B.
- 47 - Idem, *ibid*, pag. 7.
- 48 - Idem, *ibid*.
- 49 - Idem, *ibid*.
- 50 - Idem, *ibid*.
- 51 - Andrade, M. C. - A Terra e o Homem no Nordeste, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980, pag. 136.
- 52 - Tavares, H. A. op. cit. pag. 12.

- 53 - Mensagem do Presidente do Estado, de 07.09.1920.
- 54 - Diniz, D. F. L. - Nota sobre a história do algodão em Sergipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, Aracaju, 1965-78, pags. 41-54.
- 55 - O Departamento Estadual do Algodão é instalado em 1923, para dirigi-lo é convidado o Dr. Thomas R. Day, técnico norte-americano residente no Brasil desde 1914.
- 56 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1927.
- 57 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1916.
- 58 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1900.
- 59 - Idem, ibid.
- 60 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1904.
- 61 - Em 1939 as importações sergipanas de charque representam 24% do total das importações interestaduais. Em termos absolutos 7.853 contos de réis, para um total de 32.695 contos de réis. Note-se que apenas um outro item, tecido de algodão, possuía uma participação mais elevada. Cf. IBGE - Síntese Estatística do Estado de Sergipe, Rio de Janeiro - 1942, Separata com acréscimos do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V - 1939-40.
- 62 - Cf. Cano, W. - Raízes da Concentração Industrial em S. Paulo, op. cit. pag. 191.  
Andrade, M. C. - A Terra e o Homem no Nordeste. op. cit. pag. 101-102.
- 63 - Cf. Cano, W. - Raízes da Concentração Industrial em S. Paulo, op. cit. pags. 251-256.
- 64 - Cano, W. - Raízes da Concentração Industrial. op. cit. cap. III.  
Vide também Castro, Antonio B. de - A Industrialização Descentralizada no Brasil. Em 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, vol. II, Rio de Janeiro, Forense-Universitária - 1975.



Singer, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

- 65 - Na década de 1920 os principais incentivos concedidos pelo Governo Estadual refiram-se à isenção de impostos de exportação (normalmente 30% do imposto devido, e excepcionalmente 60% ou isenção completa sobre malharia e outros tipos especiais de tecidos). Provavelmente estas isenções de impostos de exportação estavam ligadas à "guerra" comercial entre os diversos produtores nacionais de tecidos.
- 66 - Cf. Cano, W. - op. cit. pag. 254. - Censos Econômicos-1907 e 1920.
- 67 - Censos Econômicos - 1907 e 1920.
- 68 - Sobre a produção têxtil de Sergipe, consultar os Censos Econômicos e sobre as exportações, Tavares, H. A. - O Algodão em Sergipe, op. cit.
- 69 - Mensagem do Presidente do Estado de 07.09.1927.
- Quanto aos salários, segundo o Censo de 1920, os operários jornaleiros adultos do sexo masculino ocupados nas indūstrias têxteis recebiam um salário médio diário de 5\$239, para o Brasil como um todo, 5\$729 em São Paulo, 6\$720 no Distrito Federal, 3\$306 em Sergipe. Este salário era superior apenas ao pago no Estado que, na época, dispunham de pequena indústria têxtil, como por exemplo, o Rio Grande do Norte, onde esse atingia 2\$532 em média.
- 70 - Na realidade nos dois últimos anos da década de 1920 há uma considerável queda no valor das exportações têxteis sergipanas, conforme podemos ver na tabela do anexo estatístico.

## CONCLUSÕES

Podemos resumir da seguinte forma as principais conclusões a que chegamos com o desenvolvimento do presente trabalho.

O complexo mercantil escravista nordestino está marcado por um baixo dinamismo durante o século XIX. Os revezes dos produtores nordestinos no mercado internacional do açúcar, a incapacidade dos mesmos de conquistarem e manterem os mercados internacionais do algodão, salvo em situações excepcionais, colocavam um primeiro limite ao aprofundamento da mercantilização dessa economia. Por outro lado a manutenção e reforçamento de relações de produção pré-capitalistas, exemplificada pelos moradores de condição, propiciadas pela peculiar estrutura fundiária nordestina, mantém uma estrutura econômica resistente às crises, porém incapaz de se modernizar.

Sergipe inscreve-se neste quadro geral da economia nordestina. Esperamos, contudo, que tenha ficado claro algumas de suas especificidades. A Província era em meados do século XIX, uma fronteira agrícola para a expansão da cana de açúcar e secundariamente, algodão, apresentando portanto algumas vantagens em relação as velhas áreas produtoras de açúcar do Nordeste. Estas vantagens iniciais não conseguiriam entretanto, superar algumas condicionantes - como o fato de o Nordeste brasileiro já ser um supridor marginal de açúcar no mercado internacional.

Deve-se ressaltar que, mesmo para os padrões da economia nordestina, as deficiências de alguns elementos do complexo econômico em Sergipe, como por exemplo o sistema de transportes e o desenvolvimento das técnicas produtivas, em especial da

agro-indústria açucareira, eram marcantes. Especial registro merece a intermediação comercial e financeira. Por volta de 1850, o comércio sergipano, restringe-se ao varejista, estando as grandes casas comissárias localizadas em Salvador. Há portanto, uma inibição do desenvolvimento do capital mercantil local e uma dificuldade de acumulação de capital a nível da atividade produtiva, não são pela nítida separação de papéis econômicos, como também porque neste caso, esta separação implicava, além do mais em separação geográfica, como também porque na Província a agro-indústria açucareira estava baseada em engenhocas de reconhecida capacidade de sobrevivência.

A abolição da escravidão não levou em Sergipe, como em todo o Nordeste, ao desenvolvimento de relações de assalariamento, mas a um reforço de relações pré-capitalistas, e no caso específico, a uma expulsão de parte da população para outras regiões do País.

No início do século XX até 1930, travar-se-ia uma forte concorrência entre grupos mercantis na conquista dos mercados do açúcar, no Sudeste brasileiro. Sergipe seria o grande perdedor desta batalha, levando a um declínio inexorável de sua participação na produção nacional.

Ainda neste período, a indústria de transformação local passará por uma expansão, baseada principalmente na indústria têxtil. Esta se expandiria inclusive a um ritmo superior a mêdia nacional. As bases desta expansão, entretanto, eram extremamente frágeis. Impondo baixos preços aos produtores de algodão, e usando uma mão de obra barata, este segmento industrial manteria seu ritmo de expansão até que o mercado nacional daria sinais de super-produção.

Por tudo isso, quando, no início da década de 1930, se altera o padrão de acumulação de capital no País, a economia sergipana apresentava deficiências estruturais que refletiam num baixo dinamismo. O novo padrão de acumulação - a industrialização restringida - exigiria a unificação do mercado nacional, determinando assim a destruição das economias regionais atrasadas ao tempo que estimulava atividades complementares às da região dinâmica.

## BIBLIOGRAFIA

## FONTES PRIMÁRIAS

- Arquivo Público do Estado da Bahia
- Arquivo Público do Estado de Sergipe
- Biblioteca Pública do Estado de Sergipe
- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

## FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA, Maria da Glória S. de - Resistência às Transformações Técnicas da Cultura Açucareira (Província de Sergipe - 1860-75), mimeo.

———. Bittencourt Calasans e a Técnica Açucareira em Sergipe (século XIX), mimeo.

———. Estrutura de Produção: a crise de alimentos na Província de Sergipe (1855-60). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, Aracaju, 1965-78, pags. 15-39.

ANDRADE, Manuel Correa de, - A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CALASANS, J. J. Bittencourt, - O Agricultor Sergipano da Cana de Açúcar. Fotocópia da edição original de 1869.

CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Rio de Janeiro-São Paulo, DIFEL, 1977.

CASTRO, Antonio Barros de, - Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e política econômica dos senhores. Tese de doutorado apresentada ao IFCH da UNICAMP, Campinas, 1976.

- . A Industrialização Descentralizada no Brasil. In: 7 ensaios sobre a Economia Brasileira, vol. II, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.
- Comissão Estadual do Planejamento Agrícola. O Algodão em Sergipe. Apogeu e Crise - Relato Histórico (1590-1975). Aracaju, 1978.
- COSTA, Emília V. da - Da Senzala à Colônia - São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- DANTAS, Beatriz G. - Índios e Brancos em Conflito pela Posse da Terra (Aldeia de Água Azeda - Século XIX). Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, 1976.
- DANTAS, José Ibarê. C. - O Tenentismo em Sergipe, Petrópolis, Vozes, 1974.
- DANTAS, Orlando V. - O Problema do Açúcar em Sergipe, Aracaju, 1944.
- . A Vida Patriarcal de Sergipe. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- DINIZ, D. D. L. - Nota sobre a História do Algodão em Sergipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, Aracaju - 1965-78.
- EISENBERG, P. L. - Modernização sem Mudança - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ESTADO DE SERGIPE - O Estado de Sergipe em 1934 - Diretoria Estatística, Aracaju, 1936
- ESTADO DE SERGIPE - O Estado de Sergipe em 1935 - Departamento Estadual de Estatística. Publicado pela Difusão Cultural, Aracaju, Gráfica Editora, 1937.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo - O Negro e a Violência do Branco - O Negro em Sergipe - Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1977.
- FRANCO, Maria S. de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata - São Paulo, Ática, 1974.

- FREIRE, Felisbello - História de Sergipe, Editora Vozes, 1977.
- FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil - São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
- GNACCARINI, José C. - A Economia do Açúcar. Processo do Trabalho e Processo de Acumulação. In: Fausto, Boris - História Geral da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano, Estrutura do Poder e Economia. - São Paulo, DIFEL, 1977.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - SEPLANTEC - CPE - A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1ª etapa (1850-1888), vol. 2, Atividades Produtivas. Salvador, 1978.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Ministério do Interior, SUDENE, Recife, 1967.
- GRAHAM, Richard - A Grã-Bretanha e o Início da Modernização do Brasil (1850-1914). São Paulo, Brasiliense, 1973.
- IBGE - Censos Econômicos e Anuários Estatísticos do Brasil.
- LEFF, Nathaniel H. - Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Regional: Origens do Caso Brasileiro. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 1972, pp. 3/21.
- MARTINS, Roberto Borges - Minas Gerais no Século XIX: O Tráfico e o Apego à escravidão numa Economia Não-Exportadora, mimeo.
- MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio - Contribuição à revisão crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MOTT, Luiz R. B. - População e Economia: Aspectos do Problema da Mão de Obra em Sergipe (séculos XVIII e XIX) - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 28, 1978-82, pags. 19-32.
- NOVAIS, F. A. - Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial. Lisboa, Livros Horizonte Ltda., 1975.
- PERUCI, G. - A República das Usinas. - Rio de Janeiro, Paz e Terra

ra, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio, - Formação do Brasil Contemporâneo - Colô-  
nia. São Paulo, Brasiliense, 1963.

—————. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense,  
1965.

SANTOS, Lenalda A. - Oligarquia Açucareira e Crise. Disserta-  
ção de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Histô  
ria da UFF, Niterói, 1979.

SILVA, Sérgio S. - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no  
Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul, I. - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana,  
São Paulo, Editora Nacional, 1977.

SOBRINHO Sebrão, - Laudas da História de Aracaju. Aracaju, 1954.

SOUZA, Terezinha O. - Fausto Cardoso: Um Movimento Anti-Oligar-  
quico? - Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em His  
tória da UFPe - Recife, 1980.

STEIN, J. Stanley - Origens e Evolução da Indústria Têxtil no  
Brasil - 1850-1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

TAVARES, H. A. - O Algodão em Sergipe - Ministério da Agricul  
tura - Serviço de Plantas Têxteis - s/d.



**ANEXO ESTADÍSTICO**

Tabela 14

## SERGIPE - VALOR DAS EXPORTAÇÕES (EXTERIOR E OUTRAS PROVÍNCIAS)

ANO	VALOR TOTAL		AÇÚCAR	ALGODÃO
	EM 15000	EM 1 OURO		
1850-51	2.447:392	293.206		
1851-52	2.147:752	260.523		
1852-53	3.577:671	408.923		
1853-54	2.653:134	314.912		
1854-55	2.500:541	287.815	0,94	
1855-56	3.410:980	391.571	0,92	
1856-57	5.189:807	595.775	0,92	0,01
1857-58	3.118:031	345.794	-	0
1858-59	3.883:948	413.625	0,93	0
1859-60	1.986:609	207.392	0,82	0
1860-61	1.550:377	166.671	0,82	-
1861-62				
1862-63	3.984:942	436.753	0,92	0,02
1863-64	3.780:926	429.114	0,86	0,07
1864-65	3.307:980	368.823	0,81	0,14
1865-66				
1866-67				
1867-68	6.160:208	575.935	0,46	0,50
1868-69	7.101:421	502.755	0,59	0,37
1869-70	4.838:624	379.351	0,48	0,47
1870-71	4.650:302	427.338	-	0,52
1871-72	6.882:823	688.971	0,30	0,44
1872-73	5.386:998	555.532	0,61	0,22
1873-74	4.313:599	468.869	-	-
1874-75	5.564:065	597.579	0,80	0,14
1875-76	3.308:464	375.194	0,84	0,14
1876-77	6.494:982	683.250	0,85	0,09
1877-78				
1878-79	4.174:528	399.056	0,87	0,05
1879-80	4.870:292	433.454		0,12
1880-81	3.850:292	354.212	0,77	
1881-82	7.002:201	645.982	0,87	0,06
1882-83	6.776:927	597.718	0,81	0,09
1883-84	5.332:510	478.853	0,77	0,18
1884-85	4.549:929	392.201	0,80	0,19
1885-86	2.875:653	222.843	0,76	0,16
1886-87	4.490:374	349.843	0,75	0,17
1887-88	4.279:046	400.060	0,78	0,19
1888-89				

FONTES: Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província (Valor Total das Exportações)

AÇÚCAR: Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, e  
- FREIRE, Felisbela - História de Sergipe, op. cit., pag.

ALGODÃO: Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, e  
- TAVARES, H. A. - O Algodão em Sergipe - op. cit., pag.

TAXA DE CÂMBIO: 15000/2 Duro: 1861 - Anuário Estatístico do Brasil (1939-40)  
- Cálculos do autor.

Tabela 15

## SERGIPE

## EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM RAMA (EXTERIOR E OUTRAS PROVÍNCIAS)

ANO	VALOR (EM 1\$000)	QUANTIDADE (EM TON.)	PREÇO MÉDIO POR TON. (EM 1\$000)
1855-56	39:178	66	594
1856-57	5:889	13	453
1857-58	1:315	3	438
1858-59	1:460	3	487
1859-60	54		
1860-61			
1861-62	17:682	39	453
1862-63	71:698	75	956
1863-64	259:571	195	1.331
1864-65	477:623	374	1.278
1865-66			
1866-67	2.514:371	3.271	769
1867-68	3.068:186	5.539	554
1868-69	2.650:967	3.016	879
1869-70	2.259:341	2.701	836
1870-71	2.407:797	5.623	428
1871-72	3.033:719	5.223	581
1872-73	1.217:377	3.324	366
1873-74			
1874-75	809:862	2.132	380
1875-76	460:337	1.275	361
1876-77	605:110	1.799	336
1877-78	2.774:549	806	3.442
1878-79	201:896	508	397
1879-80	613:160	1.507	407
1880-81			
1881-82	459:601	1.079	426
1882-83	613:160	1.507	407
1883-84	974:771	2.856	341
1884-85	899:174	1.998	450
1885-86	475:624	1.242	383
1886-87	336:363	1.085	310
1887-88	800:296	2.536	316
1888-89	645:519	2.020	320

FONTE: Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província.

- TAVARES, H. A. - O Algodão em Sergipe, op. cit. pag.

- Cálculos do autor.

Tabela 16

## SERGIPE - EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR (EXTERIOR E OUTRAS PROVÍNCIAS)

ANO	VALOR(EM 1\$000)	QUANTIDADE(EM TOR.)	PREÇO MEDIO POR TOR. (EM 1\$000)
1854-55	2.362:091		
1855-56	2.128:147		
1856-57	4.774:521	21.149	225:756
1857-58		19.989	
1858-59	3.612:935	25.915	139:414
1859-60	1.636:629	9.821	172:755
1860-61	1.281:966	8.289	154:658
1861-62	3.653:254	27.986	130:538
1862-63	3.667:775	26.311	139:400
1863-64	3.262:263	20.876	156:268
1864-65	2.673:671	15.363	174:033
1865-66	3.147:891	18.965	165:984
1866-67	6.734:731	23.794	283:043
1867-68	2.865:771	11.695	245:042
1868-69	4.224:512	19.789	213:477
1869-70	2.318:034	11.598	199:864
1870-71		17.175	
1871-72	2.092:879	23.035	90:856
1872-73	3.313:003	29.265	113:207
1873-74			
1874-75	4.430:644	39.167	113:121
1875-76	2.773:267	23.175	119:666
1876-77	5.532:100	30.088	183:864
1877-78	3.943:201	26.563	148:447
1878-79	3.641:054	26.222	138:854
1879-80			
1880-81	2.987:580	19.705	151:615
1881-82	6.190:293	47.911	124:204
1882-83	5.501:675	40.850	134:679
1883-84	4.124:524	35.045	117:693
1884-85	3.824:954	32.177	118:872
1885-86	2.183:788	20.315	107:496
1886-87	3.382:913	51.277	65:973
1887-88	3.358:823	42.809	78:460
1888-89	1.994:402	24.424	81:657

FONTE: Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, e

FREIRE, Felisbeto - História de Sergipe - op. cit., pag.

- Cálculos do autor.

Tabela 17

BRASIL E PROVÍNCIAS ESCOLHIDAS  
 EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR (EM 1.000\$000)

ANO	BRASIL	PERNAMBUCO	BAHIA	SERGIPE
1850-51	15.779		6.677	
1851-52	13.502	5.630	5.048	
1852-53	18.232	7.967	7.011	
1853-54	15.831	6.935	6.205	
1854-55	16.679	7.544	6.319	2.362
1855-56	18.910	9.718	6.355	3.128
1856-57	25.844		8.984	4.774
1857-58	22.705	14.650	5.876	
1858-59	27.667	14.970	6.781	3.612
1859-60	15.559	12.580	2.879	1.636
1860-61	10.901	10.200		1.281
1861-62	22.994	12.010	7.704	3.653
1862-63	18.718	8.380	6.904	3.607
1863-64	19.650	8.862	5.398	3.262
1864-65	16.283	5.806	6.316	2.673
1865-66	19.222	8.342	7.030	3.147
1866-67	12.674	8.600	6.131	6.734
1867-68	22.137	10.097	8.632	2.865
1868-69	13.307	12.534	9.937	4.224
1869-70	29.265	7.524	6.020	2.318
1870-71	18.057	13.780	7.057	
1871-72	28.108	15.131	8.132	2.092
1872-73	27.749	9.530	6.584	3.313
1873-74	17.641	10.152	3.210	
1874-75	23.127	6.995	6.001	4.430
1875-76	14.051	11.070	3.065	2.773
1876-77	30.022	10.499	5.916	5.532
1877-78	20.994	10.103	4.086	3.045
1878-79	21.812	16.423		3.641
1879-80	31.334	20.105		
1880-81	25.935	19.501		2.987
1881-82	36.446	9.308		6.190
1882-83	23.231			5.501
1883-84	39.132			4.124
1884-85	22.700			3.824
1885-86	14.085			2.183
1886-87	16.178			3.382
1887-88	10.601			3.358
1888-89	20.120			1.994

FONTES: BRASIL - IBGE - Anuário Estatístico do Brasil (1939-40)

PERNAMBUCO - Singer, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. op. cit., pag. 190

BAHIA - Governo do Estado da Bahia

CPE - SEPLANTEC

A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - pag. 110 e vol. 2 - pag. 23.

SERGIPE - Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província.

Tabela 18

BRASIL E PROVÍNCIAS ESCOLHIDAS  
 EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO (EM 1.000\$000)

ANO	BRASIL	PERNAMBUCO	BAHIA	SERGIPE
1855-56	5.635		206	39
1856-57	6.990		369	5
1857-58	6.655	1.061	149	1
1858-59	5.525	742	67	1
1859-60	6.433	1.198	70	0
1860-61	4.683	728	9	-
1861-62	7.785	1.362	178	17
1862-63	16.814	4.860	729	71
1863-64	29.824	8.994	1.054	259
1864-65	31.559	11.947	1.303	477
1865-66	46.917	16.784	3.847	-
1866-67	33.451	13.092	2.999	2.514
1867-68	32.049		4.581	3.068
1868-69	35.276	9.600	2.576	2.650
1869-70	44.034	12.500	2.524	2.259
1870-71	24.205	6.770	1.666	2.407
1871-72	46.446	13.500	4.121	3.033
1872-73	27.021	8.806	915	1.217
1873-74	24.151	6.026	800	-
1874-75	19.906	4.929	224	809
1875-76	10.902	3.778	49	460
1876-77	12.071	3.995	19	605
1877-78	6.869	1.807	17	2.774
1878-79	9.906	1.849		201
1879-80	5.187	2.174		613
1880-81	5.115	3.633		-
1881-82	9.662	5.623		459
1882-83	12.733	4.776		613
1883-84	10.944			974
1884-85	6.475			899
1885-86	15.104			475
1886-87	6.734			336
1887-88	9.280			800
1888-89	6.963			645

FONTES: BRASIL-IBGE - Anuário Estatístico do Brasil (1939-40)

PERNAMBUCO - Singer, Paul - Desenvolvimento Econômico - Evolução Urbana, op. cit. pag. 292

BAHIA - Governo do Estado da Bahia

CPE - SEPLANTEC

A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, Anexo Estatístico, Vol. 4. Pag. 221 e vol. 2, Pág. 191.

SERGIPE - Javarez, H. A.

O Algodão em Sergipe, pag.

Tabela 19

## SERGIPE - DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (VALOR EM 1\$000)

ANO	EXTERIOR	OUTRAS PROVÍNCIAS			TOTAL
		TOTAL	BAHIA	RIO DE JANEIRO	
1854-55	543:618	2.865:992	2.082:911	504:053	3.409:610
1855-56					
1856-57					
1857-58					
1858-59					
1859-60	530:810	1.455:798	1.167:742	271:912	1.986:608
1860-61	221:827	1.328:549			1.550:376
1861-62					
1862-63	1.164:213	2.820:728	2.546:967	212:114	3.984:941
1863-64	1.199:006	2.581:920	2.276:975	199:617	3.780:926
1864-65	1.032:884	1.004:593			2.037:477
1865-66	1.377:800	3.462:528	3.275:176	118:127	4.840:328
1866-67					
1867-68	1.610:644	4.549:563			6.160:207
1868-69	2.241:076	4.860:346			7.101:422
1869-70	3.378:187	1.460:337			4.838:524
1870-71	3.920:370	7.291:932			11.212:302
1871-72	2.078:606	2.063:937			4.142:543
1872-73	2.060:869	1.226:122			3.286:991
1873-74	2.117:488	983:842			3.101:330
1874-75	3.199:512	2.364:552			5.564:064
1875-76	1.583:131	1.825:333			3.508:464
1876-77	2.967:206	3.527:775			6.494:981
1877-78	2.112:132	1.379:978	474:891	586:988	3.492:110
1878-79	2.330:482	2.491:446			4.821:928
1879-80	2.514:583	1.659:944			4.174:527
1880-81	4.772:454	2.310:747			7.083:201
1881-82	5.394:343	2.172:584			7.566:927
1882-83	3.865:728	1.068:402			4.934:130
1883-84	5.747:723	1.937:510			7.685:233
1884-85	4.154:714	1.250:637			5.405:351
1885-86					
1886-87	2.858:238	1.362:136			4.220:374

FOHTE: Mensagens, Falas e Relatórios dos Presidentes da Província.

Tabela 20

## SERGIPE - PROCEDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES (Em 1\$000)

ANO	MERCADORIAS ESTRANGEIRAS			MERCADORIAS NACIONAIS	TOTAL
	IMPORTADAS DIRETAMENTE	IMPORTADAS VIA CABOTAGEM	TOTAL		
1850-51					
1851-52		725:232		166:299	
1852-53		959:414		233:906	
1853-54	20:196	860:229	880:425	241:592	1.122:017
1854-55	20:473	723:123	743:596	196:043	939:639
1855-56	15:047	878:273	893:320	225:969	1.119:209
1856-57	17:333	1.472:727	1.490:060	302:345	1.792:405
1857-58	80:907	1.633:598	1.714:505	411:108	2.125:613
1858-59	55:362	1.528:867	1.584:249	314:077	1.898:326
1859-60					
1860-61	15:608	940:345	955:953	211:520	1.167:473
1861-62	47:612	1.203:648	1.251:260	279:033	1.530:293
1862-63	59:781	1.224:531	1.284:312	321:759	1.606:071
1863-64	29:149	1.150:345	1.179:494	231:240	1.410:734
1864-65	12:330	1.556:793	1.569:123	243:062	1.812:205
1865-66	63:175	1.803:923	1.867:098	303:998	2.171:096
1866-67	17:390	2.221:385	2.238:775		
1867-68	61:168	1.840:036	1.901:204		
1868-69	119:051	2.761:218	2.880:269		
1869-70	77:839	1.974:261	2.052:100		
1870-71	35:729	1.989:195	2.024:924		
1871-72	92:479				2.452:663
1872-73	111:800				3.943:910
1873-74	51:864				2.772:984
1874-75					
1875-76	35:297				2.490:457
1876-77	16:832				2.024:346
1877-78	36:591				3.263:214
1878-79					
1879-80	62:580				3.606:580
1880-81	226:900				3.416:051
1881-82	360:500				4.523:183
1882-83	411:926				3.529:150
1883-84	386:211				6.741:911
1884-85					
1885-86	127:501				6.143:755
1886-87	354:433				8.980:927
1887-88	276:294				3.993:451
1888-89					

FONTE: Propostas e Relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa, pelos Ministros e Secretários dos Negócios de Fazenda, Rio de Janeiro, Typ. Nacional.

Arquivo Público do Estado da Bahia

OBS.: A partir de 1871-72, os Relatórios apresentam séries relativas ao comércio internacional e comércio marítimo interprovincial, não havendo discriminação nas últimas quanto à procedência das mercadorias (nacionais ou estrangeiras).



Tabela 21

## SERGIPE - VALOR DAS EXPORTAÇÕES (EXTERIOR E OUTROS ESTADOS)

ANO	VALOR TOTAL (EM 15000)	ACÚCAR TOTAL	ALGODÃO TOTAL	TECIDOS DE ALGODÃO TOTAL
1889-90	2.524:904	0,79	0,08	
1890-91	2.471:010	0,58	0,17	
1891-92	3.340:117	0,65	0,14	0,04
1892-93	4.188:316	0,63	0,14	0,03
1893-94	7.086:787	0,49	0,35	0,01
1894-95	10.564:840	0,62	0,10	0,00
1895-96	6.735:234	0,71	0,09	0,01
1896-97	7.827:456	0,79	0,10	0,00
1897-98	6.007:366	0,69	0,14	0,03
1898-99	12.180:034	0,81	0,09	0,03
1899-1900	7.933:717	0,76	0,11	0,03
1900-01	9.017:339	0,70	0,17	0,02
1901-02	6.865:686	0,55	0,33	0,02
1902-03	5.709:412	0,51	0,37	0,01
1903-04	6.764:431	0,56	0,33	0,02
1904-05	6.205:623	0,44	0,43	0,02
1905-06	6.595:735	0,61	0,22	
1906-07	6.238:751	0,53	0,29	0,05
1907-08	6.146:223	0,60	0,26	
1908-09				
1909-10	6.482:462			
1910-11				
1911-12	5.943:265	0,52	0,09	
1912-13	7.504:883	0,55	0,06	0,23
1913-14	7.917:620	0,43	0,06	0,22
1914-15	5.357:002	0,43	0,09	0,20
1915-16	12.440:245	0,50	0,02	0,23
1916-17	11.939:592	0,54	0,03	0,21
1917-18	15.085:966	0,61	0,02	0,18
1918-19	22.027:020	0,71	0,01	0,15
1919-20	21.334:766	0,66	0,04	0,15
1920-21	19.418:536	0,53	0,08	0,26
1921-22	17.687:381	0,47	0,05	0,31
1922-23	20.387:153	0,42	0,08	0,39
1923-24	43.003:580	0,53	0,13	0,23
1924-25	39.758:102	0,54	0,05	0,30
1925-26	39.893:459	0,52	0,04	0,28
1926-27	33.682:149	0,51	0,01	0,35
1927-28	28.914:528	0,40	0,08	0,38
1928-29	30.944:200	0,53	0,06	0,21
1929-30	25.845:200	0,57	0,03	0,24

FONTES: Total e Açúcar: Mensagens e Relatórios dos Presidentes do Estado.

Algodão e Tecidos de Algodão: TAVARES, H.A.

O Algodão em Sergipe, op. cit. pag.

- Cálculo: do autor.

Tabela 22

## SERGIPE - EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR (EXTERIOR E OUTROS ESTADOS)

ANO	VALOR (Em 1\$000)	QUANTIDADE (EM TON.)	PREÇO MÉDIO POR TON. (Em 1\$000)
1889-90	1.994:402	24.423	81:661
1890-91	1.444:449	12.050	119:871
1891-92	2.182:611	22.012	99:155
1892-5*	2.650:503	16.473	160:900
1893-94	3.446:606	16.839	204:680
1894-95	6.527:231	10.694	610:364
1895-96	4.787:288	37.622	127:247
1896-97	6.204:652	29.113	213:123
1897-98	4.178:790	20.037	208:553
1898-99	9.841:002	39.452	249:442
1899-1900	6.070:679	19.358	313:600
1900-01	6.282:139	23.710	264:957
1901-02	3.807:588	29.313	129:894
1902-03	2.901:443	32.352	89:684
1903-04	3.801:020	19.632	193:613
1904-05	2.717:137	15.961	170:236
1905-06	3.997:186	24.262	164:751
1906-07	3.245:009	29.765	110:667
1907-08	3.664:102	22.335	164:052
1908-09			
1909-10			
1910-11	3.781:256	25.725	146:988
1911-12	3.088:804	24.657	125:771
1912-13	4.150:816	18.452	224:952
1913-14	3.419:682	17.276	197:944
1914-15	2.307:765	13.545	170:377
1915-16	6.220:254	29.814	208:635
1916-17	6.452:851	17.561	367:453
1917-18	9.203:572	28.041	328:218
1918-19	15.645:821	34.752	450:213
1919-20	14.018:743	26.706	524:929
1920-21	10.211:486	14.624	698:269
1921-22	8.388:306	19.761	424:488
1922-23	8.646:305	44.641	193:685
1923-24	22.856:470	30.073	760:033
1924-25	21.574:885	22.664	951:954
1925-26	20.715:711	28.869	717:576
1926-27	17.306:198	27.586	627:354
1927-28	11.524:189	22.390	514:702
1928-29	16.525:628	20.287	794:990
1929-30	14.726:145	21.351	689:717

FONTI: Mensagens e Relatórios dos Presidentes do Estado.

\* Cálculos do autor.

Tabela 23

## SERGIPE - EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM RAMA (EXTERIOR E OUTROS ESTADOS)

ANO	VALOR (Em 1\$000)	QUANTIDADE (EM TON.)	PREÇO MEDIO POR TON. (Em 1\$000)
1889-90	195:668	588	333
1890-91	419:930	1.917	219
1891-92	456:678	1.518	300
1892-93	594:925	1.450	410
1893-94	2.496:403	4.719	529
1894-95	1.091:104	1.830	596
1895-96	592:373	1.078	549
1896-97	755:234	667	1.132
1897-98	867:709	1.319	657
1898-99	1.115:031	1.310	851
1899-1900	890:956	937	951
1900-01	1.570:879	1.857	846
1901-02	2.268:773	3.657	620
1902-03	2.143:587	4.616	464
1903-04	2.221:900	3.223	689
1904-05	2.694:424	2.895	931
1905-06	1.470:446	3.175	463
1906-07	1.837:615	3.320	553
1907-08	1.582:205	2.397	660
1908-09			
1909-10			
1910-11	2.148:554	2.001	1.074
1911-12	541:298	598	905
1912-13	493:436	698	707
1913-14	921:852	1.426	646
1914-15	510:216	714	715
1915-16	294:330	355	829
1916-17	336:463	169	1.991
1917-18	309:934	151	2.052
1918-19	304:430	833	365
1919-20	534:481	212	2.521
1920-21	1.476:454	770	1.917
1921-22	855:971	794	1.078
1922-23	1.550:961	885	1.752
1923-24	5.471:093	1.139	4.803
1924-25	1.959:130	507	3.864
1925-26	1.813:870	526	3.448
1926-27	534:354	125	4.275
1927-28	2.255:855	1.314	1.717
1928-29	1.815:104	744	2.440
1929-30	819:596	455	1.751

FONTE: TAVARES, H. A.

- O Algodão em Sergipe. op. cit. pag.

Cálculos do autor.

Tabela 24

## SERGIPE - EXPORTAÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO

ANO	VALOR (Em 1\$000)	QUANTIDADE (Em Ton.)	PREÇO MÉDIO POR TON. (Em 1\$000)
1889-90			
1890-91			
1891-92	119:379	138	865
1892-93	117:199	97	1.208
1893-94	53:041	35	1.515
1894-95	27:162	14	1940
1895-96	63:209	30	2.107
1896-97	19:948	91	2.192
1897-98	228:750	114	2.007
1898-99	354:559	221	1.604
1899-1900	205:415	127	1.617
1900-01	203:921	115	1.773
1901-02	110:199	71	1.552
1902-03	82:286	299	2.752
1903-04	122:413	95	1.288
1904-05	106:599	73	1.460
1905-06			
1906-07	329:560	239	1.379
1907-08			
1908-09			
1909-10			
1910-11			
1911-12			
1912-13	1.705:037	1.349	1.264
1913-14	1.738:367	1.160	1.499
1914-15	1.052:855	1.092	964
1915-16	2.840:011	3.070	925
1916-17	2.569:086	1.433	1.793
1917-18	2.645:998	1.555	1.702
1918-19	2.971:758	1.094	2.716
1919-20			
1920-21	5.041:319	1.501	3.359
1921-22	5.578:347	1.872	2.980
1922-23	7.978:677	1.586	5.031
1923-24	10.387:395	1.579	6.578
1924-25	11.799:846	1.504	7.846
1925-26	11.271:331	1.440	7.827
1926-27	11.887:453	2.204	5.394
1927-28	10.953:049	1.688	6.489
1928-29	6.394:113	1.589	4.024
1929-30	6.510:736	1.583	4.113

FONTE: TAVARES, H.A.

- O Algodão em Sergipe, op. cit., pag.

Cálculos do autor.

Tabela 25

## SERGIPE - DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (VALOR EM 1\$000)

ANO	EXTERIOR	OUTROS ESTADOS	RIO DE JANEIRO	BAHIA	PERNAMBUCO	SÃO PAULO	PARANÁ
1900-01	71:058	8.946:281	7.575:456	638:079	449:696		
1901-02							
1902-03							
1903-04							
1904-05	186:142	6.019:481	4.541:747	535:747	85:294		
1905-06	11:930	6.226:821	4.980:934	718:726			
1906-07							
1907-08	70:614	6.146:223					
1908-09							
1909-10							
1910-11							
1911-12							
1912-13	171:835	7.333:048	4.732:368	1.169:795	512:538		
1913-14							
1914-15							
1915-16	533:623	11.906:622	5.628:067	1.461:777	1.040:777	1.825:775	494:360
1916-17	748:924	11.190:668	5.327:220	1.773:252	1.038:504	1.345:355	777:880
1917-18	744:607	14.241:359	6.772:608	1.828:459	777:494	2.550:360	1.009:120
1918-19	381:271	21.645:749	7.442:455	2.435:776	887:311	7.696:785	1.494:517
1919-20	634:220	20.700:543	7.235:977	2.789:137	806:749	6.468:746	1.000:010
1920-21	472:583	18.945:953	7.457:199	2.457:843	1.555:767	5.552:007	1.083:558
1921-22	657:061	17.030:320	7.142:115	3.307:730	1.332:938	3.116:616	641:435
1922-23		21.553:000					
1923-24		43.880:000					
1924-25		45.634:000					
1925-26	927:877	38.965:717	18.274:001	4.887:880	2.473:636	5.831:594	1.205:919
1926-27		30.224:000					
1927-28		32.065:000					
1928-29	731:000	37.118:000					
1929-30	1.554:000	32.928:000					

FONTES: Mensagens e Relatórios dos Presidentes do Estado - 1921-22, 1922-23, 1923-24, 1924-25, 1926-27  
1928-29, 1929-30.

IBGE - Sinopse Estatística de Sergipe - Separata do Anuário Estatístico - 1939-40.

OBS.: Os dados apresentados pela Sinopse Estatística de Sergipe são incompatíveis com os apresentados nas Mensagens e Relatórios dos Presidentes do Estado.

Tabela 26

## SERGIPE - PROCEDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES (VALOR EM 1\$000)

ANO	MERCADORIAS ESTRAN- GEIRAS IMPORTADAS DI- RETAMENTE	MERCADORIAS ESTRAN- GEIRAS IMPORTADAS VIA CABOTAGEM	MERCADORIAS NACIONAIS	TOTAL
1897-98	1.297:094			4.523:178
1898-99	1.136:312			5.965:660
1899-1900	671:309			6.083:774
1900-01	688:261	1.059:312	2.315:418	4.062:991
1901-02	479:972	2.927:234	1.463:679	4.870:886
1902-03	601:205	2.972:154	647:171	4.220:531
1903-04	691:818	2.534:900	1.213:392	4.441:110
1904-05	678:800	2.490:891	1.457:000	4.626:909
1905-06				
1906-07				
1907-08				
1908-09				
1909-10				
1910-11				
1911-12				
1912-13				
1913-14				
1914-15				
1915-16	685:606	6.305:553		
1916-17				
1917-18				
1918-19				
1919-20				
1920-21				
1921-22	1.609:000			18.574:000
1922-23	646:000			21.529:000
1923-24	776:000			31.034:000
1924-25	3.470:000			45.445:000
1925-26	4.145:000			44.496:000
1926-27	3.472:000			42.933:000
1927-28	8.718:000			46.356:010
1928-29	6.779:000			46.128:000
1929-30	7.288:000			41.363:000

FONTES: Mensagens e Relatórios dos Presidentes do Estado (1897-98 a 1904-05)

1915-16 - Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pacote 903.

1921-22 e 1929-30 - IBGE - Síntese Estatística do Sergipe - Separata do Anuário Estatístico do Brasil (1939-40).